

# BOLSONARISMO E MÍDIA

UMA ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA



ANTONIO EDSON ALVES DA SILVA

# **Bolsonarismo e mídia:**

## **uma análise de discurso crítica**



**ANTONIO EDSON ALVES DA SILVA**

**Bolsonarismo e mídia:**  
**uma análise de discurso crítica**

**Copyright © Antonio Edson Alves da Silva**

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos do autor.

---

Antonio Edson Alves da Silva

**Bolsonarismo e mídia: uma análise de discurso crítica.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2023. 141p. 16 x 23 cm.

**ISBN: 978-65-265-0580-9 [Digital]**

**DOI: 10.51795/9786526505809**

1. Análise do discurso. 2. Análise discursivo-midiática. 3. Política brasileira. 4. Linguística. I. Título.

CDD – 410

---

**Capa:** Petricor Design

**Ficha Catalográfica:** Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828

**Diagramação:** Diany Akiko Lee

**Editores:** Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

**Conselho Científico da Pedro & João Editores:**

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil).



**Pedro & João Editores**

[www.pedroejoaoeditores.com.br](http://www.pedroejoaoeditores.com.br)

13568-878 – São Carlos – SP

2023

## PREFÁCIO

Potência e força criadora resumem a obra do Prof. Dr. Antonio Edson Alves da Silva, que reestrea no circuito de produção acadêmica, com *Bolsonarismo e mídia: uma análise de discurso crítica*, sua obra mais recente que chega ao mundo editorial como a primeira de muitas de suas produções como doutor, título que sempre foi seu e que, em 2023, foi-lhe formalmente outorgado pela Universidade Estadual do Ceará.

Ao reconstruir, com perícia e argúcia, a conjuntura que marca os últimos anos que o Brasil vivenciou com a ascensão do bolsonarismo como projeto político ultraconservador e típico da extrema-direita, Silva analisa o processo de legitimação discursivo-midiática da ameaça de golpe do Governo Bolsonaro pela mídia hegemônica. Para isso, lança mão do que a *Análise de Discurso Crítica*, enquanto teoria e método, tem a oferecer para este tipo de investigação e comprova: as escolhas linguístico-textuais, os processos que caracterizam a prática discursiva e as bases que alicerçam a prática social contribuíram para legitimar a tentativa de golpe político pelo Portal R7.com, tomado nesta pesquisa como ambiente de estudo.

Uma visada pelo sumário da obra convida suas leitoras e seus leitores a entenderem a conjuntura política do bolsonarismo legitimado pela mídia a partir da análise crítica e socialmente engajada de oito notícias que evidenciam o quão prejudicial foi a atuação da mídia no processo de fragilização das bases democráticas que envolvem o golpe democrático e que marcou a história recente de nosso país de modo traumático. Isso tudo para que não esqueçamos jamais os caminhos dolorosos que nos trouxeram até aqui.

Todas as provocações levantadas por Silva nesta obra que tenho a honra de prefaciá-la nos convidam a uma reflexão: qual é o nosso papel, na condição de sociedade civil, no processo de luta social em defesa da democracia em um país que se fez tão refém de um conglomerado midiático que atua preponderantemente nos processos discursivos que sustentam as relações de desigualdade? Ao oferecer subsídios para responder a esta pergunta, o grande pesquisador que assina a presente

obra deixa claro: é papel de cada uma e de cada um de nós seguirmos vigilantes na defesa do regime democrático de direito que, no Brasil, não raras as vezes, tem sua estrutura abalada pelos grupos dominantes, a exemplo dos meios de comunicação para as massas.

Pelo tom corajoso que marca este livro, e sobretudo pelo espírito audaz de seu autor, intelectual primoroso, celebro a publicação de *Bolsonarismo e mídia: uma análise de discurso crítica*, que marca a história dos estudos críticos do discurso no Brasil.

Vida longa ao livro!

Vida longa ao seu autor!

Prof. Dr. Lucineudo Machado Irineu.  
Universidade Estadual do Ceará.  
Fortaleza/Ceará, 2023.

## SUMÁRIO

<b>1. A CONJUNTURA POLÍTICA DO BOLSONARISMO LEGITIMADO PELA MÍDIA</b>	<b>9</b>
<b>2. O ESTUDO DA LEGITIMAÇÃO DISCURSIVO-MIDIÁTICA E SUAS CATEGORIAS NO CAMPO DA ADC</b>	<b>19</b>
<b>3. ANÁLISE DA CONJUNTURA DA LDM DA AMEAÇA DE GOLPE BOLSONARISTA</b>	<b>45</b>
<b>4. ANÁLISE LINGUÍSTICO-TEXTUAL – VOCABULÁRIO E AVALIAÇÃO</b>	<b>69</b>
4.1 Análise da notícia A	69
4.2 Análise da notícia B	73
4.3 Análise da notícia C	77
4.4 Análise da notícia D	80
4.5 Análise da notícia E	81
4.6 Análise da notícia F	84
4.7 Análise da notícia G	85
4.8 Análise da notícia H	87
<b>5. ANÁLISE DA PRÁTICA DISCURSIVA – INTERTEXTUALIDADE E MODALIDADE</b>	<b>93</b>
5.1 Análise da notícia A	93
5.2 Análise da notícia B	97
5.3 Análise da notícia C	103
5.4 Análise da notícia D	106
5.5 Análise da notícia E	109
5.6 Análise da notícia F	110
5.7 Análise da notícia G	111
5.8 Análise da notícia H	113

<b>6. ANÁLISE DA PRÁTICA SOCIAL – IDEOLOGIA E HEGEMONIA</b>	<b>117</b>
6.1 Análise da notícia A	118
6.2 Análise da notícia B	120
6.3 Análise da notícia C	122
6.5 Análise da notícia E	123
6.6 Análise da notícia F	125
6.7 Análise da notícia G	126
6.8 Análise da notícia H	127
<b>7. À GUIA DA CONCLUSÃO</b>	<b>129</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>135</b>
<b>SOBRE O AUTOR</b>	<b>141</b>

# 1

## A CONJUNTURA POLÍTICA DO BOLSONARISMO LEGITIMADO PELA MÍDIA

São tantas lutas inglórias, são histórias que a história qualquer dia contará, de obscuros personagens, as passagens, as coragens são sementes espalhadas nesse chão. (Gonzaguinha)

Ao longo dos últimos anos, o Brasil vivenciou a ascensão de um projeto político envolvido com a extrema-direita<sup>1</sup> e o ultraconservadorismo<sup>2</sup>, pautado por questões que privilegiam as classes dominantes e as grandes corporações que sempre, no decorrer da

---

<sup>1</sup> O que é comparável na extrema-direita francesa e brasileira são dois temas de agitação sociocultural do conservadorismo mais reacionário: I. A ideologia repressiva, o culto da violência policial, o chamado a restabelecer a pena de morte: é o caso na Europa da extrema -direita e no Brasil da “bancada da bala”, fortemente representada no Congresso. II. A intolerância com as minorias sexuais, em particular os homossexuais. É um tema agitado, com certo sucesso, por setores religiosos, com referência católica (Opus Dei, Civitas etc.) na França e evangélica neopentecostal no Brasil. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/MFzdxKBBcNqHyKkckfVW6Qn/?lang=pt&format=pdf>> Acesso em 13 fev. 2023.

<sup>2</sup> As singularidades do pensamento pós-moderno, cujas ênfases na efemeridade e fragmentação mimetizam grande parte das profundas alterações na forma de ser, pensar e agir dos indivíduos sociais, provocadas pelas transformações na dinâmica da economia capitalista, desde os anos 1970; assim, discorria sobre as tendências presentes nas saídas financeiras para crise do capital (financeirização), determinando a flexibilização do mundo do trabalho, a compressão tempo e espaço e, por consequência, a constituição de uma sociedade da volatilidade e do descarte. A contraface dessa reação seria, segundo o autor, a busca por hábitos mais seguros e valores mais duradouros num mundo cambiante, como o revivalismo religioso, a revalorização de instituições básicas, como a família, o nacionalismo e o localismo. Disponível em <[www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/anais\\_vi\\_simposio/artigos\\_vi\\_simposio/GT6\\_ideologias/v13\\_mavi\\_G6.pdf](http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/anais_vi_simposio/artigos_vi_simposio/GT6_ideologias/v13_mavi_G6.pdf)> Acesso em: 13 fev. 2023.

constituição da nacionalidade brasileira, estiveram à frente ditando regras de organização da sociedade, em defesa de seus ideais liberais, o que nos permite afirmar, em consonância com Souza (2017), que tal defesa tem sido “central para a legitimação do liberalismo conservador brasileiro e se tornou, como consequência da própria defesa dos interesses econômicos e políticos conservadores” (SOUZA, 2017, p. 23).

Nesse cenário controverso, Jair Messias Bolsonaro tornou-se o Presidente da República Federativa do Brasil, tendo um histórico político ligado à sua atuação contra os projetos relacionados aos direitos humanos e a tudo que é pautado pelo Partido dos Trabalhadores, doravante PT. Bolsonaro é ex-capitão do Exército Brasileiro, tendo entrado para a reserva em 1989, com o intuito de assumir carreira política, passado por inúmeros partidos, como PDC, PPR, PPB, PTB, PFL, PSC, PP, PSL e, por último, PL, sempre defendendo uma ideologia de intolerância às minorias.

Sua notoriedade se deu em 1986, quando serviu a Artilharia de Campanha Paraquedista e escreveu um artigo para a revista *Veja* questionando os baixos salários pagos pelo Exército, tendo tido apoio da grande maioria dos militares e irritado o alto escalão da corporação, o que lhe rendeu 15 dias de prisão por insubordinação. Segundo o portal de notícias *O Antagonista*, em 1987, Bolsonaro havia articulado um atentado com bombas caseiras em banheiros da Vila Militar, ainda reivindicando melhorias salariais.

Efetivamente, em 1988, o então capitão ingressou na vida política, tornando-se vereador por dois anos e, posteriormente, assumindo o cargo de deputado Federal por 27 anos, ininterruptamente. Durante o período em que esteve no Congresso Nacional, o então deputado participou da aprovação de dois projetos – estendia o benefício de isenção do Imposto sobre Produto Industrializado (IPI) para bens de informática e outro que autorizava o uso da chamada “pílula do câncer”, a fosfoetanolamina sintética.

Ademais, apresentou outros projetos para serem votados, dentre eles o PL 6.055, de 2013, que não chegou a tramitar no Congresso, onde versava sobre a tentativa de revogação da Lei 12.845/2013, que obriga os hospitais e demais serviços públicos de saúde, mantidos pelo SUS, a oferecer atendimento emergencial, multidisciplinar e integral às vítimas

de violência sexual, bem como profilaxia da gravidez àquelas que foram estupradas. A justificativa do então deputado estava relacionada a sua mobilização contra a possível legalização do aborto.

O então deputado foi um dos poucos que votou contra a Emenda Constitucional nº 72/2013, que buscava legalizar o trabalho doméstico<sup>3</sup>, o que propiciaria a retirada de inúmeros trabalhadores e inúmeras trabalhadoras da informalidade e garantindo direitos igualitários, no âmbito do trabalho, a essa população que, durante os 500 anos da história brasileira, esteve invisível e, em muitos casos, em situações análogas à escravidão.

Ressaltamos que as primeiras participações do então deputado em programa da TV aberta, discutindo sobre temas que considerava importante e defendendo posturas ultraconservadoras e de extrema-direita se deu na Rede de Televisão Comercial – RedeTV – no programa Super Pop, apresentado por Luciana Gimenez, como também pelo programa Custe o Que Custas – CQC – da Rede Bandeirantes.

Retomando a epígrafe desta introdução, o poeta e compositor brasileiro Luiz Gonzaga do Nascimento Junior (Gonzaguinha) retrata as duras lutas decorrentes do processo ditatorial vivenciado nos anos de chumbo da história brasileira. Os discursos que culminaram no Golpe de 1964 se assemelham aos que vivenciamos discursivamente na contemporaneidade; diante disso, precisamos estar atentos aos acontecimentos.

Voltando ao panorama contemporâneo brasileiro, ele requer um olhar cuidadoso diante desses embates políticos que têm se acirrado, principalmente, depois da eleição, pelo Partido dos Trabalhadores (PT), do primeiro operário como Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e a continuação da mesma linha de governo por sua

---

<sup>3</sup> Uma das poucas vozes contrárias à aprovação da PEC das Domésticas foi a do deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ). A preocupação dele é não deixar que as domésticas fiquem na informalidade e com dificuldade de arranjar emprego. Muitas delas, que hoje têm carteira assinada, serão reaproveitadas como diaristas. Isso acontecerá, na visão do deputado, porque o patrão que ganha um salário entre R\$ 3 mil e R\$ 4 mil terá dificuldade para pagar uma funcionária com esses novos encargos. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/tv/401065-dep-jair-bolsonaro-pp-rj-foi-contra-aprovacao-da-pec-das-domesticas/>> Acesso em: 24 ago. 2022.

sucessora Dilma Rousseff, também do PT e a primeira mulher presidenta do Brasil (2011-2016). Em junho de 2013<sup>4</sup>, houve manifestações que colocaram em discussão os governos petistas e a forma como a ex-presidente Dilma Rousseff conduziu o Executivo Federal.

As manifestações de junho de 2013 começaram com a discussão do valor da tarifa do transporte coletivo em São Paulo, ganhando destaque midiático, inicialmente, de forma negativa, mostrando os manifestantes depredando e vandalizando órgãos públicos e privados. Porém à medida que todo o país se une ao ato, o discurso midiático muda estrategicamente, agora não mais com vandalismo, e sim como um desejo coletivo de *impeachment* da então presidenta, uma vez que parte dos problemas vivenciados no país foram recaídas sobre ela.

Sabemos que o discurso muda estrategicamente, e a mídia hegemônica brasileira, aquela que detém boa parte do poder de produção e circulação midiática, começa a conceder espaço de voz aos manifestantes, principalmente porque algumas entidades organizadas, como ‘Vem Pra Rua’, ‘Movimento Brasil Livre (MBL)’, ‘Revoltados Online’ e ‘Nas Ruas’, que se autointitulavam antipartidárias, pediam a saída do Partido dos Trabalhadores do poder, acusando-o como sendo a maior quadrilha envolvida em corrupção na história recente do país.

Além disso, as eleições do ano seguinte (2014) foram ainda mais acirradas. No entanto, a então presidenta Dilma Rousseff conseguiu se reeleger, passando, assim, a ser vista com mais desrespeito por parte da elite brasileira (SOUZA, 2016), especialmente pelo fato de seu concorrente no segundo turno das eleições, Aécio Neves (PSDB), não aceitar o resultado das urnas e articular, inclusive com o partido que estava na vice-presidência, o atual MDB (Movimento Democrático Brasileiro), a faceta jurídica, parlamentar e política do suposto

---

<sup>4</sup> “Inicialmente uma série de manifestações contra o aumento das tarifas do transporte público, a mobilização foi adquirindo uma pauta diversa conforme foi ganhando corpo. E revelou uma insatisfação com a classe política que não arrefeceria - pelo contrário, evoluiria até se tornar personagem central das eleições presidenciais deste ano [2013]. Há quem considere junho de 2013 um mês que não terminou, e que dialoga diretamente com a crise econômica e política vivida hoje pelo país, além de ter dado vazão aos anseios de uma população que continua querendo serviços públicos melhores e o fim da corrupção”. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44353703>> Acesso em: 18 fev. 2022

*impeachment*, ou como diz Jessé de Souza (2016), Renato Rovai (2017) e Silva (2019), o famigerado Golpe de 2016.

Desde o Golpe, quando o vice-presidente da República, Michel Temer, do MDB, assumiu junto aos seus aliados, de partidos da extrema-direita, o Brasil entrou em um abismo de conflitos sociais, políticos e econômicos e declinou ao voltar ao mapa da fome<sup>5</sup>, aos problemas de saúde pública<sup>6</sup> e a falta de emprego<sup>7</sup>. O cenário propício à desinformação não é exatamente o de uma crise, mas o de uma crise que acontece numa era como a nossa, das novas tecnologias de mídia e de guerra, como a guerra híbrida e suas táticas, entre elas, a do *lawfare*. No caso das novas tecnologias de mídia, hoje qualquer um pode criar/simular uma notícia falsa e publicar. Além disso, vivemos num contexto de pós-verdade, ao ponto de que o atual presidente, Jair Messias Bolsonaro e seus aliados, conseguiram conquistar o poder nas eleições de 2018, através de manipulação das informações no âmbito midiático, por meio das *Fake*

---

<sup>5</sup> “Um dos criadores do Fome Zero e um dos principais pesquisadores em segurança alimentar no Brasil, Walter Belik, professor aposentado do Instituto de Economia da Unicamp, defende que o governo Bolsonaro conduz uma política deliberadamente de desmonte das iniciativas contra a fome no país”. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/01/volta-do-brasil-ao-mapa-da-fome-e-retocesso-ine-dito-no-mundo-diz-economista.shtml>> Acesso em: 19 fev. 2022

<sup>6</sup> “O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) vetou da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) uma série de dispositivos que previam verbas para o enfrentamento à pandemia e seus efeitos em 2022. A nova legislação (14.194/2021) entrou oficialmente no Diário Oficial da União (DOU) desta segunda-feira (23) [23/08/2021] e traz diferentes trechos cortados pelo chefe do Executivo. Aprovada pelo Congresso Nacional em julho, a LDO estabelece normas para a produção do orçamento da União em 2022. Ela sinaliza as políticas públicas e as prioridades a serem consideradas na previsão das verbas do exercício seguinte, por isso é considerada um passo fundamental do ciclo orçamentário do país”. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/08/24/bolsonaro-veta-verbas-para-acoes-de-saude-e-combate-a-pandemia-em-2022-especialistas-criticam>> Acesso em: 20 fev. 2022

<sup>7</sup> “Para o presidente da CUT, Sérgio Nobre, essa tragédia é resultado da política econômica do governo federal, da falta de investimentos públicos e da precarização dos empregos. ‘O governo desmontou instrumentos de desenvolvimento do país e a iniciativa privada não tem, historicamente, condições de exercer o papel de indutor da economia, como quer Guedes e Bolsonaro’, diz Sérgio Nobre, se referindo ao ministro da Economia, o banqueiro Paulo Guedes e ao presidente da República”. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/blogs/blog-na-rede/2021/07/sergio-nobre-governo-bolsonaro-e-responsavel-pela-perda-de-377-empregos-por-hora/>> Acesso em: 20 fev. 2022

News<sup>8</sup>, dentre outras facetas. É aqui, neste cenário, que reside boa parte do nascedouro do problema de pesquisa sobre o qual nos debruçamos neste livro

Podemos, contudo, caracterizar o bolsonarismo como esse fenômeno social e político que surgiu no cenário brasileiro com a ascensão do então deputado federal Jair Messias Bolsonaro, através das redes sociais, desde as manifestações de junho de 2013, passando pelo discurso de ódio e homenagem aos torturadores da Ditadura Militar (1964-1985) na votação para aceitação na Câmara Federal do início do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff até o bombardeio de informações infundadas, conspiração e a ajuda da mídia hegemônica para desestabilizar o Governo Federal e sentenciar o Partido dos Trabalhadores como organização criminosa. O bolsonarismo ensejou o retorno do conservadorismo, das ideologias de extrema-direita, do patriotismo exacerbado, do anticomunismo, do negacionismo científico, da liberação de porte e posse de armas para os “cidadãos de bem”, da aversão aos partidos de esquerda e da rejeição aos Direitos Humanos Universais, com o fomento à homofobia e transfobia, ao racismo e ao fundamentalismo religioso neopentecostal.

Todos esses fatores definem com exatidão a criação de um personagem, ou seja, um “mito”, livre de corrupção, íntegro, sem defeitos e que iria livrar o país das amarras ideológicas esquerdistas, com total apoio midiático, bem como de partidos da famigerada nova direita brasileira. O “comunismo” precisava ser combatido a todo custo, conforme fora feito outrora no que o bolsonarismo denomina de “Revolução de 1964”, negando a ciência e a história brasileira que a

---

<sup>8</sup> “O presidente Jair Bolsonaro deu uma média de 6,9 declarações falsas ou distorcidas por cada dia de 2021, indicou um levantamento da agência de checagem “Aos Fatos”. No segundo ano da pandemia, o político do PL disse inverdades e mentiras acima da média do seu mandato, que seria de 4,3 mentiras desde sua posse em janeiro de 2019. Os dados apontam que o presidente acelerou sua profusão de mentiras nos últimos doze meses: em 2019, de acordo com o levantamento do Aos Fatos, 606 declarações foram classificadas como falsas ou distorcidas – uma média de 1,6 por dia. No ano seguinte, já eram 1.592, ou 4,36 para cada dia. No ano passado, 2.516 falas continham informações sem base na realidade, ou 6,9 por dia”. Disponível em: <<https://congressoenfoco.uol.com.br/area/governo/bolsonaro-deu-sete-informacoes-falsas-ou-distorcidas-por-dia-em-2021/>> Acesso em: 20 fev. 2022

compreende como Golpe Militar. Portanto, tudo isso despertou o lado mais sombrio de parte da população brasileira, intensificando o machismo e o preconceito em todas as suas manifestações, culminando com a eleição de Jair Bolsonaro como 38º Presidente brasileiro.

O início das discussões e o interesse em pesquisar acerca dos fenômenos políticos veiculados no âmbito midiático como formas de legitimação se deram desde a pesquisa de mestrado realizada no Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada na Universidade Estadual do Ceará, <<https://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=94773>> quando através do aporte teórico-metodológico da Análise de Discurso Crítica, de Fairclough (2003), em seus significados acional, identificacional e representacional, conseguimos compreender o poder da mídia hegemônica brasileira no tocante à estruturação do cenário de instabilidade política forjada desde às manifestações de junho de 2013 até a destituição da então presidenta Dilma Rousseff.

Como os desdobramentos desse golpe ainda hoje estão sendo vivenciados pela sociedade brasileira, queremos, com este livro, compreender o processo de legitimação discursivo-midiática da constante ameaça de golpe pelo Governo Bolsonaro em seus discursos oficiais proferidos pelas redes sociais institucionais e que vem sendo veiculado pela mídia hegemônica brasileira, de forma a modalizar as intenções golpistas, principalmente em redes declaradamente apoiadoras do atual governo, como o caso do portal de notícias R7. Trata-se de estudo que será conduzido à luz da Análise de Discurso Crítica, na sua vertente dialético-relacional. Portanto, este livro configura-se como um recorte das discussões empreendidas no processo de investigação realizado no período de doutoramento em Linguística Aplicada, entre 2020 a 2023, realizado na Universidade Estadual do Ceará.

Como dito, esta pesquisa se insere na área da Linguística Aplicada, haja vista que esta está vocacionada à compreensão dos problemas sociais que ocorrem por meio da e na linguagem, bem como sua efetiva compreensão que perpassa os aspectos sociais, culturais e políticos, para criar proposições que contribuam efetivamente com o processo de transformação e mudança da sociedade. Nessa perspectiva, Moita Lopes (2006) classifica a LA como uma esfera da grande área do conhecimento

humano, que mesmo muito recente, pretende compreender a sociedade e suas intermediações com as pessoas via língua.

Este trabalho, portanto, torna-se desafiador, pois como se trata de uma pesquisa de um fenômeno social que está em curso, poucos teóricos têm se debruçado para analisar e contribuir com propostas teórico-metodológicas que pudessem nos nortear nesta empreitada a partir da intersecção entre Linguística Aplicada e Análise de Discurso Crítica. Acerca dessa temática, realizamos pesquisas nos repositórios nacionais, tais como *Google Acadêmico* e *Periódicos Capes*, usando as palavras-chave 'Bolsonaro', 'bolsonarismo' e 'golpe bolsonarista' e focando em pesquisas transdisciplinares, tendo em vista o caráter da LA. Como resultado, encontramos materiais acadêmicos de outras áreas do conhecimento que nos servirão de suporte teórico-metodológico para o desenvolvimento desta pesquisa.

A esse respeito, destacamos alguns trabalhos fora da LA que, mesmo não evidenciando as hipotéticas legitimações da ameaça de um novo golpe, trazem o detalhamento dos desdobramentos inerentes à constituição do bolsonarismo. A esse respeito, Silva (2020) analisa, em dissertação de mestrado em linguística, na Universidade Federal do Ceará, como foram construídas as estratégias discursivas dos deputados supervotados do Partido Social Liberal (PSL), como Janaína Paschoal, André Fernandes e Rodrigo Amorim, mapeando as principais ideias e posicionamentos dos deputados supracitados, a fim de verificar se os perfis dos candidatos utilizaram estratégias semelhantes ou não; além disso, o autor pretende compreender sobre a construção da imagem política do campo ultradireitista e conservador nas redes sociais durante a campanha eleitoral.

Valério (2020) se propôs a identificar pautas comuns entre Bolsonaro e os demais candidatos do PSL compreendendo a existência de uma agenda política que pudesse contribuir para a chegada do atual presidente ao poder, tal como a potencialização do discurso ultraconservador, de apoio ao que a extrema-direita classifica como sendo "moral e bons costumes". Essa pauta tanto foi assumida, em sua maioria, por candidatos católicos, como evangélicos, uma vez que o discurso bolsonarista está muito voltado para a religiosidade, como estratégia política de conseguir mais adeptos.

Cesarino (2019), de igual modo, busca compreender de forma mais aprofundada a reorganização do campo da identidade política no Brasil contemporâneo, tendo por base as projeções repentinas que se configuraram através das redes sociais, por meio das *Fakes News*, culminando na vitória do discurso de extrema-direita e nos pensamentos conservadores do presidente Bolsonaro. O autor analisa ainda a concepção de identidade e representação bolsonarista, apoiando-se na antropologia, a partir de três ângulos: representação populista e formação do “corpo digital do rei”; bivalência reconhecimento-redistribuição; e formação fractal de identidades por meio de mídias digitais.

Nessa mesma linha de pensamento, Romano (2021) faz uma retrospectiva histórica dos traços que configuram a cultura política bolsonarista, desde o golpe militar de 1964 aos dias atuais, buscando tornar mais claro o caráter autoritarista e de “instinto animalesco” na base política exposta pelo atual presidente e seus adeptos, haja vista ser classificada como a derradeira cultura política fincada nos preceitos ditatoriais (1964-1985).

Ainda na tentativa de levantar o estado da arte relativo a esta pesquisa, buscamos sobre a palavra “golpe” e encontramos outros trabalhos que analisam criticamente os mais variados discursos que versam sobre a temática, possibilitando uma efetiva compreensão para a constituição das reflexões que serão empreendidas. A esse respeito, Silva (2020), em sua dissertação, buscou analisar, sob o viés da Análise de Discurso Francesa, como os discursos de ódio, as *fake News* e a pós-verdade enunciados pelo então deputado e futuro presidente Jair Bolsonaro entre os anos de 2013 e 2019 se estruturam constituindo e formulando regimes de verdade.

Campean (2019), em sua pesquisa de doutorado, buscou traçar um panorama sociológico, histórico e antropológico de nossa historicidade, em sua tese, além de estabelecer uma análise discursiva do descompasso entre o real de um povo e aquilo que está no papel. “Um ‘papel’ que tudo aceita, desde o mais profundo ufanismo até o ‘já-sabido’ irrealizável” (CAMPEAN, 2019, p.11).

Silva (2020) discute práticas discursivas relacionadas ao bolsonarismo em rede *online*, como manifestação do populismo,

construído digitalmente, de extrema-direita, analisando os embates semiótico-discursivos instaurados em trajetórias textuais mobilizadas para significar os processos históricos relativos à Ditadura Civil-Militar brasileira (1964-1985) a partir de uma postagem na conta oficial do presidente Jair Bolsonaro no *Twitter*, em 27 de março de 2019, às vésperas dos 55 anos do Golpe de 1964.

De igual modo, em sua dissertação de mestrado na Universidade Federal do Espírito Santo, Batista (2020) buscou problematizar a respeito do revisionismo bolsonarista, especialmente, a visão elogiosa do ex-capitão e seu clã acerca da Ditadura Militar no Brasil, explicitando como o bolsonarismo chegou ao poder, tendo como um dos pontos centrais do seu discurso de militar, sua aversão ao que ele entende como sendo comunismo.

Portanto, produzir um trabalho que visa investigar a legitimação do discurso golpista por parte da mídia contribui para a efetiva compreensão do fenômeno, uma vez que há uma necessidade iminente de entender as artimanhas de um golpe, tendo em vista o que já foi vivenciado outrora no Brasil e como seus desdobramentos têm colaborado para a instabilidade política, econômica, social e a negação constante de direitos adquiridos.

Espera-se, portanto, com este livro, a reflexão e a efetiva compreensão dos processos de legitimação discursivo-midiática como forma modalizada de privilegiar discursos hegemônicos na tentativa de instaurar uma pseudoverdade absoluta que demoniza e endeusa pessoas com a finalidade de sustentar as ideologias dominantes. Que a apresentação das análises deste trabalho possa contribuir para conhecer o presente e nos orientar a não repetimos os mesmos erros, bem como servir de suporte teórico-metodológico para futuras pesquisas em Análise de Discurso Crítica, no âmbito da Linguística Aplicada.

## 2

### O ESTUDO DA LEGITIMAÇÃO DISCURSIVO-MIDIÁTICA E SUAS CATEGORIAS NO CAMPO DA ADC

Mitos e heróis, reis e rainhas são expressões frequentemente utilizadas pela mídia, não apenas para indicar fenômenos ocorridos em sociedades tradicionais. O rádio, o cinema, a televisão e os jornais apropriaram-se dessas e de outras formas de representação para referirem-se àqueles que, no ocidente, ocupam um lugar de destaque no imaginário contemporâneo. Foi assim que surgiram, no nosso século, as rainhas do rádio, o rei do futebol, as estrelas do cinema e os astros da televisão. Acima de todos eles pairam alguns nomes ainda mais "sagrados": os mitos.  
(Thareja Fernandes)

A esse respeito, a Análise de Discurso Crítica surge no cenário de investigação das ciências da linguagem como sendo uma proposta transdisciplinar, com inúmeras vertentes, que nasceu na década de 1970, na Universidade de East Anglia, tendo como base os pressupostos teóricos de pesquisadores como Fowler, Kress, Hodg e Fairclough. Este último propôs um modelo de análise de discurso, sob a ótica da perspectiva dialético-relacional que está intrinsecamente relacionada a presente livro, por seu caráter mais abrangente e sua metodologia mais detalhada, recorrente nos trabalhos dentro dos estudos críticos da linguagem, na Linguística Aplicada.

A ADC, desde o seu nascedouro, apresentou propostas de engajamento social diante das relações desiguais que permeiam a sociedade, entendendo que o papel

do pesquisador é também refletir e se posicionar diante da realidade que o permeia e tem como característica o fato de agregar várias abordagens (NASCIMENTO, 2021, p. 37).

Em seu caráter multi e transdisciplinar, a ADC vem se solidificando com base em epistemologias que, ao longo de sua história, contribuem para torná-la cada vez mais expansiva e aplicável em todas as áreas do conhecimento. Nesse sentido, sua estruturação, conforme Ramalho e Resende (2017), dá-se com base no materialismo histórico-dialético<sup>9</sup>, proposto por Marx e Engels<sup>10</sup>, na concepção de sujeito advindo da Psicanálise Freudiana<sup>11</sup> e nos estudos estruturalistas da linguagem inaugurado postumamente por Saussure.

Por sua constituição histórica oriunda de diversas ciências, a transdisciplinaridade da ADC insiste em não apenas utilizar-se das outras ciências para contribuição de suas análises, mas em colaborar efetivamente com as demais ciências, em especial as sociais, pois além de se utilizar de contextos relacionados à materialização discursiva, ou seja, a linguagem, oferecendo resultados que interferem e orientam o olhar

---

<sup>9</sup> “O método materialista histórico-dialético caracteriza-se pelo movimento do pensamento através da materialidade histórica da vida dos homens em sociedade, isto é, trata-se de descobrir (pelo movimento do pensamento) as leis fundamentais que definem a forma organizativa dos homens durante a história da humanidade” (PIRES, 1997, p. 83)

<sup>10</sup> “Marx e Engels tomaram consciência das conclusões teóricas a que haviam chegado, a partir de suas experiências e estudos filosóficos e científicos. Colocaram firmemente a tarefa de produzir uma obra em comum de crítica aos jovens hegelianos, grupo que haviam integrado, expondo a nova concepção materialista”. Disponível em: <<http://www.lemarx.faced.ufba.br/marxeengels.html>> Acesso em: 17 fev. 2022. Se houver versão publicada em periódico acadêmico do artigo de Francisco P. Silva, cite a versão publicada.

<sup>11</sup> “Trata-se de uma abordagem que trabalha profundamente o inconsciente, responsável pelas nossas atitudes que temos “em modo automático”. Essas podem chegar a desafiar a lógica e o bom senso. Para exemplificar, pense em todas as vezes que você disse “a partir de amanhã não vou mais fazer X coisa” e se pegou repetindo o comportamento sem perceber. Ou quando falou algo que não queria e emendou um “é brincadeira” no fim para não parecer rude. O inconsciente é responsável por isso. Sigmund Freud (1856-1939) foi fundador dessa abordagem e talvez o psicanalista mais conhecido, mas há outras escolas de pensamento que contribuíram para o movimento psicanalítico”. Disponível em: <<https://www.vittude.com/blog/o-que-e-psicanalise/>> Acesso em: 17 fev. 2022.

dos pesquisadores sociais sobre os fenômenos abordados na ótica discursiva, como afirmam Resende e Ramalho (2017):

A ADC é, por princípio, uma abordagem transdisciplinar. Isso significa que não somente aplica outras teorias como também, por meio do rompimento de fronteiras epistemológicas, operacionaliza e transforma tais teorias em favor da abordagem sociodiscursiva (RESENDE, RAMALHO, 2017, p. 14).

A ADC estuda as relações entre a linguagem e a sociedade no interior das diversas práticas sociais e, em outras palavras, investiga essas transformações pelas quais a sociedade já tem passado levando em conta seu olhar peculiar para o texto e para a realidade social. Contudo, é importante destacar que a Análise de Discurso Crítica não faz apenas uma articulação de palavras ou de escolhas lexicais, dentre outras, mas observa, em suas análises, que o fazer pesquisa crítica em discurso vai muito além de compreensões meramente linguísticas, mas extrapola os fenômenos sociais, tendo em vista sua análise de ideologia e hegemonia.

A partir de uma problemática social desvelando o modo como discurso enquanto linguagem é usado e como participa dessa construção propõe estabilizações de distrações sociais. Outrossim, é a prática discursiva que faz com que a sociedade vá se envolvendo no processo de produção, distribuição e consumo dos textos. Nesses discursos, eles estão organizados e se materializam através dos gêneros discursivos, que são bastante estáveis e importantes para disciplinar ações da vida social por meio da linguagem, como exemplo, os efeitos prejudiciais do atual Governo.

Nesse sentido, a ADC propõe um aporte teórico-metodológico diversificado e transdisciplinar, inovando ao romper com as barreiras tradicionalistas que impõem limites epistemológicos nas mais variadas ciências, tornando-se assim uma abordagem urgente e necessária para a compreensão de fenômenos sociais que ocorrem por meio da e na linguagem. A ADC, ademais, ocupa-se da investigação linguística na materialidade discursiva do texto, daí suas raízes estruturalistas, como salienta Magalhães, Martins e Resende (2017), entendendo o texto como evento situado em contextos histórico, social, político e que todos esses

contextos são responsáveis por produzir sentido, portanto, devem ser levados em consideração diante do processo investigativo.

[...] há uma gama variada de abordagens que se identificam com o rótulo de 'ADC', Assim, não apenas os avanços trazidos por Norman Fairclough são identificados como ADC, mas também as perspectivas de autores como Teun Van Dijk (1989), Ruth Wodak (1996), Blommaert (2005), Theo van Leeuwen (2008), entre outros/as. Todas essas abordagens são legitimamente associadas à Análise de Discurso Crítica (RESENDE, VIEIRA, 2016, p. 20).

Segundo Magalhães, Martins e Resende (2017), seguindo a linha de pensamento de Wodak e Meyer (2009), a Análise de Discurso Crítica possui inúmeras vertentes que contribuem nos mais variados processos de investigação discursiva, conforme quadro abaixo:

**Quadro 1 – Vertentes da Análise de Discurso**

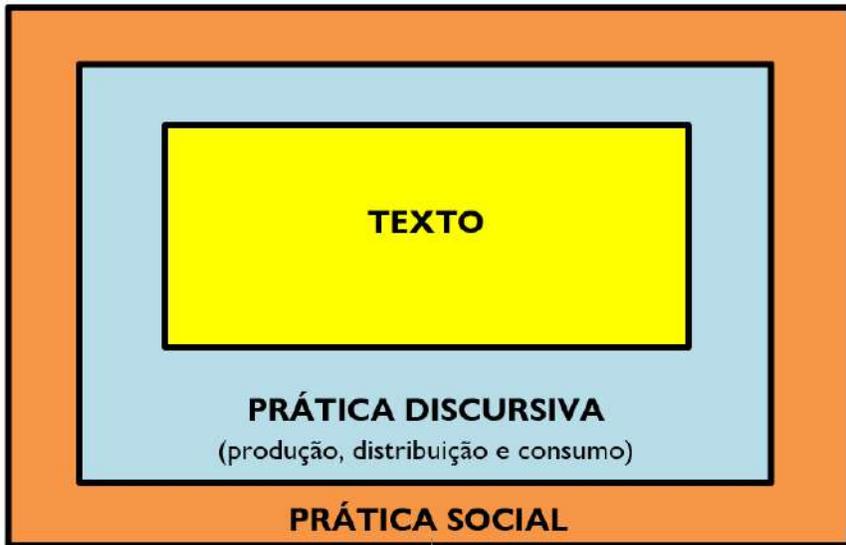
<b>VERTENTE</b>	<b>OBJETIVOS</b>	<b>CONCEITOS-CHAVE</b>	<b>PRECURSORES</b>
Histórico-Discursiva	Fatos discursivos, mediados pela noção de poder, historicamente projetados em diacronia	Discurso, diacronia, contexto, contexto, fatos históricos, sistematologia, intertextualidade, interdiscursividade	Reisigl e Wodak
Linguística de Corpus	Elementos quantitativos de fatos discursivos mediados pela noção de poder	Corpus, corpora, análise quantitativa, softwares, saturação de dados	Mautner
Atores Sociais	O modo como atores sociais são representados em textos, através de duas macro-operações (inclusão e exclusão) e sua mediação com a noção de poder	Representação, atores, inclusão, exclusão, agentividade, passividade	Van Leeuwen
Análise de Dispositivo	Relação entre práticas discursivas e não-	Dispositivo, prática discursiva, prática não	Jäger e Maier

	discursivas mediadas pela noção de poder	discursiva, saber, conhecimento	
Sociocognitiva	Relação constitutiva entre discurso, sociedade e cognição mediada pela noção de poder	Discurso, sociedade, cognição, modelos mentais, discriminação, elites	Van Dijk
Dialético-Relacional	Relação constitutiva entre discurso e sociedade, mediada pela noção de poder, com foco na observação do processo de mudança discursiva e social	Discurso, poder, mudança	Fairclough

Fonte: elaborado pelo autor, com base em Irineu (2022)

Diante dessa pluralidade de teorias e métodos, para este trabalho, elegemos o modelo dialético-relacional como inspiração para as categorias que são propostas para investigar o processo de legitimação discursivo-midiática, haja vista, que Norman Fairclough é o autor que mais se utiliza da pesquisa no meio jornalístico, tendo em vista os aspectos de compreensão de ideologia, hegemonia, na sua proposta teórico-metodológica, principalmente no que diz respeito aos seus primeiros empreendimentos investigativos com o modelo tridimensional, conforme quadro abaixo:

**Quadro 2 – Modelo Tridimensional do Discurso**



Fonte: Fairclough (2001)

Tomando como base o Quadro 2, compreendemos que a ADC, do ponto de vista deste modelo, é uma teoria e um método que investiga o discurso materializado na relação entre texto e sociedade no interior das diversas práticas sociais, levando em conta o olhar multidisciplinar para o texto e para a realidade social são se ocupando apenas de palavras, mas de situações mais concretas que envolvam as práticas sociais situadas através da linguagem.

Compreendendo tal abordagem transdisciplinar dentro da ADC, Fairclough (2001) propôs seu modelo analítico que, além de apresentar uma proposta minuciosa e robusta da análise textual por meio das práticas sociais, põe o analista como produtor de conhecimento que se opõe às relações de poder e dominação, contrariando os discursos hegemônicos.

Silva (2019) salienta que

a ADC torna-se uma abordagem interdisciplinar que estuda estratégias de como se opor aos discursos das classes dominantes, que têm uma pequena parcela, a elite, como detentora dos meios de comunicação e das práticas discursivas que permeiam todas as esferas da sociedade. Assim, é inevitável não entender os analistas críticos como normalmente militantes sociais de direitos humanos,

sindicalistas e intelectuais que lutam com as palavras, como forma de contraposição das mais terríveis situações de opressão por parte da classe dominante (SILVA, 2019, p.34).

Destarte, escolhido para subsidiar, de partida, teórico-metodologicamente este livro, o modelo tridimensional assume sua tríade indissociável para os empreendimentos analíticos dentro dos estudos críticos da linguagem. Inicialmente, Fairclough (2001) propõe o texto como etapa inicial de análise, tendo em vista que este representa a materialização discursiva das práticas de interação social. “Os textos são feitos de forma às quais a prática discursiva passada, condensada em convenções, toda de significado potencial” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 103).

O texto é apresentado como sendo resultante da relação entre linguagem e sociedade, uma vez que estes são oriundos de estruturação da sociedade por meio da linguagem e, “potencialmente transformadores dessa estruturação, do mesmo modo como os eventos sociais são resultado e substrato das estruturas sociais” (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017, p. 202).

A esse respeito, Lopes *et.al.* compreendem que a dimensão textual em Fairclough (2001), destaca

[...] também o seu caráter de interação, representação de mundo e identificação de si mesmo, o que significa que todo texto traz em si as marcas dos atores sociais que dele participam. Por essa razão, para a ADC faircloughiana, o texto é a unidade mínima de análise tendo em vista que elementos menores, como parágrafos e frases, não incorporam as práticas sociais e culturais de um grupo (LOPES; *et.al.*, 2020, p. 114).

Em suma, o texto é compreendido “como um resultado da relação entre linguagem e sociedade” (SILVA, 2019, p. 35). Nesse sentido, internamente, compreendemos essa relação como sendo revelada através da materialização discursiva, haja vista que um texto é resultante da estruturação social da linguagem, como também possui “significado potencial de uma forma e é geralmente heterogêneo, um complexo de significados diversos, sobrepostos e algumas vezes contraditórios” (SILVA, 2019, p. 35).

No tocante à prática discursiva, no modelo tridimensional, percebemos com ênfase as relações sociais que envolvem os processos

de produção, distribuição e consumo desses discursos materializados nos mais variados gêneros textuais, desde uma conversa informal aos modelos intersemióticos. Nesse sentido, fatores como contexto social, momento histórico e geográfico, situação de poder e dominação, influência social dos interlocutores, raça, gênero, etnia e estilo de produção discursiva colaboram para o processo analítico mais abrangente, conforme salienta Fairclough (2001), quando compreende que os textos são produzidos dentro de contextos sociais, por exemplo: “um artigo de jornal é produzido mediante rotinas complexas de natureza coletiva por um grupo cujos membros estão envolvidos variavelmente em diferentes estágios de produção” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 107).

No que se refere à terceira etapa da tríade apresentada por Fairclough (2001), a concepção de prática social se coloca de forma mais abrangente, entendendo que as outras duas compõem expressões situadas dentro das práticas sociais, portanto, esta é maior e repleta de outras conexões que vão desde as relações sociais de interação através da linguagem, atividades materiais, sistemas de crenças e contexto social marcando-se intersubjetivamente uma relação dialética na construção do mundo social. A esse respeito, Fairclough (2001) afirma que

[q]ualquer “evento” discursivo (isto é, qualquer exemplo de discurso) é considerado como simultaneamente um texto, um exemplo de prática discursiva e um exemplo de prática social. A dimensão do “texto” cuida da análise linguística de textos. A dimensão da “prática discursiva”, como “interação”, na concepção “texto e interação” de discurso, especifica a natureza dos processos de produção e interpretação textual – por exemplo, que tipos de discurso (incluindo “discursos” no sentido mais socioteórico) são derivados e como se combinam. A dimensão de “prática social” cuida de questões de interesse na análise social, como as circunstâncias institucionais e organizacionais do evento discursivo e como elas moldam a natureza da prática discursiva e os efeitos constitutivos/construtivos referidos anteriormente (FAIRCLOUGH, 2001, p. 22).

Fairclough (2001) entende a indissolúvel e intrínseca relação entre os três elementos do modelo tridimensional ao afirmar que os três ocorrem simultaneamente e que o texto é um exemplo concreto de prática discursiva e, por sua vez, da prática social. O texto é inerente às relações linguísticas que são estabelecidas entre os sujeitos no momento da interação social; a prática discursiva é a própria interação, e ambos

ocorrem por meio da organização, dentro de um contexto social em circunstâncias que vão moldando tais práticas por meio das ideologias dos atores sociais e do poder oriundo da hegemonia.

Silva et.al. (2020) compreendem que

a ADC utiliza a noção de prática social para construir sua definição de discurso como um momento das práticas, as quais são compostas por outros elementos: relações sociais, atividades materiais e sistemas de conhecimento e crença (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999) que se articulam dialeticamente para construir o mundo social (SILVA et. al., 2020, p. 144).

Os autores acima destacam a necessidade da ADC em investigar os modos como os elementos da tríade – texto, prática discursiva e prática social – são interligados nos processos sérios de análise discursiva como tarefa urgente e necessária aos estudos da ADC. Nesse sentido, os “analistas de discurso têm investigado tais aspectos em profundidade e identificado inúmeras particularidades no que tange à construção de relações sociais textualmente mediadas” (SILVA et. al., 2020, p. 144). Entretanto, entendemos que a linguagem em constante interação na vida social está intrinsecamente relacionada aos modos de representação, ação e identificação dos atores sociais em suas determinadas e distintas práticas.

O modelo tridimensional proposto por Fairclough (2001) aponta subcategorias que se interrelacionam e se completam em sua proposta analítica como um todo completo que busca nas mais variadas formas extrair informações para a efetiva compreensão do fenômeno social em análise, conforme quadro abaixo.

**Quadro 3 – Categorias analíticas do modelo tridimensional**

<b>TEXTO</b>	<b>PRÁTICA DISCURSIVA</b>	<b>PRÁTICA SOCIAL</b>
Vocabulário gramática coesão estrutura textual	Produção distribuição consumo contexto força intertextualidade coerência	<b>ideologia</b> (sentidos, pressuposições e metáforas) <b>hegemonia</b> (orientações econômicas, políticas, culturais e ideológicas)

Fonte: Fairclough (2001)

O processo investigativo do discurso amparado pelo modelo tridimensional ocorre simultaneamente, uma vez que as três categorias são imbricadas e vão sendo analisadas uma a uma de modo progressivo. Sob a perspectiva da macrocategoria textual, encontramos, segundo Fairclough (2001), o **vocabulário** que permite uma investigação pormenorizada de palavras que compõem as escolhas lexicais, tendo em vista a necessidade de se entender efetivamente o que se diz e o porquê de tais escolhas. A esse respeito, tomamos como exemplo a mídia hegemônica que escolhe utilizar o léxico “invadir” em detrimento de “ocupar” em notícias relacionadas ao Movimento dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Sem Terra.

No que diz respeito à **gramática**, o autor aponta não expressões isoladas, mas a combinação de palavras e expressões que são modalizadas dentro do discurso e combinadas, no processo de **coesão** conseguem chegar aos objetivos discursivos empreendidos pelo sujeito do discurso. Por fim, a **estrutura textual** trata-se das propriedades organizacionais em larga escala do texto como um todo unificado.

A compreensão da prática discursiva ocorre em sua totalidade na análise gradativa das microcategorias como **intertextualidade**, que compreende os textos como repletos de fragmentos de outros textos que o antecederam. O processo de **produção e distribuição** leva em conta questões de momento da produção do discurso, contexto histórico, social, econômico e político, bem como para qual público está sendo produzido tal discurso, quem o consome e o porquê nas variedades de gêneros discursivos que surgem cotidianamente, mediante necessidade e demanda social. O **contexto** é imprescindível dentro do processo analítico, uma vez que os discursos são produzidos dentro de uma realidade social que precisa ser compreendida em sua totalidade.

A concepção de **força**, na prática discursiva, “é seu componente acional, parte de seu significado interpessoal, a ação social que realiza, que atos de fala desempenha” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 111). Por exemplo a força de uma sentença proferida pelo juiz ao pronunciar “inocente!” e, ainda como exemplo, a força da palavra de um sacerdote ao proferir “eu te batizo”. No que diz respeito a **coerência**, Fairclough (2001) entende as relações que ocorrem internamente na estrutura

textual e social, quando as partes estão alinhadas e conectadas ao formar um sentido significativo.

Na esteira disso, a prática social se torna mais abrangente por seu diálogo multidisciplinar quando enfatizamos as relações de ideologia e hegemonia. A **ideologia** é apresentada sobre três asserções, como “existência material nas práticas das instituições [...], interpela os sujeitos [...] e são locais e marcos delimitadores na luta de classes” (FAIRCLOUGH, 2001), A **hegemonia** está relacionada ao poder oriundo de quem realiza o discurso, observando as lutas de classe em termo de articulação, desarticulação e rearticulação de elementos sintonizados ao poder.

No processo de reconfiguração da ADC dialético-relacional, optamos por trabalhar na interface entre Fairclough (2001) e (2003), conforme destacamos no quadro abaixo:

**Quadro 4 –Modelo tridimensional adaptado para o estudo da legitimação discursivo-midiática**



Fonte: elaborado pelo autor

Sobre o contexto de análise de conjuntura, ela se baseia na tentativa de compreender como e por que se configuram as práticas discursivas, tendo referência no momento social, histórico, político e ideológico que se vivencia e que contribui significativamente na constituição da conjuntura. Assim, situamos historicamente todo percurso, desde o

segundo mandato da presidenta eleita democraticamente, quiçá, podemos aprofundar as bases para a consolidação do impedimento, desde que o presidente Lula foi eleito, com seu projeto de governo voltado para as minorias sociais que em mais de 2000 anos nunca tiveram sua voz escutada pelos seus líderes políticos nos rincões deste país. Portanto, descrita a conjuntura iniciada no Golpe de 2016, apoiando-nos no diálogo multidisciplinar, principalmente nas ciências sociais.

Partindo da perspectiva textual, temos o **vocabulário**, que, conforme dissemos anteriormente, permite uma investigação pormenorizada de palavras que compõem as escolhas lexicais, tendo em vista a necessidade de se compreender efetivamente o que se diz e o porquê de tais escolhas lexicais ao pronunciar algo. A esse respeito, tomamos como exemplo a mídia hegemônica que escolhe utilizar o léxico “invadir” em detrimento de “ocupar” em notícias relacionadas ao Movimento dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Sem Terra, mostrando assim, através dos mecanismos lexicais suas ideologias contrárias ao MST.

Sobre **avaliação**, entendemos como as ordens do discurso estão organizadas de modo a representar, através dos textos, os atores sociais e suas relações com o mundo e os eventos discursivos. “Os diferentes discursos não apenas representam o mundo concreto, mas também projetam possibilidades diferentes da realidade” (RESENDE; RAMALHO, 2019, p. 71). Dessa forma, Fairclough (2003) aponta etapas distintas e articuladas que servem para a identificação do processo de avaliação dentro da prática textual, como voltar-se aos temas centrais, ou seja, de que partes do mundo aparecem tais representações e quais questões mais particulares, como os traços linguísticos específicos realizados no discurso, em sintonia ao vocabulário, tendo em vista que diferentes formas de utilização do léxico, apontam para formas diferentes de representar o mundo.

Fairclough (2003) apontam ainda outra categoria analítica bastante proveitosa que é a representação de atores sociais. Portanto, as maneiras distintas como estes são representados nos textos direcionam para posicionamentos ideológicos em relação a eles e suas atividades. Nessa seqüência, determinados atores sociais, numa perspectiva do texto, podem ter sua agência apagada ou destacada em vista da forma como são

apresentados e representados no enunciado, com os destaques e expressões que podem explicitar juízo de valor positivo ou negativo, tendo como base os posicionamentos políticos e ideológicos do sujeito que profere os enunciados.

Ainda sobre avaliação, Fairclough (2003) destaca essa categoria como bastante produtiva e identificável a partir do próprio texto. “A avaliação inclui afirmações avaliativas (que apresentam juízo de valor), afirmações com verbos de processo mental afetivo (tais como detestar, gostar, amar) e presunções valorativas (sobre o que é bom ou desejável)” (RESENDE; RAMALHO, 2011, p. 79).

As afirmações valorativas são atribuídas quanto à necessidade de classificar o que é desejável ou indesejável, relevante ou irrelevante dentro de um contexto discursivo. Esta por sua vez também pode ser classificada ainda com uma escala de intensidade, tais como bom/ótimo/excelente. Já as afirmações com verbos de processo mental estão relacionadas ao nível afetivo expresso nos enunciados, marcadas excessivamente com a subjetividade do autor “em estruturas como eu detesto, eu gosto” (RESENDE; RAMALHO, 2011, p. 80).

No tocante à prática discursiva, a **intertextualidade** para Fairclough, foi constituída a partir da influência dos estudos linguísticos do filósofo Mikhail Bakhtin, com as propostas de análise de textos em geral. Apesar do termo intertextualidade não haver sido cunhado por Bakhtin, e sim por Kristeva, no final da década de 1960, ele em suas contribuições teóricas destaca que os textos anteriores são indispensáveis para a formulação de novos enunciados utilizados nos processos de interação social.

Fairclough (2001) compreende que os textos são inerentemente intertextuais, desdobrando-os em dois tipos distintos, ou seja, a intertextualidade manifesta e a intertextualidade constitutiva ou interdiscursividade. No que diz respeito à intertextualidade manifesta, podemos compreender como sendo àquela mais usual no processo de constituição da tessitura textual, uma vez que esta aparece na forma de discurso direto ou indireto, compreendendo quando um autor faz uso adequado de expressões advindas de outros autores. Quanto à intertextualidade constitutiva ou simplesmente, interdiscursividade, refere-se à constituição diversa dos mais diferentes tipos de texto, por

meio das ordens do discurso, ou seja, pela relação dialógica entre gênero, discurso e estilo, com outros tipos de discurso, contribuindo para uma configuração criativa em suas formas.

Outrossim, a intertextualidade ainda possibilita ao analista uma compreensão mais detalhada do texto em uma perspectiva histórica, quando traz à tona fragmentos textuais do passado. Essa historicidade, inerente aos textos observados sob o aspecto da intertextualidade, possibilita entender os processos de luta hegemônica pela observação das estratégias de legitimação discursivo-midiática.

Na construção e identificação da modalidade, há uma proposta de subdivisão, empreendida por Fairclough (2003) acerca do que vem a ser denominada como epistêmica e deôntica. A modalidade epistêmica está relacionada a troca de conhecimento e tem seu grau de comprometimento com a “verdade”, tendo em vista que a modalidade deôntica está relacionada ao comprometimento com a obrigatoriedade ou necessidade. Nesse sentido, percebemos ainda a divisão cunhada por Fairclough (2003), classificando a modalidade como epistêmica e deôntica. A epistêmica está relacionada a troca de conhecimento e tem seu grau de comprometimento com a construção de uma suposta “verdade”, uma vez que a deôntica está relacionada ao comprometimento com a obrigatoriedade ou necessidade, conforme exemplificamos abaixo:

**Quadro 5 – Modalidade epistêmica**

<b>DECLARAÇÕES</b>	<b>EXEMPLOS</b>
Afirmações	A janela está aberta!
Modalizada	A janela pode estar aberta!
Negação	A janela não está aberta!

Fonte: Silva (2019, p. 69)

O grau de comprometimento com a veracidade da informação tanto na afirmação como na negação, uma vez que elas possuem alto grau de engajamento do enunciador diante do fato exemplificado sobre a janela, diferentemente da modalidade epistêmica, que, ao usar tal enunciado, o ator social praticamente se isenta da reponsabilidade categórica exercida pelos polos. Sobre essa afirmação, Rodrigues (2017) em consonância com a ADC, salienta que “o grau de comprometimento do enunciador é

menor, podendo funcionar como estratégia de proteção de face ou de isenção de responsabilidade, dependendo do contexto de ocorrência”. (RODRIGUES, 2017, p. 94).

No que diz respeito a classificação da ocorrência da modalidade deôntica, apresentamos seu exemplo no quadro a seguir:

**Quadro 6 – Modalidade deôntica**

DECLARAÇÕES	EXEMPLOS
Prescrição	<b>Abra a janela!</b>
Consentimento	Abrirei a janela!
Modalidade deôntica (oferta)	Eu posso abrir a janela!
Modalidade deôntica (demanda)	Você deveria abrir a janela!
Proibição	Não abra a janela!
Recusa	Não abrirei a janela!

Fonte: Silva (2019, p. 70)

A **modalidade**, portanto, segundo pensamento de Halliday (1985 *apud* RESENDE; RAMALHO, 2017, p. 80) “é o julgamento do falante sobre as probabilidades ou obrigatoriedades envolvidas no que diz”, ou seja, o autor ainda acrescenta a polaridade como um traço semântico da modalidade, tendo em vista as possibilidades intermediárias entre positivo e negativo.

Não obstante ao mencionado anteriormente, a **ideologia** é apresentada sobre três asserções, como “existência material nas práticas das instituições [...], interpela os sujeitos [...] e são locais e marcos delimitadores na luta de classes” (FAIRCLOUGH, 2001), e a **hegemonia** está relacionada ao poder oriundo de quem realiza o discurso, observando as lutas de classe em termo de articulação, desarticulação e rearticulação de elementos sintonizados ao poder. Em suma, compreendemos que a concepção analítica do discurso segundo o modelo tridimensional adaptado foi bastante abrangente e perpassou todas essas categorias mencionadas anteriormente.

É inegável, no âmbito das ciências sociais aplicadas, a existência concreta de uma única e consistente definição de ideologia e hegemonia, tendo em vista sua multiplicidade de significados que nos permitem associá-los às utilizações das formas simbólicas de representação de grupos sociais que lutam pelo reconhecimento e obtenção do exercício do poder. A esse respeito, Correia (2004) entende que durante o

período do iluminismo e da dimensão racionalista, utilizou-se em demasia a reflexão dominante nos séculos XVIII e XIX, onde entendia que a ideologia era integrante do pensamento social e político uma vez que ao referir o conjunto de formas simbólicas e culturais mobilizadas buscava estabelecer e sustentar as relações de poder e de dominação nos mais variados contextos sociais onde essas formas foram produzidas, distribuídas e recebidas.

Quando, na sequência das diversas transformações da modernidade, a comunicação se tornou um factor estruturante do exercício da política, evidenciando adimensão simbólica dos conflitos sociais, a hegemonia emergiu como um conceito que traduz a busca de uma certa «autoridade cultural» de uma classe ou estrato social sobre outros que selhe opõem. Tanto a ideologia como a hegemonia são, pois, conceitos que se articulam de modo evidente com a dimensão simbólica, cultural e comunicacional da actividade social e política, designadamente com as relações de poder e de dominação. Nesse sentido, ocupam um lugar importante no vasto campo de estudos das relações entre comunicação e política (CORREIA, 2004, p. 2).

A perspectiva da ideologia está associada a um conjunto de crenças que assegura a relação de um grupo com o mundo social. Essas crenças podem estabelecer um sentido negativo – “ideologia como corpo de crenças que assegura a legitimidade da posição social do grupo que as partilha, graças à ocultação da dominação implícita à correlação de forças vigente, ou seja ideologia como distorção” (RICOEUR, 1991, p. 168) – ou, ainda, uma outra perspectiva relacionada a neutralidade, podendo desaguar em outro significado bem mais amplo, ou seja, de ideologia como conjunto de crenças que busca configurar as mais variadas formas de interação entre os sujeitos sociais, tendo em vista os processos de mediação simbólica, bem como uma abordagem sobretudo na organização política das sociedades.

Utilizamos neste livro essas duas concepções de ideologia, uma vez que são mais profícuas dentro dos estudos da linguagem e que utilizamos no procedimento de análise e discussão de dados que apresentamos em seções posteriores. Qualquer uma das definições não é considerada isenta de sua responsabilidade social ou inocente quando modaliza seu discurso sobre qualquer que seja o posicionamento, porém “divide de

um modo significativo, ainda que com graduações diversas, as diferentes leituras que se fazem desses conceitos” (CORREIA, 2004, p. 3).

A primeira concepção de ideologia está intrínseca ao pensamento postulado pelo marxismo, onde se filia a pressupostos cunhados por Althusser, por Bourdieu e pela Escola de Frankfurt e seus mais variados pensadores. Nesse sentido, essa perspectiva ideológica possui conotação pejorativa, uma vez que está relacionada às formas de dominação social que orientam posições que as diferentes classes sociais ocupam no processo de produção, ou seja, diante da realidade social torna-se deformada por esta vertente, pois se observa atrelada aos interesses, majoritariamente, das classes dominantes.

A segunda concepção de ideologia é atrelada a um sistema de crenças que diz respeito privilegiadamente à organização social e política das sociedades. Esta concepção também é postulada por alguns teóricos marxistas e há variantes que podem originar conceitos diversos, como a tradição que inclui pensadores como Gramsci, o sentido de ideologia faz parte dos conjuntos de normas que integram os recursos de combate dos antagonistas inerentes às lutas de classes. Nesse sentido, o conjunto de crenças diz respeito, privilegiadamente, à organização política das sociedades e ao seu papel social que pode estar a serviço das classes dominadas e ao seu interesse de emancipação social relacionado com a transformação da sociedade. Essa segunda concepção de ideologia não tem um sentido, necessariamente relacionado a dominação ou ao dominador, mas com a distorção da realidade.

Apesar de continuar relacionada com a *práxis* política, com os interesses de classe e com o papel relativo ocupado no processo de produção, a ideologia ganha uma dimensão mais plural. É neste contexto que emerge, com Gramsci, o conceito de hegemonia, entendida como um privilégio na produção simbólica e de sentido, obtido no decurso de uma luta entre os intelectuais activos na sociedade civil no contexto de uma prática política levada a efeito no interior de uma sociedade modificada pelas transformações democráticas e pluralistas. Numa outra variante, a ideologia já não diz respeito, especialmente ao conteúdo do corpo de crenças, mas ao seu uso (CORREIA, 2004, p. 5).

Correia (2004) em consonância com o pensamento de Habermas (1987), Ricoeur (1991) e Thompson (1995), compreende que esse conjunto de ideias e de crenças “pode, com efeito, servir de cimento

social para a manutenção das relações de dominação pré-existentes” (CORREIA, 2004, p. 6) mas também pode conter um momento utópico de aspiração à transformação das relações sociais num sentido mais democrático.

Para melhor compreender a forma como a ideologia corrobora na construção de hegemonias, Thompson (2011) propõe, no quadro a seguir, uma organização sucinta de como a ideologia opera na organização da construção discursiva, expressa na tessitura textual.

**Quadro 7 – Modos de operação da ideologia**

<b>MODOS GERAIS DE OPERAÇÃO DA IDEOLOGIA</b>	<b>ESTRATÉGIAS TÍPICAS DE CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA</b>
Legitimação (relações de dominação são representadas como legítimas)	Racionalização Universalização Narrativização
Dissimulação (relações de dominação são ocultadas, negadas ou obscurecidas)	Deslocamento Eufemização Tropo (sinédoque, metonímia, metáfora)
Unificação (construção simbólica de identidade coletiva)	Estandartização Simbolização da unidade
Fragmentação (segmentação de indivíduos ou grupos que possam representar ameaça ao grupo dominante)	Diferenciação Expurgo do outro
Reificação (retratação de uma situação transitória como permanente e natural)	Naturalização Eternalização Nominalização/Passivização

Fonte: Thompson (2011, p. 81)

Corroborando com esse pensamento, Habermas (1987) compreende a existências de outros conceitos atrelados ao significado de ideológica, como o relacionado a questão do espaço público, que se configura como significado ideológico, porém não se limita a ocultação das dominações de classes sociais, pois possui, dialeticamente, a necessidade de solidificar um caminho que visa a transformação da realidade social, de forma mais incluyente e menos classicista.

A esse respeito, através de Thompson (1995), compreendemos que as fórmulas simbólicas de se relacionar com os processos de dominação social é inerente não apenas ao conteúdo explícito no jogo discursivo,

mas também pelo uso efetivo e implícito dessa simbologia. Correia (2004, p. 8) entende que

O uso e manutenção de um mesmo sistema de crenças pode tanto negar a participação dinâmica dos agentes sociais favorecendo contextos de dominação, como pode contribuir para uma transformação democrática das sociedades. Nada impede que conceitos idênticos (os direitos humanos, por exemplo) não possam servir propósitos díspares: uma utilização que visa distorcer a visão da realidade – quando são invocados para ocultar relações de dominação que prosseguem sobre a sua vigência – ou, ao contrário, uma utilização que visa transformar de modo positivo a realidade – quando, por exemplo, visa reforçar aspirações democratizantes em nome do seu alargamento a grupos excluídos.

Em sintonia a esse pensamento, Ricoeur (1991), compreende que o processo de significação da palavra ideologia implica num profícuo diálogo com as contribuições de Marx, tendo em vista que os múltiplos significados surgem como um único dos aspetos possíveis do uso da ideologia, sendo possível através do estudo do conceito a níveis progressivamente mais profundos, encontrar outras funções, tais como:

a) a função de legitimação para compensar o hiato entre a pretensão de legitimidade apresentada pela autoridade governante e a crença na legitimidade da ordem por parte dos súbditos; b) a função de integração e de preservação da identidade social (TAYLOR, p. 30). Nesse sentido, o problema do uso das formas simbólicas assemelha-se significativamente à reflexão de Thompson, e de certo modo, da de Habermas, como se vê no exemplo que Ricoeur apresenta em relação a uma fórmula simbólica específica: “A religião funciona como uma ideologia quando justifica o sistema de poder existente, mas também funciona como uma utopia na medida em que é uma motivação que alimenta a crítica” (RICOEUR, 1991, p. 392).

No caso destes autores, a definição dos conceitos de hegemonia e ideologia implica significações diversas, mas tem em comum o facto de não se referir apenas à sua dimensão dominadora e manipuladora, porém torna-se imperativo compreendê-la efetivamente no âmbito dos estudos discursivos, pois seus significados estão para além dessas concepções.

Sobre a hegemonia, compreendemos seu surgimento também atrelado à tradição marxista, tendo em vista a necessidade de pensar e entender como se configuram as sociedades em suas hierarquias distintas situadas no tempo e no espaço. Nesse sentido, oriunda da tradição russa,

é Gramsci que apresenta uma proposta de hegemonia bem mais elaborada e adequada a dar conta das relações sociais. A esse respeito, Alves (2010, p. 71) entende que

A noção de hegemonia propõe uma nova relação entre estrutura e superestrutura e tenta se distanciar da determinação da primeira sobre a segunda, mostrando a centralidade das superestruturas na análise das sociedades avançadas. Nesse contexto, a sociedade civil adquire um papel central, bem como a ideologia, que aparece como constitutiva das relações sociais. Deste modo, uma possível tomada do poder e construção de um novo bloco histórico passa pela consideração da centralidade dessas categorias que, até então, eram ignoradas (ALVES, 2010, p. 71).

Nessa linha de raciocínio, percebemos que nos últimos tempo tem surgido novas e distintas abordagens sobre a concepção de hegemonia na tentativa de expandir o pensamento gramsciano acerca das configurações e influências do capitalismo em meio ao que denominamos modernidade tardia. Laclau e Mouffe (2004) ratificam o pensamento de Gramsci e apresentam as ambiguidades de seus postulados na tentativa de compreender efetivamente a concepção de hegemonia, formulando um novo conceito a partir de Gramsci e do conjunto de categorias propostas pelo pós-estruturalismo. Podemos compreender de a concepção de hegemonia na perspectiva gramsciana está relacionado a sua inserção no campo de transição marxista, uma vez que ele se encontra na tênue transição entre o marxismo tradicional e o ocidental.

Laclau e Mouffe (2004, p. 100), compreendem que a concepção de hegemonia de Gramsci representou um verdadeiro divisor de águas no pensamento marxista, na medida em que amplia o terreno atribuído à recomposição política e à hegemonia para além da aliança de classes, afirmando a necessidade de uma liderança intelectual e moral que permita aos grupos sociais se distanciarem de uma postura corporativista e se unirem aos interesses de outros grupos.

Em meio a essa discussão, Gramsci aponta que a hegemonia está relacionada a posição social que determinados grupos, principalmente os mais abastados, exercem sobre as minorias, ditando o jeito de ser e agir, com base nos seus ideais e nos interesses que os movem. A esse respeito, o autor entende que a hegemonia não deve ser uma questão apenas de subordinação ao grupo hegemônico, mas deve ser levada em

consideração os interesses que estão por trás dos grupos que perpetuam tais situação de hegemonia.

o recurso às armas e à coerção é pura hipótese de método e a única possibilidade concreta é o compromisso já que a força pode ser empregada contra os inimigos, não contra uma parte de si mesmo que se quer assimilar rapidamente e do qual se requer o entusiasmo e a boa vontade (GRAMSCI, 1978b, p. 33).

A hegemonia, para o autor, é classificada como uma força que, ao contrário do que se pensa, não é exercida sobre toda sociedade, mas apenas sobre as classes aliadas daqueles que dominam e que detêm o poder simbólico, gerenciado todas as esferas que possam colaborar para seu processo de dominação social.

Alves (2004) aponta que o aspecto mais essencial proposto para sustentação hegemônica é a articulação desta com a ideologia que permite o monopólio da classe dominante, seja em aspecto social, cultural ou intelectual. Portanto, esse monopólio ideológico garante que a classe mais abastada consiga exercer sua função de não apenas dirigente, mas também dominante.

Assim, as classes denominadas como subalternas, nesse jogo social, buscam, reconhecendo o poder ideológico e hegemônico dos dominadores, desestabilizar todas as formas de poder para reorganizar a sociedade e criar um movimento contra-hegemônico e contra-ideológico que vise a mudança e transformação das relações sociais de poder e dominação.

Os meios de comunicação para as massas, principalmente na contemporaneidade, contribuem indiscutivelmente com a constituição político-social, tendo em vista seu poder de chegar rapidamente à informação aos seus usuários, que em grande maioria, estão inseridos apenas diante dos meios hegemônicos, ou seja, aqueles que possuem maior poder de alcance e são consumidos pelo público em geral, que muitas vezes os tem como única fonte de informação, portanto dão total credibilidade aos mesmos.

Steinberger (2005) corrobora com esse pensamento ao ratificar que a mídia “tem hoje o poder de configurar mentalidades e, portanto, [tem o poder de configurar] o apoio necessário à consolidação do projeto de qualquer liderança internacional” (STEINBERGER, 2005, p. 24). Ou seja,

com seu poder hegemônico e financiada por grandes corporações, a mídia consegue manipular através da seleção de informações que são repetidas e repetidas até se configurarem como verdades absolutas, conseguindo fazer com seu poder persuasivo com que mocinhos se tornem vilões e vise e versa.

Thompson (1998) compreende a produção simbólica dos significados constituídos pela mídia e por outros aparelhos ideológicos como parte do próprio desenvolvimento de uma sociedade. Não obstante a essa premissa, a necessidade social que impulsionou o surgimento dos meios de comunicação a partir do século XV mostra o processo de transformação desses meios em vista as necessidades insurgentes da sociedade em constante processo de transformação e evolução. “A mídia, nesse sentido, transformou e vem transformando os processos de produção, intercâmbio e armazenamento dos produtos simbólicos, desempenhando na nossa sociedade um papel crucial nessa área” (MENDES; COSTA, 2011, p. 2).

Em virtude desses desenvolvimentos as formas simbólicas foram produzidas e reproduzidas em escala sempre em expansão; tornaram-se mercadorias que podem ser compradas e vendidas no mercado; ficaram acessíveis aos indivíduos largamente dispersos no tempo e no espaço (THOMPSON, 1998, p. 18).

Conforme o pensamento de Thompson (1998), os meios de comunicação como forma de representação simbólicas foram instituídos de forma a atender as necessidades decorrentes da sociedade capitalista e do mercado, uma vez que se coloca como mercadoria que está sujeita a ser vendida e comprada por quem tem maior poder de compra, e assim manipular verdades e criar situações que favoreçam aos grupos que dominam, como define Jessé de Souza (2016) à elite do atraso. “Modos de apresentação do mundo, visões de mundo instituídas segundo modos sociais de dizer esse mundo – ou simplesmente de fazê-lo existir” (STEINBERGER, 2005, p. 184).

Esses processos discursivos são responsáveis por criar visões distintas, ou de interesse de um pequeno grupo que detém o poder político e econômico, selecionando informações e apresentando o mundo criado e constituído para que a grande massa social tenha acesso. Tais visões se expressam por meio de categorias que são objeto de negociações

sociais na disputa por formas hegemônicas de apresentação desse mundo e de naturalização desses dizeres (MENDES; COSTA, 2011, p. 3).

Os discursos da mídia hegemônica naturalizam a forma de apresentar o mundo e de selecionar determinadas informações para apresentá-las como verdades absolutas, tendo em vista a manutenção do poder daqueles que sempre dominaram as grandes massas, através de discursos engessados e cristalizados, sem oportunizar nenhuma medida de controversa, uma vez que possuem o poder de criar verdades, em todas as esferas da vida social. “Os discursos hegemônicos, na busca pela manutenção da ordem social vigente, acabam por naturalizar esses modos de apresentação do mundo, gerando formas sofisticadas de ocultação” (STEINBERGER, 2005, p. 185).

Mendes e Costa (2011) corroboram com o pensamento de Thompson (1998) e Steinberger (2005) quando afirmam que, considerando que o discurso praticado pela mídia hegemônica praticamente não pressupor espaço para contestação, uma vez que essa oculta toda e qualquer voz que seja manifestada contrária aos interesses das grandes corporações que patrocinam e financiam seus veículos de comunicação – período truncado. “Com o objetivo de apagar a contestação, oculta-se não só a voz do outro como também toda uma rede ampla e complexa de relações sociais no espaço internacional em prol de visões simplistas que buscam a naturalização dos sistemas de significação”

Essa geopolítica simbólica – materializada nas práticas discursivas midiáticas – enquanto espaço de produção de discursos e de cognição social, que se produz mediante interações sociais, desempenha um papel crucial na formação dos modelos mentais responsáveis tanto pela nossa compreensão quanto pela produção de discursos. Ao construir significados para o mundo, a mídia constrói também sistemas classificatórios que influenciam nossas leituras desse mundo e nossos sistemas cognitivos (MENDES; COSTA, 2011, p. 3).

Seguindo o pensamento de Mendes e Costa (2011), o poder midiático é tão grande e expansivo ao ponto de construir discursos com base em manipular a cognição social nos fazendo perceber e ler o mundo a partir de padrões pré-estabelecidos e manipulados através de modelos mentais classificatórios construídos pela mídia.

A maneira com que se constitui o poder retórico que reside, conforme van Dijk (1995), na plausibilidade e aparentemente

superioridade de uma suposta moral, construída pelas elites. Nesse sentido, concepções de liberdade, democracia minorias e direitos fundamentais estão entre os termos-chave que organizam essa legitimação discursivo-midiática e, por consequência, política das perspectivas e ações da elite do atraso (SOUZA, 2016) com respeito aos outros, justificando até mesmo ações arbitrárias, como a intervenção militar, que em nada se relaciona com tais preceitos democráticos.

Sobre a perspectiva da construção de um modelo classificatório de cognição social, os próprios jornalistas constroem seu repertório jornalístico sob a perspectiva dos pré-conceitos e das ideologias que estão orientando os pensamentos hegemônicos daquele veículo de comunicação, tendo em vista a manutenção do *status quo* que rege a sociedade, desde seus primórdios, como destaca Mendes e Costa (2011):

Esse processo não é diferente em relação aos profissionais da mídia. Assim, todo um imaginário pré-construído vai influenciar a própria relação do repórter com o material a ser narrado, ou reportado, à medida que não lhe é possível se desvincular de uma visão prévia do que pode vir a ser encontrado (MENDES; COSTA, 2011, p. 3).

A esse respeito, em consonância com o pensamento de Mendes e Costa (2011), compreendemos que ao mesmo tempo em que a mídia hegemônica colabora no processo de construção do imaginário social, em níveis nacional e internacional, ela também se alimenta de outros imaginários já difundidos previamente no seio da sociedade, tendo em vista determinações ideológicas e crenças socialmente construídas e compartilhadas por determinados grupos sociais.

Ademais, Bakhtin também contribui com esse discurso acerca do discurso jornalístico quando direciona e orienta conceitos básicos dentro dos estudos críticos da linguagem, principalmente quando aborda questões relacionadas a conceitos de infraestrutura e superestrutura. “A infraestrutura compõe a base da sociedade, as informações e fatos constituintes do social” (OLIVEIRA, 2010, p. 2), enquanto a “superestrutura refere-se aos reflexos que as mudanças na realidade acarretam, ou melhor, são essencialmente, elementos e relações sociais gerados e geridos pela infraestrutura” (OLIVEIRA, 2010, p. 2).

Acerca da superestrutura, identificamos alguns constituintes que colaboram no processo de constituição das verdades midiáticas, tais

como questões relacionadas as mais variadas vertentes da psicologia, da ideologia, da educação e da política. Portanto, a mídia, dentro da área jornalística, é um campo do saber que facilita o processo de visualização das relações inerentes entre infraestrutura e superestrutura, uma vez que trabalha de forma orientada com palavras, ou seja, influenciando a sociedade a partir do cotidiano social, por meio do signo ideológico, conforme destaca Bakhtin (2006):

[...] sua pureza semiótica, sua neutralidade ideológica, sua implicação na comunicação humana ordinária, sua possibilidade de interiorização e, finalmente, sua presença obrigatória, como fenômeno acompanhante, em todo ato consciente – todas essas propriedades fazem dela o objeto fundamental do estudo das ideologias (BAKHTIN, 2006, p. 36).

Contudo, vale questionar para desconstruir as ideias de verdade absoluta construídas no meio jornalístico pela grande mídia hegemônica, quais são os discursos e as opções ideológicas que determinados grupos se utilizam para pôr em circulação o conhecimento científico, testado e comprovado? Tais questionamentos são importantes no processo de análise de discurso da mídia, uma vez que essa possui suas artimanhas de persuasão visando o convencimento do seu público que recebe freneticamente, em seu cotidiano, informações que não dão tempo sequer de serem verdadeiramente absorvidas.



### 3

## ANÁLISE DA CONJUNTURA DA LDM DA AMEAÇA DE GOLPE BOLSONARISTA

Eles se associam a interesses econômicos e políticos poderosos e passam a ser ensinadas em escolas e universidades, formando as elites do capital cultural que depois exercem as funções centrais para a reprodução dos privilégios. São essas as ideias dominantes que estarão na mente de quem julga sentenças, de quem escreve jornais, de quem faz a cabeça da sociedade como formadores de opinião.  
(SOUZA, 2016, p. 37)

No Brasil contemporâneo, a urgente necessidade de se estudar fenômenos políticos, como o bolsonarismo, torna-se extremamente importante, tendo em vista a compreensão mais aprofundada e real sobre os perigos relacionados ao autoritarismo, aos discursos de ódio e às *Fake News*, visto-as como pilares de uma proposta política ultraconservadora que elegeu, com suas estratégias, a família Bolsonaro e inúmeros outros agentes políticos que têm deixado abalada a democracia brasileira.

Para Baldaia, Araújo e Araújo (2021), “o sufixo – ismo – designa algo que ultrapassa o personagem e abarca uma série de expectativas, percepções e visões de mundo que não se esgotam em sua figura”. A criação do bolsonarismo, portanto, ultrapassa o próprio personagem e sua família, para ir além, uma vez que tem se criado um número exorbitante de adeptos que comungam com suas propostas ultraconservadoras e com seu discurso enfático contra mulheres, contra negros, contra a população LGBTQIA+ e contra todas as minorias sociais, que, ao longo dos anos, têm lutado constantemente para resistir e existir. A partir de 2014, o então

deputado, junto ao grupo de apoiadores, começa a ganhar destaque nas redes sociais e visitar todo país, com vistas ao pleito eleitoral de 2018, criando uma rede de apoio, principalmente entre grupos de militares e evangélicos, tendo em vista sua agenda em defesa da suposta moral e dos bons costumes, como de pautas ligadas ao público evangélico, ao prometer que o STF deveria ter um membro dessa denominação religiosa, ferindo a laicidade preconizada na Constituição Federal.

Entre os destaques de maior repercussão no discurso do então deputado, pode-se dizer da sua postura de insuflar o ódio às minorias, uma vez que sempre defende a tradicional família composta por um homem, uma mulher e filhos, negando o direito de existir às famílias LGBTQIA+, por exemplo, bem como se posiciona contra as demarcações de terras indígenas, apoiando os grandes latifundiários e as grandes corporações. No mais, destacou-se midiaticamente ao dizer que teve três filhos e que na quarta vez deu uma fracassada e veio uma filha. Além disso, também se refere aos quilombolas e negros, de maneira geral, como preguiçosos e diz–enfaticamente que seus filhos são muito bem educados para se envolverem com gays. Destacamos ainda sua atuante manifestação diante do Golpe de 2016 para retirar do poder a então presidenta Dilma Rousseff, eleita democraticamente, sendo posteriormente inocentada contra os crimes que motivaram o processo de *impeachment*. Ao votar favorável à abertura do processo, o então deputado dedicou seu voto ao Coronel Carlos Brilhante Ustra<sup>12</sup>, um dos principais e mais duros torturadores da época da Ditadura Militar, sendo o principal algoz da então presidenta, quando presa no período ditatorial.

A partir do Golpe de 2016, a farsa criada contra a então presidenta Dilma e tudo que fosse relacionado ao Partido dos Trabalhadores serviram de força motivando o surgimento de um discurso anticorrupção

---

<sup>12</sup> “Carlos Alberto Brilhante Ustra chamando-o de “o pavor de Dilma Rousseff”, por ter comandado as sessões de tortura contra a ex-presidenta, que foi presa durante a ditadura militar. [...] no Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (Doi-Codi), sob o comando do coronel Ustra na ditadura militar, período em que foram contabilizados 434 mortes e desaparecimentos no país, segundo a Comissão Nacional da Verdade”. Disponível em: <<https://www.brasilefato.com.br/2018/10/17/conheca-a-historia-sombria-do-coronel-ustra-torturador-e-idolo-de-bolsonaro>> Acesso em: 20 fev. 2022

difundido pelo então deputado, como bandeira de sustentação de sua campanha eleitoral, rumo ao executivo nacional, em curso.

Estrategicamente, Bolsonaro elencou suas redes sociais como meio exclusivo e oficial de comunicação entre seus eleitores e simpatizantes, com discurso anti-imprensa, além de constantes ataques para o que ele considerava manipulação midiática, fortalecendo seu contato mais próximo com seu público e criando uma imagem de “salvador da pátria” e única opção para acabar com a corrupção e reavivar os valores morais da tradicional família brasileira.

Outras pautas foram recorrentes nas propostas de campanha empreendidas por Bolsonaro, como o fortalecimento e o apoio incondicional ao Exército, aos militares, aos evangélicos e aos religiosos fundamentalistas em geral, sustentando uma postura contra as minorias. Esse discurso potencializou para o retorno dos sentimentos mais retrógrados que estavam na base da edificação da população brasileira, ou seja, o racismo e o preconceito contra pessoas LGBTQIA+, mulheres, índios, deficientes físicos, professores, servidores públicos e aos partidos contrários ao pensamento conservador.

Em meio ao cenário de explosão de partidos de extrema-direita, de enfraquecimento do Partido dos Trabalhadores, pós-golpe de 2016, e do uso das mídias digitais para solidificar os ideais de Bolsonaro, como as *fake News*, Bolsonaro consegue se eleger presidente do Brasil, pelo PSL. Bolsonaro começa a encontrar dificuldade para cumprir efetivamente as propostas de campanha e dar-se início ao turbilhão de conflitos no Governo que o fazem sair do PSL, romper com principais aliados e adentrar em um abismo político sem precedentes.

O papel da mídia é sempre relevante diante desses embates políticos e sociais, pelo alcance que ela possui chegando praticamente a toda população brasileira. A grande questão sobre o seu papel está relacionada à concepção de poder, uma vez que a mídia é gerenciada e patrocinada pela elite do dinheiro que dita como as relações sociais devem ocorrer, sempre em seu benefício, para que eles que estão no topo da pirâmide social, continuem perpetuando suas posições privilegiadas.

Através da mídia, as elites articulam suas ideologias liberais, bem como produz somente aquilo que ela quer que a grande massa da população absorva e veja como verdade absoluta. Isso ocorreu na

criminalização do PT, no processo de impedimento da Presidenta Dilma Rousseff, na criação do intocável e incorruptível juiz Sérgio Moro<sup>13</sup> e continuará ocorrendo pelo poder que ela possui, exercendo sempre a função de ditar as regras do jogo.

Diante da instabilidade governamental, o Governo Federal continuou insistindo em um discurso antidemocrático, ao ventilar, em 2019, logo no início do mandato, a possível retomada o Ato Institucional 5<sup>14</sup> (AI-5), caso os partidos de esquerda continuassem com a postura “radical” contra seu plano governamental. Inúmeras vezes, nas publicações oficiais, vêm sendo gestado um pensamento de golpe, questão esta que se configura como central na proposta investigativa desta obra.

Primeiramente, podemos destacar o apoio às comemorações do dia 31 de março de 1964 como análogo ao 7 de setembro, uma vez que o então presidente não considerava e segue considerando que houve golpe militar, mas um evento necessário para retirar o país das mãos, daqueles que ele denominava como sendo “comunistas”, indo na contramão do que os historiadores nacionais e internacionais e cientistas das mais diversas áreas atestam.

Em agosto de 2019, o Presidente Bolsonaro inclui em sua agenda presidencial o encontro com a viúva do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, sendo considerado como herói nacional. Ustra foi um dos mais sanguinários torturadores da Ditadura Militar, segundo dados investigativos da Comissão Nacional da Verdade (CNV), órgão temporário criado pela Lei 12.528, de 18 de novembro de 2011, que investigou as violações cometidas pelo Regime Militar.

---

<sup>13</sup> Sergio Moro é jurista, ex-magistrado e ex-ministro da Justiça do governo Bolsonaro. Foi responsável pelo julgamento em primeira instância na Operação Lava Jato. Em 2022 foi eleito a Senador da República pelo estado do Paraná.

<sup>14</sup> O Ato Institucional nº 5, AI-5, baixado em 13 de dezembro de 1968, durante o governo do general Costa e Silva, foi a expressão mais acabada da ditadura militar brasileira (1964-1985). Vigorou até dezembro de 1978 e produziu um elenco de ações arbitrárias de efeitos duradouros. Definiu o momento mais duro do regime, dando poder de exceção aos governantes para punir arbitrariamente os que fossem inimigos do regime ou como tal considerados. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>> Acesso em: 20 fev. 2022

Entre os anos de 2020 e 2021, o presidente Bolsonaro divulgou várias manifestações de apoio ao golpe de 1964, considerando este como um grande feito, tendo apenas falhado porque só torturou e não matou alguns de seus presos políticos, bem como insuflando seus adeptos a não confiar nas urnas eletrônicas, colocando o jogo democrático das eleições em dúvida e levantando a bandeira do voto impresso como possível solução. O presidente foi convocado pelo TSE para apresentar provas de que as urnas não eram seguras, porém nunca conseguiu nenhuma evidência quanto a isso.

Não obstante a tudo isso, o presidente continua disseminando o conflito, principalmente no que diz respeito ao Poder Judiciário, não obedecendo e nem reconhecendo a independência dos três poderes, necessária para a solidificação da democracia. Bolsonaro tem incitado o ódio a tudo e todos que questionam, de alguma forma, seu governo, na tentativa de enfraquecer o que se tem preconizado na Constituição de 1988, colocando-se acima de tudo e todos, e já anunciando a não aceitação dos resultados da próxima eleição presidencial, caso ele não seja escolhido como o preferido.

Esse cenário faz-nos compreender como a democracia brasileira está ameaçada, diante das manifestações do próprio chefe do executivo nacional, e que, estrategicamente, tem servido para legitimar o discurso bolsonarista que se instalou nas mais diversas esferas sociais e políticas no Brasil. Nesse sentido, esta obra se propõe em analisar como se configura o processo de legitimação discursivo-midiática da ameaça de golpe do Governo Bolsonaro pela mídia hegemônica brasileira sob a ótica da Análise de Discurso Crítica, tendo em vista a análise textual, com o vocabulário, a análise da prática discursiva, com a intertextualidade, e a análise da prática social, com a ideologia e hegemonia.

A construção teórica que pretende compreender o fenômeno bolsonarista no seio político brasileiro se dá pelas transformações ocorridas nos últimos anos no cenário político, o qual proporcionou a ascensão da nova extrema-direita<sup>15</sup>, além de uma difusão em massa das

---

<sup>15</sup> “Recebe a classificação de extrema direita toda manifestação humana que possua orientação considerada exageradamente conservadora, elitista, exclusivista e que alimente ainda noções preconceituosas contra indivíduos e culturas diferentes das de seu próprio grupo. Assim, é considerado de extrema direita o indivíduo, grupo ou

comunicações por meio virtual, fortalecendo a rapidez do acesso à informação e o alto índice de notícias falsas nas redes sociais.

Enquanto deputado federal, Jair Messias Bolsonaro, que até então não possui tanta expressividade, foi ganhando espaço no meio político por fomentar esse discurso extremista e de político incorruptível, em meio aos inúmeros conflitos envolvendo, especialmente, a seleção de informações que eram veiculadas na mídia e que, a todo custo, criminalizava o Partido dos Trabalhadores, como sendo a pior corporação criminosa que estava destruindo o país, com seu apoio à ideologia de gênero, à demarcação de terras indígenas, às cotas raciais, dentre outras questões. O discurso fundante do bolsonarismo instaurava-se contrário a tudo que o PT defendesse.

Jair Bolsonaro [...] conseguiu congregiar em torno de seu nome supostas capacidades extraordinárias de modificar a “velha política” e extirpar as mazelas do país. Bolsonaro foi eficiente na empreitada política e simbólica de associar à esquerda o vínculo com o petismo e, por essa via, a uma alegada “degradação moral” que incluiria elementos como a homossexualidade, a pedofilia, o aborto, a distorção da estética artística, a complacência com a violência e a corrupção (BALDAIA, ARAÚJO, ARAÚJO, 2021, p. 2).

Difundido um discurso ultraconservador que levantava bandeiras sociais de combate à corrupção, uma vez que a mídia já havia declarado guerra ao Partido dos Trabalhadores, como sendo uma organização criminosa, eis um lugar propício para a edificação de um discurso que estava disposto, como sendo uma proposta inovadora, em acabar com a corrupção e a degradação moral que feria os bons costumes sociais, empreendidas pelos governos anteriores.

As práticas sociais e discursivas, que durante este período de ascensão bolsonarista contribuíram para alicerçar um discurso que criminalizava o PT em toda a sua diversidade política, serviram para explicitar o ódio às minorias, uma vez que estes eram temas recorrentes dentro dos projetos de políticas públicas empreendidos pelos ex-presidentes petistas. Esse discurso de criminalizar o Partido dos Trabalhadores serviu para alicerçar, segundo Nicolau (2020), um perfil

---

filosofia que se localize mais à direita do pensamento de direita comum a todas as sociedades do planeta” (KULISH, 2011).

diversificado de eleitores bolsonaristas, como os militares, os policiais, os pequenos empreendedores e microempresários, os servidores públicos dos mais altos escalões, os profissionais liberais, os médios produtores rurais, os latifundiários e os religiosos ultraconservadores, denominados neopentecostais.

O perfil eleitoreiro se solidificou mais ainda nas regiões Centro Oeste, Sul e Sudeste do país, tendo em sua maioria pessoas do sexo masculino, brancos e, majoritariamente, de classe média. Diante disso, estratégias bem elaboradas pautaram a ascensão bolsonarista através das redes sociais, onde massivamente eram divulgadas informações falsas ou que pudessem influenciar o eleitor acerca da criação do perfil de um “Novo Messias”, expressão usual dentro do meio religioso que acredita na chegada de um ser divino que vem para governar e resolver os problemas de seu povo oprimido, no caso, a opressão se dava pelo que se acreditava ser o comunismo.

Nesse sentido, a rapidez com que as informações circulam nas redes sociais, na era digital, foi crucial para criar o personagem Bolsonaro, que estaria disposto como única opção para livrar o país do petismo que governava há anos e que era sempre criticado por sua postura mais popular e mais próxima aos partidos de esquerda. O fenômeno do bolsonarismo põe em dúvida a democracia brasileira, tendo em vista seu governo se configurar como sendo a descontinuidade de programas sociais, de apoio à saúde e incentivo à pesquisa e à educação, bem como, propiciar problemas relacionados à moradia, à segurança pública, como o caos no meio artístico e cultural, que estagnou durante seu governo.

Para Baldaia, Araújo e Araújo (2021),

essas características conduziram no curso do diagnóstico da literatura a perceber que as próprias interpretações constituem o fenômeno, sendo ao mesmo tempo fonte secundária e composição do objeto. Além disso, a interpretação do Bolsonarismo ainda não logrou unidade na análise acadêmica, e mesmo jornalística, o que se reflete na forma diferente como a literatura remete ao fenômeno (BALDAIA, ARAÚJO, ARAÚJO, 2021, p. 3).

Nesse sentido, nem mesmo a revisão de literatura de autores contemporâneos das mais diversas áreas das ciências sociais aplicadas conseguem caracterizar com exatidão o fenômeno bolsonarista, uma vez

que o mesmo está em curso e que poderá, enquanto estiver a frente do Governo Federal, tomar novos rumos. Porém, o que fica de certeza é seu perfil ultraconservador, ditatorial e suas ideologias contrárias aos grupos minoritários.

Podemos compreender, portanto, que a personalidade da figura Bolsonaro se constituiu com base em alguns fatores, conforme elenca Baldaia, Araújo e Araújo (2021), fincado nas manifestações de 2013<sup>16</sup> e nos impactos sociais, econômicos e políticos que este evento ocasionou. Tais fatos foram suficientes à ascensão no meio midiático da figura que seria colocado como o salvador, ou seja, aquele que resolveria com “mão de ferro” todos os problemas políticos que o país vivenciava naquele momento histórico.

As manifestações de 2013 iniciaram pela iniciativa popular e por grupos que se autointitulavam antipartidários e que estavam insatisfeitos, inicialmente, com o valor abusivo da tarifa de ônibus em São Paulo, porém foi ganhando destaque em todo território nacional e tomando outros rumos com os problemas sociais relacionados à saúde, à educação, à segurança pública e à economia.

Composta pelos meios de comunicação mais poderosos e com poder de chegar mais rápido a toda população, a mídia hegemônica inicialmente criticava o movimento popular, porém encontrou, naquela situação, a oportunidade que até então lhe faltava para manipular dados e informações, divulgar conversas sigilosas do alto escalão do Governo e, propositalmente, criar um clima de instabilidade política que perdurou até 2016 com a derrubada da presidenta Dilma Rousseff, eleita democraticamente.

O portal de notícia UOL<sup>17</sup> classifica por mídia hegemônica todo o grupo de meios de comunicação em massa que detém o poder de

---

<sup>16</sup> “Cientistas políticos consideram que junho de 2013 é um mês que ainda não terminou para o Brasil e as manifestações desse período têm reflexos até hoje. Os protestos inicialmente eram contra o aumento das tarifas do transporte público, mas revelaram uma insatisfação geral da população brasileira com a classe política, corrupção e problemas sistemáticos na saúde e na educação”. Disponível em: <<https://guiadoestudante.abril.com.br/estudo/manifestacoes-de-junho-de-2013-relembre-os-fatos-importantes/>> Acesso em: 10 de fev. 2022.

<sup>17</sup> Disponível em: <[https://folhauol.com.br/ranking\\_midia\\_brasileira](https://folhauol.com.br/ranking_midia_brasileira)> Acesso em: 20 mar. 2022.

informação conseguindo com agilidade chegar a grande massa da população em rápido espaço de tempo, normalmente gerenciadas e financiadas por grandes corporações que ditam e orientam o que se pode e não pode ser divulgado, usando estratégias que colaboram para transformar suas pautas ideológicas em verdades absolutas. Segundo o portal Carta Capital, apenas 5 famílias brasileiras lideram a maioria dos meios de comunicação em massa, no Brasil.

Percebemos que a extrema-direita que ascendeu ao poder político no cenário brasileiro soube usar eficientemente as tecnologias digitais para propagação de uma imagem que pudesse ser eficaz para a interrupção da crise vigente, na época. Nos últimos tempos, as redes sociais de comunicação em massa têm contribuído para o avanço de pautas que nem sempre devem ser retomadas, como a própria forma de tratar a Ditadura Militar como a Revolução de 1964, segundo o pensamento bolsonarista, além dos ideais de supremacia branca, extinção à demarcação de terras dos povos originários, bem como um discurso agressivo no tocando a supervalorização da homofobia, do racismo e da misoginia.

Outrossim, o movimento bolsonarista que se espalhou pelo país foi oportuno para deixar explícito todas as formas de preconceito e irracionalidade do nosso povo. Um país que se edificou com base em estruturas conservadoras e de forma colonizada, tem em sua estrutura histórica fenômenos que ferem a dignidade humana e que voltaram, com o populismo e a certeza da impunidade ao cenário social, com a constante ameaça à democracia, sugerindo a retomada do Exército ao poder, como ocorreu em 1964, como a institucionalização de uma nova direita que tinha como pauta central a supervalorização militar, a liberação de um maior número de armas com o discurso de “armar o cidadão de bem”.

Segundo Reis (2019), sob a ótica das ciências históricas, faz-se necessário compreender ascensão de Bolsonaro sobre três dimensões, a saber: a tradição conservadora e autoritária enraizada na constituição da sociedade brasileira; a conjuntura da recente democracia entre 1988 a 2018; e por fim, o terceiro elo dessa tríade desastrosa que elevou Bolsonaro ao poder, a conjuntura eleitoral.

Sobre a tradição conservadora e autoritária enraizada na história da constituição da sociedade brasileira, desde os primórdios da colonização portuguesa, onde o espírito do colonizador adestrou os povos que aqui

viviam e os tornaram, ao longo de grande e duras guerras, submissos e subordinados ao espírito eurocêntrico. Não obstante às guerras políticas por território e expansão da coroa portuguesa, ao longo do período colonial e pós-colonial o país passou por diversas crises existenciais que o configuraram, assim como toda América, volúvel ao colonialismo imposto ao longo dos anos.

Historicamente, o Brasil sempre esteve ameaçado pelos interesses políticos e exploradores desde a monarquia até os dias atuais. Não diferente desse pensamento, o rompimento democrático ocorrido por 21 anos (1964-1985) ascendeu ao poder a Ordem Militar que revogava, na época, todos os possíveis direitos adquiridos, principalmente no tocante às liberdades de expressão, de ser e existir enquanto sujeito autônomo e protagonista de sua própria história. A Ditadura Militar contribuiu para solidificar as tendências autoritárias, fundadas no período colonial, bem como tornas as relações entre sociedade e Estado cada vez mais complexas, tendo em vista o autoritarismo.

Sobre o segundo elo apresentado por Reis (2019) para compreender historicamente a constituição do bolsonarismo, destacamos a conjuntura da recente democracia entre 1988 a 2018. Mal saímos do período de chumbo que enfraqueceu as estruturas e o pensamento livre da sociedade brasileira, foram inúmeras perseguições políticas, torturas, perseguição e morte a todos os considerados subversivos, ou seja, a qualquer cidadão que se opusesse ao que o Regime pregava, principalmente com seu AI-5. Jornalistas, artistas, religiosos ligados aos movimentos sociais e populares, cidadão comuns que lutavam por igualdade e justiça foram obrigados, em muitos casos, a serem exilados para poderem sobreviver e escaparem dessa onda conservadora e autoritária que não permitia nenhum tipo de questionamento.

Inúmeros são os casos de pessoas públicas e cidadãos discretos que tiveram suas vidas ceifadas por pensarem diferente e, diante das tradições autoritárias foram torturadas e mortas, haja vista que até hoje inúmeros são os números dos invisíveis que desapareceram e não tiveram sequer seus corpos ou restos mortais encontrados para amenizar a dor de suas famílias. Portanto, podemos classificar que os pseudo-valores morais, religiosos e da tradicional família brasileira, heterossexual, branca, de posses, conservadora eram figuras registradas com direito à existência no

período ditatorial, qualquer singularidade que fugisse a esse padrão ou que falasse contra ao autoritarismo militar era considerado contraventor, esquerdista e comunista, sendo que nem o próprio regime conseguiu distinguir ou caracterizar o comunismo, porém o tinha como aquilo que deveria ser combatido com “mão de ferro”.

As transformações sociais ao longo do tempo, no Brasil, não contribuíram efetivamente para a revogação das tradições autoritárias que, vez por outra, são despertadas e redescobertas, tendo em vista que estão adormecidas ou camufladas no âmago social. Compreender tal historicidade, colabora para o entendimento da ascensão de regimes extremista, como o caso de 2018 na eleição de Jair Bolsonaro. Para Reis (2001, p. 4) “o autoritarismo não viceja apenas entre as elites e as classes dominantes, está vivíssimo entre as classes médias e mesmo nas camadas populares”.

Trinta anos depois da promulgação da Carta Magna de 1988, a conjuntura política se configura como não favorável para a manutenção das instituições democráticas. O ressurgimento do autoritarismo, o uso dos meios de comunicação social para espalhar notícias falsas, os sentimentos retrógrados que estavam adormecidos retornam à cena político-social e propicia uma eleição forjada, uma vez que o líder presidenciável foi impedido, sendo acusado e preso pelo juiz que por barganha ganhou o Ministério da Justiça nos primeiros meses do governo de Bolsonaro.

Escancaradamente, não houve nenhum crime provado, não houve absolutamente nada contra o ex-presidente Lula e, na época, candidato à presidência, estando à frente nas pesquisas, conforme destaca os veículos de comunicação, o então Juiz Sérgio Moro e a Justiça de Curitiba, famigeradamente conhecida, iniciaram seus atos políticos encenados como desdobramentos e continuidades do golpe anterior que derrubou a presidenta Dilma Rousseff. Os meios de comunicação divulgavam freneticamente uma condução coercitiva (que só deveria ocorrer quando o intimado não comparece ou se recusa a se apresentar diante do juiz), uma suposição de venda de imóvel com suposto recurso ilegal, venda essa sem nenhuma prova, nenhum documento assinado, apenas no âmbito do disse-me-disse, acusações infundadas que fez com que o então Juiz Sérgio

Moro condenasse o presidenciável, tirando-o do jogo eleitoral democrático.

Tal complexidade também não pode ser observada apenas como um complô organizado entre mídia hegemônica, poder judiciário e políticos de extrema-direita para conseguirem eleger o então presidente Bolsonaro, mas essa fragmentação das políticas progressistas dos governos petistas que criaram inúmeros programas sociais retirando da linha da miséria inúmeros cidadãos e cidadãs brasileiras que sempre, ao longo dos 500 anos de história brasileira, foram invisíveis pelo poder público.

Os governos progressistas (Lula e Dilma) oportunizaram mudanças significativas na estrutura social, porém sua postura de coalisão acabou afetando e enfraquecendo suas políticas em um “toma-lá-dá-cá” que efetivou a vitória da extrema-direita. Segundo Marques, Ximenes e Ugino (2018), o principal instrumento de transferência de renda do mundo foi implantado em 2003 com a criação do Programa Bolsa Família<sup>18</sup> (BF), o Benefício da Prestação Continuada (BPC) e um piso crescente de um salário mínimo paga aos trabalhadores urbanos e rurais, tentando minimizar impactos sociais de extrema pobreza e valorização da pessoa humana.

O BF consiste de dois benefícios: o Básico, dirigido às famílias situadas na extrema pobreza (renda *per capita* até R\$ 85,00 mensais) e o Variável, dirigido a famílias pobres com renda *per capita* entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00 mensais, desde que tenham crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos. O primeiro não está sujeito a condicionais, aproximando-se, por isso, de um tipo de renda mínima, dirigido à parcela mais pobre da população. O quanto cada família recebe é resultado do somatório dos benefícios recebidos, que dependem da composição familiar e de sua renda. O máximo de benefício variável que uma família pode acumular é cinco. Em seu início, o BF restringia-se ao Benefício Único e Variável, dirigido a famílias com crianças de até 15 anos de idade. No governo Dilma, ele foi ampliado para contemplar outras situações, de modo a focalizar na gestante, na nutriz, nos adolescentes de 16 e 17 anos de baixa renda, e com o intuito de auxiliá-la na superação da extrema pobreza (MARQUES, XIMENES, UGINO, 2019, p. 529).

---

<sup>18</sup> O BF foi instituído em 10/2003 mediante a Medida Provisória 132, convertida na Lei 10.836, de 9/01/2004. A partir de sua vigência, os programas então existentes – Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação – Bolsa Escola (2001), o Programa Nacional de Acesso à Alimentação

O BF foi, indiscutivelmente, o maior programa de transferência de renda dos governos petistas, sendo destaque junto a ONU, bem como noticiado no mundo toda por seus índices de que fez sair da linha da miséria milhares de brasileiros e brasileiras, bem como sua obrigatoriedade de matrícula ativa na rede de ensino e de vacinação em dia, conforme orientava o Ministérios da Saúde. Além do BF, inúmero outros programas foram destaques na era Lula-Dilma, conforme destacado no quadro abaixo.

**Quadro 12 – Cronologia dos Programas Sociais da era Lula-Dilma**

<b>2003</b>	
1	Criação do Consea (Conselho Nacional de Segurança Alimentar) e do Bolsa Família, que tirou 36 milhões de famílias da extrema pobreza e fez a mortalidade infantil por desnutrição ser reduzida em 58% e, por diarreia, em 46%
2	O Programa de Cisternas também foi iniciado neste ano, para garantir água potável em domicílios de baixa renda e em escolas públicas na zona rural. Até 2015, foram construídas quase 1,5 milhão de cisternas em casas e escolas
3	Lançado o Movimento Nacional de Mobilização para o Registro de Nascimento, que fez o índice de brasileiros sem registro cair de 18,8%, em 2003, para menos de 1% em 2014, segundo o IBGE
4	Aprovação do Estatuto do Idoso, marco ético de respeito aos direitos dos maiores de 60 anos
5	Campanha de Desarmamento: recolheu mais de 650 mil armas, gerando queda de 15% no número de mortes por armas de fogo no entre 2004 e 2012.
<b>2004</b>	
6	Lula concede aumento real do salário mínimo, o que voltou a ocorrer todos os anos até 2016, fazendo com que o piso salarial se valorizasse mais de 70% em 13 anos
7	Lançamento do Prouni, uma das iniciativas que ajudou o PT a gerar 4,5 milhões de vagas em universidades em 13 anos
8	Surge o Luz Para Todos, programa que levou energia elétrica, pela primeira vez, a 3,3 milhões de famílias
9	Criação do Samu. De lá até 2016, 3.049 municípios de todos os estados receberam 2.525 ambulâncias básicas, 583 UTIs móveis e 185 centrais de regulação, cobrindo nada menos que 75% da população
10	Brasil Sorridente começa a levar tratamento dentário à população, beneficiando 83 milhões de pessoas até 2015
11	Pontos de Cultura são criados. Ao longo dos governos do PT, foram abertos 4.500 desses espaços em mais de mil municípios
12	Início do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal, que faria o desmatamento cair ao menor índice de sua história em 2012

<b>2005</b>	
13	A Central de Atendimento à Mulher (180) é transformada em Disque-Denúncia. Em dez anos, atendeu a quase 5 milhões de mulheres
<b>2006</b>	
14	Descoberta do pré-sal, maior jazida de petróleo encontrada no mundo no século 21, graças aos investimentos feitos na Petrobras
15	Aprovação da Lei Maria da Penha. Por meio dela, estima-se que, até 2016, mais de 300 mil vidas de mulheres tenham sido salvas e 100 mil mandados de prisão contra agressores foram expedidos
16	A Central de Teleatendimento da Previdência Social passa a funcionar, permitindo agendar o atendimento pela central telefônica 135 ou pela internet, dando mais dignidade ao aposentado
17	Quitação da dívida com o FMI. Em 2009, o Brasil iria além e se tornaria credor, emprestando dinheiro ao Fundo Monetário Internacional
<b>2007</b>	
18	Lançamento do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), maior programa de investimentos do país, que gerou milhares de empregos
19	Início de funcionamento do Fundeb, que fez os recursos federais para a educação básica saltarem de R\$ 3,9 bilhões, em 2007, para R\$ 15,98 bilhões em 2015
20	Surgimento do programa Caminho da Escola, que forneceu 30,5 mil ônibus e 918 lanchas para levar as crianças ao colégio
21	Criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que permitiu avaliar o desempenho das redes de ensino e monitorar melhor a educação do país
<b>2008</b>	
22	Lula sanciona a lei criando o piso nacional para os professores da educação básica. No ano seguinte, o primeiro piso foi fixado em R\$ 950, crescendo 42% acima da inflação até 2016. Em 2021, pela primeira vez, graças a Bolsonaro, o piso não foi reajustado
23	Implementação nacional das UPAS. Em 2016, já havia 449 UPAs em funcionamento, com capacidade para 3,5 milhões de atendimentos mensais e cobertura de 47% da população. Outras 586 estavam em construção
24	Criado o Programa Mais Alimentos, uma das várias iniciativas de apoio à agricultura familiar, que incluíram ainda Pronaf e o Programa de Aquisição de Alimentos
<b>2009</b>	
25	Lançamento do Minha Casa, Minha Vida. Do lançamento até maio de 2016, foram contratadas 4,2 milhões de moradias em 96% dos municípios brasileiros
26	O Enem passa a funcionar como vestibular unificado, dando mais chances aos jovens de baixa renda de entrar em uma universidade federal

27	Criado o MEI (Microempreendedor Individual), que permite a pequenos empreendedores, como camelôs, feirantes, vendedores autônomos, se formalizar e contribuir com uma alíquota menor para a Previdência
<b>2010</b>	
28	Estatuto da Igualdade Racial: garantiu à população negra o direito à igualdade de oportunidades e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica
29	O Disque 100, criado em 1997, ganha o Módulo LGBT, para receber denúncias de violações de direitos dessa população
<b>2011</b>	
30	Lançamento do Plano Brasil Sem Miséria, que por meio da metodologia de Busca Ativa localizou e inseriu 1,7 milhão de famílias de baixa renda no Cadastro Único e no Bolsa Família, para ter seus direitos assegurados e acesso aos programas sociais
31	Criação do Pronatec, programa de qualificação profissional que, em apenas 4 anos, garantiu 9,49 milhões de matrículas em cursos gratuitos para brasileiras e brasileiros que queriam se preparar melhor para o mercado de trabalho
32	Surge o Farmácia Popular. Como mais de 60% das mortes com causas conhecidas no país tinham relação com o diabetes e a pressão alta, o governo federal passou a financiar os medicamentos para tratar essas doenças
33	Mudança nas regras do BPC (Benefício de Prestação Continuada): a pessoa com deficiência que comece a trabalhar tem o benefício suspenso, e não cancelado, como antes. Se o contrato de trabalho for interrompido, pode-se retornar ao BPC sem precisar passar pelo processo de requerimento ou de avaliação da deficiência pelo INSS.
<b>2012</b>	
34	Crianças do programa Brasil Carinhoso, que retirou da miséria mais de 8,1 milhões de crianças e adolescentes e repassou recursos aos municípios para a construção de creches
35	Aprovação da PEC das Domésticas, que assegurou os direitos previstos na Constituição a 1,8 milhão de trabalhadoras domésticas
36	Aprovação da Lei de Cotas, que garantiu acesso a negros ao ensino superior público. Com a medida, em 2019, pela primeira vez na história, pretos e pardos se tornaram a maioria dos estudantes nas universidades federais
<b>2013</b>	
37	Sancionada por Dilma lei assegurando a destinação de 75% dos royalties do pré-sal e 50% do Fundo Social para a educação
38	Criação do Mais Médicos, que contratou 18.240 profissionais, que atenderam 63 milhões de brasileiras e brasileiros
39	Lançamento do Vale-Cultura, pelo qual empresas depositam um valor para trabalhadores comprarem livros, revistas, ingressos para cinemas, teatros, shows, cursos de arte e cultura e instrumentos musicais

40	PAC Cidades Históricas passa a investir R\$ 1,6 bilhão na preservação de igrejas, obras de arte, museus, bibliotecas, prédios históricos, mercados, praças e estações de trem
<b>2014</b>	
41	Brasil é reconhecido pela ONU como um país fora do Mapa da Fome, após reduzir a insegurança alimentar em 82%
42	O país chega ao fim do ano com 4,8% de desemprego, a menor taxa já registrada na história
43	Criado o programa Brasil de Todas as Telas, para financiar a produção audiovisual no país. O número de filmes nacionais lançados saltou de 30, em 2003, para 142 em 2016. E o de séries, de 4 para 691 Total de terras destinadas à reforma agrária alcança 51 milhões de hectares (duas vezes o estado de São Paulo), beneficiando 698 mil famílias.
<b>2015</b>	
44	O trabalho infantil alcança uma redução de 56% em relação a 2002, graças às políticas de combate à pobreza de Lula e Dilma
45	Último ano de governo Dilma termina com o saldo de 19,5 milhões de empregos formais criados desde 2003
46	Investimentos em Saúde ultrapassam os R\$ 120 bilhões, representando aumento de 86% acima da inflação desde 2003
46	Efetivo da Polícia Federal chega a 14.584, crescimento de 55% em relação a 2002
<b>2016</b>	
47	Interrupção com o impeachment

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados oficiais do Governo Federal.

Nesse sentido, a proposta bolsonarista que se instaurou na presidência da república e nas diversas esferas sociais possui como proposta política a destruição de tudo que foi elaborado pelo Partido dos Trabalhadores. Essa postura bolsonarista se configura como sendo mais um ato antidemocrático do cenário político do golpe iniciado em 2013 e efetivado com a destituição da presidenta Dilma. Em 2013, estrategicamente, a mídia e outros oportunistas no âmbito político, jurídico e social aproveitaram-se das fragilidades e das instabilidades do governo Dilma que não cedia às chantagens de seus aliados, principalmente de membros do MDB, de seu vice-presidente, criando uma situação conflituosa que levou à crise insustentável para a continuidade do Governo.

A crise teve efeitos sumamente desagregadores (desemprego, degradação de serviços públicos etc.) e revelou a incapacidade das forças progressistas de fazerem

pagar por ela os grandes capitais financeiros. Ao contrário, estas forças apareceram, quase sempre, como cúmplices de “soluções tecnocráticas” que encontravam “saídas” às custas dos trabalhadores, acirrando de modo brutal as desigualdades sociais e a exasperação das gentes. Os grandes beneficiários desta situação foram as direitas nacionalistas e xenóforas, quase sempre em articulação com setores religiosos cristãos fundamentalistas. Reforçaram-se enormemente e tenderam a surgir como portadores de alternativas “salvacionistas” (REIS, 2019, p. 3).

No Brasil, houve por parte dos militantes do PT uma subestimação da crise que se enfrentava e que iniciava seu agravamento, principalmente pela não barganha entre executivo e legislativo, prática comum para barrar projetos e piorar mais ainda o cenário que seria favorável à continuidade do Governo. “Sob o influxo de erros crassos de gestão, aprofundaram-se os efeitos da crise econômica e social, fazendo reverter com inesperada velocidade ganhos que se consideravam definitivos” (REIS, 2019, p. 3).

Podemos destacar que esse cenário conflituoso e de instabilidade econômica e governamental reforçou, conforme Reis (2019) a subestimação do Governo em relação aos movimentos que se reforçavam através da internet e em mídias alternativas, fazendo reavivar os valores ultraconservadores que estavam camuflados e adormecidos na epiderme social, fazendo ganhar força o movimento que conceituamos anteriormente como bolsonarismo.

O bolsonarismo não está fincado apenas na figura de Jair Bolsonaro, mas nos valores tradicionais que versam sobre o preconceito racial, sobre homofobia, desqualificação da figura feminina, objetivação da mulher apenas para relação de prazer sexual, negação da demarcação das terras dos povos originários, conflitos constantes com movimentos sociais que lutam em defesa da justiça e da igualdade, bem como uma política de intolerância, voltada para um religiosíssimo neopentecostal que articula Constituição e Bíblia, negando a laicidade do Estado e privilegiando, principalmente, religiões hegemônicas.

Em meio a esse cenário conturbado, em 08 de novembro de 2019, o então ex-presidente Lula da Silva, depois de passar 580 dias preso na Superintendência da Polícia Federal de Curitiba. A soltura do petista foi autorizada pelo Juiz Danilo Pereira Junior, da 12ª Vara Federal de Curitiba, tendo por base a nova interpretação do STF que proibiu prisão imediata

após condenação em 2ª Instância, anulando os processos que tinham abertos contra o então líder petista, haja vista encontrar parcialidade no processo conduzido pelo ex-Juiz Sérgio Moro, um dos principais nomes e forte apoiador de Bolsonaro nos pleitos eleitorais de 2018 e 2022.

A saída de Lula da Silva da prisão e anulação dos processos contra ele abriram as possibilidades de reeleição, uma vez que seus direitos políticos foram restituídos. Durante todos os anos de 2020, 2021 e 2022, mesmo em meio aos problemas relacionados à Pandemia da Covid-19, o líder petista percorreu todo território nacional, promovendo encontros e construindo uma proposta política anti-bolsonarista que o fizeram juntar aliados dos mais variados partidos e ideologias, com o propósito colocar o país novamente nos rumos da democracia, da liberdade, do respeito à diversidade e da garantia dos direitos fundamentais. Somaram-se ao PT, partidos como PCdoB e PV, PSB, por meio do vice Geraldo Alckmin; PSOL, Rede, Solidariedade, Avante e Agir (antigo PTC).

Além da união entre antigos adversários políticos, Gerardo Alckmin e Lula da Silva, somaram-se inúmeros artistas, intelectuais e demais políticos na tentativa exitosa de reconstruir o Brasil, conforme expressar seu slogan de campanha. Portanto, em 30 de outubro de 2022, em eleição decidida em segundo turno, Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito novamente presidente do Brasil com 60.341.333 votos — o equivalente a 50,90% dos válidos.

Em suma, nesta seção, apresentamos a análise da conjuntura que se configura como plano de fundo para ascensão do bolsonarismo, desde as jornadas de junho de 2013 quando a mídia estrategicamente se utiliza das manifestações contra o aumento da tarifa do transporte coletivo em São Paulo e desencadeia inúmeros eventos sociais propícios ao Golpe de 2016, deixando a democracia abalada para a legitimação discursivo-midiática de um novo golpe anunciado no discurso do então presidente Bolsonaro. Para tanto, a cronologia do Golpe de 2016 nos ajuda a compreender a ascensão bolsonarista conforme descrito no quadro abaixo:

**Quadro 13 – Cronologia do Golpe**

<b>PERÍODO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
julho/2013	Jornadas de Julho
26/10/2014	A presidenta Dilma Rousseff é reeleita com 54,5 milhões de votos.
29/10/2014	Banco Central eleva a taxa Selic de 11% a.a. para 11,25% a. a., contrariando expectativas de campanha.
31/10/2014	O PSDB pede auditoria na eleição presidencial.
21/11/2014	Dilma convida o banqueiro Joaquim Levy para o ministério da Fazenda.
05/12/2014	Com o apoio do PSDB, o movimento Vem Pra Rua protesta contra Dilma na Avenida Paulista, em São Paulo.
18/12/2014	O PSDB pede a cassação da candidatura de Dilma Rousseff e Michel Temer no Tribunal Superior Eleitoral, requerendo a posse de seu candidato, Aécio Neves.
23/12/2015	Dilma nomeia Kátia Abreu para o ministério da Agricultura.
29/12/2015	Joaquim Levy anuncia, em entrevista ao jornal <i>Valor Econômico</i> , ajuste fiscal de matriz ultraliberal para a economia.
01/01/2015	Dilma é empossada em Brasília.
01/02/2015	Eduardo Cunha (PMDB) é eleito presidente da Câmara dos Deputados.
04/02/2015	A ministra Maria Thereza de Assis Moura arquiva a ação do PSDB no TSE.
26/02/2015	É instalada na Câmara a CPI da Petrobras.
03/03/2015	O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, protocola no Supremo Tribunal Federal uma série de pedidos de inquérito para investigar políticos envolvidos na operação Lava Jato.
15/03/2015	Milhões de brasileiros participam de atos contra o governo em cerca de 160 cidades do país.
07/04/2015	Temer é indicado por Dilma para fazer a articulação do governo com o Congresso.
10/04/2015	Segundo pesquisa do Datafolha, popularidade de Dilma despencou.
12/04/2015	Novos protestos contra o governo levam milhares às ruas, convocados pelos grupos Movimento Brasil Livre, Vem Pra Rua e Revoltados Online.
27/05/2015	O Movimento Brasil Livre protocola um pedido de impeachment de Dilma na Câmara dos Deputados.
08/06/2015	Em entrevista ao jornal belga <i>Le Soir</i> , Dilma fala sobre economia: “O ajuste é essencial. Não é algo que você pode ou não fazer: não há

	alternativa senão fazê-lo”. Muitos comparam a afirmação à máxima de Margaret Thatcher de que “There is no alternative” ao neoliberalismo.
16/07/2015	Eduardo Cunha é delatado por Júlio Camargo, que o acusa de receber US\$ 5 milhões de propina desviada da Petrobras.
17/07/2015	O presidente da Câmara anuncia oficialmente o rompimento com o governo.
03/08/2015	O ex-ministro José Dirceu (PT) é preso na operação Lava Jato, sob a responsabilidade do juiz federal Sergio Moro.
06/08/2015	O Datafolha registra a maior taxa de rejeição à Dilma Rousseff: 71%.
16/08/2015	Todos os estados e o DF recebem protestos contra a presidenta.
20/08/2015	Eduardo Cunha é denunciado pela Procuradoria-Geral da República.
25/08/2015	A ministra Luciana Lóssio pede vista do processo movido pelo PSDB contra a campanha de Dilma e Temer.
02/10/2015	Dilma anuncia reforma ministerial e amplia participação do PMDB no governo.
06/10/2015	O TSE reabre a ação do PSDB para impugnar a candidatura de Dilma e Temer.
07/10/2015	O Tribunal de Contas da União recomenda que o Congresso reprove as contas do governo devido a irregularidades, como as chamadas “pedaladas fiscais”.
21/10/2015	Oposição entrega a Eduardo Cunha o pedido de impeachment da presidenta Dilma, assinado pelos juristas Hélio Bicudo e Miguel Reale Júnior e pela advogada Janáina Paschoal.
31/10/2015	Manifestações reúnem milhares de mulheres em todo o país contra o PL 5.069/13, de autoria de Eduardo Cunha.
03/11/2015	O Conselho de Ética da Câmara dos Deputados instala processo contra Eduardo Cunha por quebra de decoro parlamentar.
24/11/2015	Eduardo Cunha publica artigo na <i>Folha de S.Paulo</i> , sobre o PL 5.069 intitulado “Fizeram de mim o inimigo nº 1 das mulheres”. Disponível em: < <a href="https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2015/11/1710087-fizeram-de-mim-o-inimigo-n-1-das-mulheres.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2015/11/1710087-fizeram-de-mim-o-inimigo-n-1-das-mulheres.shtml</a> >
25/11/2015	O senador Delcídio do Amaral é preso por tentativa de obstrução de justiça.
02/12/2015	Pela manhã, a bancada do PT anuncia voto pela continuidade do processo contra Eduardo Cunha no Conselho de Ética. Num ato de vingança, ao fim do dia Cunha autoriza a abertura do processo de impeachment assinado por Bicudo, Reale Júnior e Paschoal.
07/12/2015	Michel Temer revela insatisfações com a presidenta Dilma por meio de uma carta pessoal supostamente vazada pela imprensa.

08/12/2015	A votação secreta e tumultuada da comissão especial do impeachment é suspensa pelo ministro Luiz Edson Fachin.
13/12/2015	Novos protestos contra Dilma são deflagrados no país, os menos numerosos desde março.
17/12/2015	O STF estabelece o rito do impeachment.
05/01/2016	Cunha rejeita pedido de impeachment do vice-presidente Michel Temer.
01/02/2016	A Câmara recorre contra o rito estabelecido pelo STF.
23/02/2016	O marqueteiro do PT João Santana e a esposa são presos na operação Lava Jato.
03/03/2016	O senador Delcídio do Amaral firma acordo de delação premiada com a justiça.
04/03/2016	Lula é conduzido coercitivamente a depor na Polícia Federal durante a 24ª fase da operação Lava Jato.
13/03/2016	Os maiores protestos contra Dilma são registrados em mais de trezentos municípios pelo país.
15/03/2016	O STF divulga o conteúdo da delação de Delcídio do Amaral.
16/03/2016	O STF recusa o recurso de Cunha quanto ao rito do impeachment.
16/03/2016	Dilma anuncia Lula como ministro da Casa Civil.
16/03/2016	O juiz federal Sergio Moro torna pública uma série de gravações feitas pela Polícia Federal no contexto da operação Lava Jato, entre 17 de fevereiro e 16 de março, incluindo o grampo de uma ligação entre Lula e Dilma feito às 13h32 de 16/3, após o próprio juiz ter determinado o fim das escutas contra o ex-presidente. Apesar de amplamente divulgado na imprensa, o áudio não produziu repercussões imediatas na investigação da PF.
17/03/2016	Um juiz de primeira instância concede liminar que suspende a nomeação de Lula, que recorre.
17/03/2016	A Câmara forma a comissão do impeachment.
18/03/2016	Em decisão monocrática, o ministro Gilmar Mendes suspende a nomeação de Lula para a Casa Civil.
22/03/2016	É lançado manifesto de escritores e profissionais do livro pela democracia. Disponível em: < <a href="https://blogdaboitempo.com.br/2016/03/22/manifesto-escritores-e-profissionais-do-livro-pela-democracia/">https://blogdaboitempo.com.br/2016/03/22/manifesto-escritores-e-profissionais-do-livro-pela-democracia/</a> >
23/03/2016	É tornada pública uma “superplanilha” apreendida em 22 de fevereiro de 2016 na casa do presidente da Odebrecht Infraestrutura, no contexto da 23ª fase da operação Lava Jato, batizada de “Acarajé”. O documento (farto em nomes da oposição), que lista valores (incompatíveis com doações declaradas) e apelidos de cada político, é

	posto sob sigilo por Sérgio Moro, alegando que ele poderia levar a “conclusões prematuras”. Disponível em: < <a href="https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/moro-poe-sob-sigilo-superplanilha-da-odebrecht/">https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/moro-poe-sob-sigilo-superplanilha-da-odebrecht/</a> >
28/03/2016	A OAB protocola novo pedido de impeachment contra Dilma.
29/03/2016	O PMDB rompe oficialmente com o governo.
29/03/2016	Em despacho oficial, o juiz Sergio Moro pede desculpas ao STF pelo vazamento da ligação entre Lula e Dilma e nega motivação política. Disponível em: < <a href="https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/moro-pede-desculpas-ao-supremo-por-divulgacao-de-audios-de-lula-e-nega-motivacao-politica/">https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/moro-pede-desculpas-ao-supremo-por-divulgacao-de-audios-de-lula-e-nega-motivacao-politica/</a> >
30/03/2016	Começam os trabalhos da comissão do impeachment na Câmara.
01/04/2016	Dois pedidos de impeachment de Michel Temer são protocolados na Câmara.
04/04/2016	Eduardo Cunha rejeita o pedido de impeachment do vice-presidente Michel Temer, assinado pelo ex-ministro Cid Gomes.
05/04/2016	O ministro Marco Aurélio Mello manda Eduardo Cunha aceitar o pedido de impeachment do vice-presidente.
06/04/2016	O relator do processo de impeachment na comissão da Câmara apresenta relatório favorável à abertura do processo contra a presidenta.
11/04/2016	São divulgados na mídia, novamente por um suposto vazamento, treze minutos de áudio em que o vice-presidente fala à nação como se o impeachment de Dilma tivesse sido aprovado pela Câmara.
11/04/2016	A Comissão Especial do Impeachment na Câmara aprova o parecer do relator.
14/04/2016	A Advocacia Geral da União recorre, sem sucesso, ao Supremo Tribunal Federal alegando cerceamento de defesa no processo de impeachment.
17/04/2016	Com 367 votos, a Câmara aprova a abertura do processo de impeachment depois de três dias de sessão.
25/04/2016	É formada a Comissão Especial do Impeachment no Senado.
29/04/2016	Em sessão da comissão do impeachment, o senador Randolfe Rodrigues prega peça em Janáina Paschoal e a faz admitir que, de acordo com a argumentação usada para definição de crime, também seria forçoso pedir o impeachment do vice Michel Temer. Pouco antes, a advogada afirmara não haver elementos para que o vice fosse denunciado.
12/05/2016	O Senado decide abrir o processo de impeachment e afasta provisoriamente a presidenta Dilma Rousseff.

12/05/2016	No mesmo dia do afastamento da presidente, Temer anuncia seu ministério. Composto por 22 homens brancos, a escolha foi duramente criticada por movimentos sociais e parte da mídia.
14/06/2016	Conselho de Ética recomenda a cassação de Eduardo Cunha.
16/06/2016	A operação Lava Jato derruba o terceiro ministro de Temer, Henrique Alves, que estava à frente do Turismo. Alves renunciou depois da divulgação do conteúdo da delação de Sérgio Machado, que o apontava como beneficiário de propinas pagas pela Queiroz Galvão e pela Galvão Engenharia enquanto deputado.
21/06/2016	Michel Temer assume o golpe em sua conta no Twitter:
05/07/2016	Em seis dias, a campanha “Jornada pela Democracia” acumula R\$ 662.114 e 10.067 apoiadores. Em 48 horas, a campanha bateu recorde ao atingir a meta de R\$ 500 mil reais. Além de ter se tornado o projeto que recebeu mais doações em menos de 24 horas, também foi o que teve mais apoiadores em tão pouco tempo.
2018	Eleição do Presidente Jair Bolsonaro

Fonte: elaborado pelo autor com base no Blog Boitempo<sup>19</sup>.

Neste capítulo, discutimos as análises referentes à conjuntura da legitimação discursivo-midiática da ameaça de golpe bolsonarista. Esperamos que as reflexões aqui empreendidas colaborem para o aprofundamento da temática ora analisada. A seguir, no capítulo 4, apresentamos o recorte dos resultados das análises no âmbito linguístico-textual acerca da constante ameaça de golpe legitimada pela mídia hegemônica por meio do portal R7.com.

---

<sup>19</sup> Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/cronologia-do-golpe/>> Acesso em: 14 out. 2022.



## 4

### ANÁLISE LINGUÍSTICO-TEXTUAL – VOCABULÁRIO E AVALIAÇÃO

São os textos que, a curto e longo prazos, seja imediatamente, seja através dos anos, estruturam parcialmente racionalidades políticas, isto é, formas de percepção, compreensão e avaliação dos acontecimentos, dos sujeitos e das práticas no campo da política especialmente, mas também em outras esferas da sociedade. (PEIXOTO, 2019, p. 218)

Neste capítulo, discutimos as análises referentes aos aspectos textuais com a identificação do vocabulário e das expressões avaliativas na construção argumentativa da legitimação discursivo-midiática da ameaça de golpe bolsonarista.

Para facilitar a identificação de tais expressões, sublinharemos as categorias de **Vocabulário** destacado em amarelo e **Avaliação** sombreado de verde brilhante.

#### 4.1 Análise da notícia A

A notícia A traz o primeiro texto analisado, cujo título afirma “Atos de 7 de setembro atestam que Bolsonaro é forte Candidato à reeleição”, publicado em 07 de setembro de 2021 e assinado pelo jornalista Augusto Nunes, que sempre se tem demonstrado em suas notícias e reportagens ser favorável ao Governo e à continuidade da sua proposta política.

(1) Atos de 7 de setembro atestam que Bolsonaro é forte Candidato à reeleição

O título da notícia nos traz dois termos em destaque que nos apontam para a imparcialidade jornalística do portal e sustentam nossas

hipóteses quanto a legitimidade que o veículo de comunicação oportuniza ao então presidente. O vocábulo “atentam” não oferece outro questionamento, mas afirma categoricamente que as manifestações pró-Bolsonaro, em setembro de 2021 contribuem para deixar claro que, segundo o jornalista, a população estar com o então presidente e que apoia todo seu projeto político. No destaque valorativo de “forte candidato”, o jornalista faz uso do juízo de valor, afirmando ao interlocutor consumidor do veículo comunicativo que o atual presidente possui muitas chances à reeleição.

Como já se sabe, o âmbito do discurso, nas ordens social e discursiva, desvela maneiras específicas e relativamente estáveis de representar aspectos do mundo num enlace dialético com modos de agir e de identificar a si e a outros. A representação consiste, então, em se verificar que os sentidos engendrados pelos discursos não apenas incidem sobre aspectos concretos, mas também elaboram possibilidades variadas da realidade, relacionando-as a projetos de mudança de acordo com pontos de vista singulares (RODRIGUES, 2017, p.88)

Para Silva (2019, p. 65) “a avaliação [...] na ação, representação e identificação desse evento através de sua relação entre texto e prática social”.

(2) Redesenham uma paisagem deformada por pesquisas eleitorais estranhas e pelo ativismo antibolsonarista de parte do noticiário”

As expressões valorativas “redesenham”, “deformada” e “estranhas” apresentadas no *lead* da notícia ratificam o posicionamento legitimador do jornalista ao afirmar que as manifestações mudam o cenário negativo ora deformado pelo que as pesquisas eleitorais estão apresentando. Nesse período de 2021, inúmeras pesquisas eram divulgadas, principalmente no grupo de comunicação da Rede Globo, que apontavam a queda constante.

Segundo o portal de notícias *El País*, nesse período a aprovação do então presidente alcançou seu mais baixo índice quando destaca que 29,3% dos brasileiros aprovam o desempenho do presidente, enquanto 65,3% o desaprovam, conforme pesquisa realizada pelo AtlasIntel. A mesma pesquisa afirmou que 59,7% da população considerava o Governo ruim ou péssimo, enquanto 19% o classificavam como ótimo ou bom.

A singularidade dos pontos de vista se faz notar pela multiplicidade de tipos de relações que discursos estabelecem entre si, entre pessoas, entre valores, de maneira que os discursos podem funcionar em relação de complementariedade, de assistência; de cooperação; ou até mesmo estabelecendo arenas de refutação, de competição, de subjugação, de opressão e de dominação (RODRIGUES, 2017, p. 89).

Portanto, o jornalista utiliza-se do vocábulo antibolsonarista para classificar parte da imprensa e questionar que há imparcialidade na divulgação de tais pesquisas, uma vez, que, segundo Augusto Nunes, as manifestações por si só mostram que a população está com o presidente. “Os diferentes discursos não apenas representam o mundo concreto, mas também projetam possibilidades diferentes da realidade” (RESENDE; RAMALHO, 2019, p. 71).

(3) Deste modo, Nunes completa: “a **sensatez** recomenda que **ameaças recíprocas** fiquem nos palanques, que o tiroteio seja interrompido e que os três Poderes **tratam de cumprir** as normas estabelecidas pela Constituição”.

O primeiro destaque do excerto (3), o termo “sensatez”, põe em ênfase a necessidade do jornalista de deixar claro o que já é preconizado na legislação, ou seja, a interdependência dos três Poderes, uma vez que se articulava nas mídias sociais a possível ameaça de golpe e a imposição do Poder Judiciário que se pronunciava constantemente contrário ao absurdo proposto pelo presidente e que, com seu poder constituído, faria o que fosse possível para não chegarmos ao ápice dessa ameaça anunciada.

Resende e Ramalho (2017 apud SILVA, 2019, p. 68):

apontam duas etapas distintas e articuladas que servem para a identificação da avaliação em um texto. A primeira refere-se aos temas centrais, ou seja, de que partes do mundo aparecem tais representações. A segunda alude a questões mais particulares, como os traços linguísticos específicos realizados no discurso, tais como vocabulário, tendo em vista que diferentes formas de utilização do léxico, apontam para formas diferentes de representar o mundo.

A expressão “ameaças recíprocas” coloca no mesmo patamar o jogo discursivo entre presidente e Poder Judiciário, uma vez que em seu discurso oficial, Jair Bolsonaro deixava subentendido que se fosse desobedecido, proporia um novo AI-5 e que o Exército estaria com ele

para resguardar o direito da continuidade de seu Governo, indo na contramão da legislação e do estado democrático de direito.

No vocábulo “tratam de cumprir” o autor modaliza seu discurso, uma vez que na cena política quem não está cumprindo com seus deveres presidenciais e respeitando a democracia é o presidente, porém a expressão é destinada de forma atenuada ao presidente e vista como ameaça ao Poder Judiciário que deveria, segundo o jornalista, permanecer com suas atribuições e não intervir no Governo.

(4) A **magnitude** da mobilização, aliás, **contrastou** com o **raquitismo** do ato contra o presidente promovido no vale do Anhangabaú.

A cena política de oposições, acerca de mobilizações de ambos os polos (pró e contra Bolsonaro) foi destaque nos meios de comunicação, no excerto (4), o jornalista compara a “magnitude” dos atos favoráveis ao presidente em detrimento do “raquitismo” comparando as manifestações contrárias. Percebe-se com veemência a maneira clara, direta e objetiva com o veículo de comunicação se põe em favor do então presidente na avaliação das manifestações que contrariam outros meios de comunicação que, na época, mostravam os dois polos bem representados.

(5) Não faz sentido acreditar no amplo favoritismo de um **ex-presidente** **presidiário** que será confrontado com **delinquências** que transformam **currículo** em **prontuário**.

No excerto (5), Augusto Nunes apela, no jogo persuasivo, para caracterizar o ex-presidente Lula como “presidiário”, delinquente e que não possui currículo, mas prontuário, uma vez que, na perspectiva bolsonarista, o ex-presidente é caracterizado como contraventor e alguém que deve ser desacreditado, tendo em vista os escândalos de corrupção que girava em torno de seu nome, no meio midiático, porém sendo inocentado em todas as instâncias, posteriormente.

Em suma, as pautas que caracterizam o bolsonarismo, destacam-se por sua adesão ao conservadorismo oriundo dos grupos evangélicos neopentecostais, a militarização da sociedade civil, com a liberação e flexibilização do acesso às armas em decorrência da crise na segurança pública que vem de longas datas, além do avanço do neoliberalismo nos

planos econômicos, bem como as consequências diretas da farsa da Lava Jato, como ato final do grande golpe iniciado em 2016 contra a democracia brasileira, gerando o que compreendemos, nesta obra como legitimação.

## 4.2 Análise da notícia B

O título da matéria lança a máxima acerca da aprovação do presidente Bolsonaro em matéria divulgada no dia 14 de setembro de 2020 às 15h40min, pela Agência Estado, junto ao portal de notícia R7.com.

(6) É o quinto levantamento consecutivo da XP- Ipespe no qual a aprovação do governo aparece em alta e a reprovação, em queda

O vocábulo “consecutivo” traz a ideia de pesquisas anteriores que têm mostrado enfaticamente, segundo o veículo de comunicação, o aumento gradativo da aprovação do governo, em meio a discussões que versam sobre liberação e posse de armas, bem como ataques constantes à democracia. Os termos em alta e em queda mostram que a notícia está em desacordo com o que tem sido apontado por outros meios de comunicação que deixam clara o nível de reprovação e aceitação do presidente, em desacordo com o que se apresenta pelo portal. “A avaliação inclui afirmações avaliativas (que apresentam juízo de valor), afirmações com verbos de processo mental afetivo (tais como detestar, gostar, amar) e presunções valorativas (sobre o que é bom ou desejável)” (RESENDE; RAMALHO, 2011, p. 79).

(7) A pesquisa de setembro também captou melhora na expectativa para o restante do mandato, ainda dentro da margem de erro. Agora, 40% esperam que o restante do governo seja bom ou ótimo, ante 37% em agosto. Para 35%, será ruim ou péssimo, ante 36% no mês anterior. A expectativa regular cedeu de 22% para 20%.

No excerto (7), percebemos a tendência da notícia em evidenciar que o Governo possui expectativa de melhora a cada pesquisa e que a população está satisfeita com sua forma de administrar o Executivo Nacional, mesmo dentro da margem de erro. Esse vocábulo em destaque

sombreado de amarelo, mostra que mesmo com os pontos percentuais de erro da pesquisa, o governo tem se mostrado compatível com a expectativa da população, segundo o portal.

(8) Também **melhorou** a avaliação acerca da atuação de Bolsonaro no **combate ao novo coronavírus**. O percentual da população que considera seu desempenho ruim ou péssimo cedeu dentro da margem, de 50% em agosto para 49% em setembro. Já a razão dos que veem desempenho ótimo ou bom avançou para 28%, de 24% em agosto, também dentro da margem.

O excerto (8), assim como todas as matérias jornalísticas, tem demonstrado bastante expressões valorativas, uma vez que a tendência da matéria é exaltar a representatividade bolsonarista, diante de situações diversas, como o caso do combate ao novo coronavírus, na contramão do que a revista Veja anunciou em 20 de março de 2022 quando lança matéria intitulada: “Bolsonaro atrapalhou Brasil no combate à Covid, diz pesquisa - Levantamento mostra que 76% acham que país poderia ter se saído melhor se presidente não combatesse as vacinas” (VEJA, 2022, s.p.).

Fairclough (2003) explica ainda que afirmações avaliativas são declarações que exprimem tanto o que é desejável, conveniente, quanto o que é indesejável, inconveniente; ou ainda, comunicam o que é bom ou ruim. Os exemplos, bem elementares, que ilustram isso, na obra, são “este é um livro bom/ruim”

O impacto mundial desfavorável ao presidente sobre sua atuação diante da pandemia da COVID-19 ganhou destaque internacional. Primeiro, a mudança de Ministro da Saúde por 4 vezes em meio a pandemia, bem como a guerra às vacinas, atrasando sua fabricação e distribuição além de criar um cenário desfavorável que levou a população duvidar da eficácia desta, uma vez que o próprio presidente, no papel que exerce, dizia abertamente que não tomaria nenhuma vacina.

Diante de tal postura, dados oficiais do portal do Ministério da Saúde afirmam, até a presente data, conforme imagem abaixo:

Imagem 1 – Óbitos COVID-19 por dia



Fonte: Ministério da Saúde. Disponível em <[https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19\\_html/covid-19\\_html.html](https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html)> Acesso em: 11 jul. 2022.

A alta no índice de mortes surge como o jeito bolsonarista de não fomentar a ciência e tecnologia, bem como a fragmentação e ruptura dos programas educacionais de incentivo à pesquisa, uma vez que o próprio presidente era antivacina e incitava, em pronunciamentos oficiais, a população a não se vacinar, indo em oposição ao que preconizava a Organização Mundial da Saúde (OMS).

(9) É a primeira vez desde maio em que aumenta a razão de pessoas que consideram que a economia está no caminho errado. Na leitura de setembro, a proporção dos que enxergam a economia no caminho certo ficou estável, em 38%.

No tocante à economia, o portal R7.com mostra que a referida pesquisa do XP- Ipespe enfatiza o aumento da população que acredita que o país está no caminho errado, porém, modaliza um discurso, na tentativa de suavizar ao valar sobre margem de erro e dizer que no mês de setembro os que consideravam estar no caminho certo ficou estável.

(10) Também ficou **estável** a proporção de pessoas que consideraram grande ou muito grande a chance de **manter o emprego** nos próximos seis meses, em 52%. Houve **queda** na proporção dos que veem chance pequena ou muito pequena, de 40% para 39%, dentro da margem de erro.

Mais uma vez, no excerto (10) a modalização do discurso quanto a avaliação do termo estável ameniza a realidade acerca dos dados apresentados em outras pesquisas e outros veículos de comunicação. Em meio à crise com mais de 600 mil mortes por convide, o distanciamento social e o fechamento do comércio por conta da contaminação em massa fizeram com que milhares de pessoas saíssem de seus empregos e inúmeros microempresários perdessem seu capital de giro e fossem levados à falência.

Poucas pessoas, ou seja, em grande maioria os servidores públicos conseguiram manter, efetivamente seus empregos, uma vez que as empresas, por conta do fechamento necessário do comércio, tiveram que demitir inúmeros funcionários, como forma de cortar gastos uma vez que a economia estagnou. A proposta do auxílio emergencial que ajudou muitos brasileiros a conseguirem o mínimo, que era comer, foi proposta, inicialmente pelo presidente com um valor insignificante de 200 reais, chegando ao patamar de 600 ou até 1200 para mães solo por pressão popular e exigência do congresso. Em meio ao auxílio emergencial, a inflação subiu e os produtos essenciais da cesta básica ficaram cada vez mais caros.

A esse respeito, o próprio portal de notícias R7.com, em março de 2022 divulgou dados de pesquisa do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) que mostram que “em três anos, cesta básica fica 48% mais cara e itens sobem até 153% - o aumento de preços no grupo de alimentos essenciais para o brasileiro foi o dobro da inflação acumulada no mesmo período<sup>20</sup>” (R7.COM, 2022, s.p.).

(11) As perspectivas em relação às próprias dívidas **piozaram** pela **primeira vez** desde abril. A proporção dos que esperam que suas dívidas aumentem ou aumentem muito nos próximos seis meses subiu de 24% em agosto para 28% em setembro, enquanto a razão dos que esperam que os débitos diminuam ou

---

<sup>20</sup> Disponível em: <<https://noticias.r7.com/economia/em-tres-anos-cesta-basica-fica-48-mais-cara-e-itens-sobem-ate-153-28062022>> Acesso em: 11 jul. 2022.

diminuíam muito cedendo de 27% para 24%. A proporção dos que acham que as dívidas **devem ficar** como estão ficou **estável** em 37%.

O vocábulo “primeira vez” atenua a postura desastrosa, no âmbito econômico, na política governamental bolsonarista, tendo em vista a expressão valorativa “pioraram”, como sendo algo momentâneo, que não reflete o projeto político do Governo. E por fim, no excerto (11), o jornal mais uma vez considera que deve ficar estável quando o índice de endividamento da população, diante da alta da inflação e crise econômica decorrente da pandemia, porém iniciada muito antes desse período.

(12) Para 47% da população, a decisão de **manter o auxílio emergencial** até o fim de 2020 com parcelas de valor reduzido foi **ótima** ou **boa**. Consideraram **ruim** ou **péssima** a decisão 25%, enquanto 24% a classificaram como **regular**.

O excerto (12) se mostra paradoxal ao que outros veículos de comunicação noticiavam como fontes de pesquisas, tendem em vista que quase metade da população era favorável a “manter o auxílio emergencial” com parcelas reduzidas. A população e a luta popular sempre foram favoráveis a continuidade do auxílio com o mesmo valor da parcela, uma vez que diante da alta dos preços dos itens alimentícios, 200 reais não seria nada suficiente para uma família poder sobreviver em casa, isolada, mediante a pandemia.

### 4.3 Análise da notícia C

Com matéria divulgada no dia 22 de outubro de 2020, sobre o título “Quer eleger um cara? Veja o que ele fez na pandemia” palavras do próprio presidente Bolsonaro, que em meio a crises internas, renúncia de 3 Ministros da Saúde, divisão dentro do partido, saída da base seu principal aliado o Ex-juiz Sérgio Moro, crise econômica, campanhas antivacinas, falta de credibilidade e apoio à ciência, Bolsonaro crê que fez uma boa gestão diante da pandemia, ao afirmar que, em tese, deve ser eleito o que fez ou faria melhor diante do período pandêmico.

(13) Em conversa com apoiadores nesta quinta-feira (22) o presidente Jair Bolsonaro **sugeriu critérios** que os eleitores **devem** levar em consideração na hora de definir em quem vão votar nas eleições 2020. Para Bolsonaro, a

população deve analisar, além do partido se o candidato adotou medidas de restrição no combate ao novo coronavírus ou até se apoia o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra).

Nessa matéria jornalística que traz trechos de entrevista com presidente Bolsonaro, fica bastante claro como o portal utiliza-se das manifestações ideológicas do presidente para apresentar a notícia tendenciando ao bolsonarismo, legitimando-o. O presidente sugere critérios que a população deve adotar para escolher seus futuros representantes, colocando-se como modelo eficiente e criticando as medidas restritivas orientadas por todo mundo pela OMS. Se as medidas foram drásticas, pior seria, sem sombra de dúvidas, conforme salienta inúmeros especialistas, se não houvesse tais medidas, com elas tivemos mais de 600 mil mortes pelo novo coronavírus, sem elas esse número poderia ter sido triplicado. Vale ressaltar que estamos falando apenas dos casos notificados e que os especialistas na área da saúde pública acreditam na subnotificação e que esse número pode ser ainda maior.

(14) "Quer eleger um cara? Veja o que ele fez durante a pandemia, o prefeito, vê se você concorda com as medidas que ele tomou, obrigando fechar tudo, falando grosso, prendendo mulher em praça pública, fechando praias", disse na saída do Palácio da Alvorada. "Candidatos agora têm que ser questionados sobre isso porque esse vírus vai durar por muito tempo. O cara assume em janeiro você tem saber agora a posição dele."

A expressão valorativa “obrigados” a fechar tudo, como se houvesse uma obrigação desnecessária para o fechamento do comércio e medidas mais enérgicas, como *lockdown* que estava ocorrendo em todo globo terrestre como a medida mais eficaz para frear o alto índice de contaminação. Países que conseguiram realizar o isolamento social, dando assistência necessária como cestas básicas, produtos de higiene pessoal e auxílio de reforço à renda, tiveram número bem menores de contaminados e conseguiram diminuir os impactos e saírem mais cedo da crise provocada pela pandemia. O termo obrigado retira do Governo Federal a orientação dada pela OMS e põe em cima dos governos estaduais e municipais a responsabilidade que deveria ser de todos.

(15) Para o presidente, a “triagem” dos candidatos também depende do partido que representam. “Vocês têm que ver o partido que o cara está, tem esses partidos

que pregam **destruição de lares** e **ideologia de gênero**.” Bolsonaro reafirmou estar sem partido e que isso o livra da “pressão” para apoiar candidaturas. Ele voltou a criticar ainda o uso do seu nome para atrair votos nas eleições.

No excerto (15), encontramos uma discussão bastante recorrente dentro da constituição do bolsonarismo, ou seja, a defesa dos pseudo-valores morais e religiosos ao usar os vocábulos “destruição de lares” e “ideologia de gênero” como sendo bandeiras recorrentes, segundo o pensamento do presidente, dos partidos ditos de esquerda como PT, PCdoB, PSOL, dentre outros. Na concepção do presidente Bolsonaro ratificada pelo jornal os eleitores devem fazer essa triagem para não eleger candidatos que defendam opostas ao que a extrema-direita prega como verdade absoluta.

(16) O apoio ao MST também deve ser um critério de escolha do voto, segundo o presidente. Na conversa com os apoiadores, Bolsonaro orientou um candidato a vereador a não **se associar** com quem defende a causa do movimento.

O MST é um movimento social político brasileiro, fundado em 1984 e que defende a bandeira da reforma agrária, ou seja, divisão igualitária da terra para trabalhadores e trabalhadores poderem plantar, cultivar e conviver com o meio e daí ter seu sustento para sobrevivência.

Aspectos discriminatórios (e, portanto, antidemocráticos) da língua e do uso linguístico tem sido largamente documentado, como o uso de 'ele' como se fosse um pronome genérico para se referir tanto a mulheres quanto a homens, ou o uso de 'homem' e termos semelhantes, a exemplo de 'coordenador' (FAIRCLOUGH, 2001, p. 253).

O movimento sempre esteve ocupando terras improdutivas de grandes latifundiários, para assim contribuir com a justiça social e dar um pouco de dignidade aos trabalhadores e trabalhadores que não tem terra, casa, alimento ou dignidade. Ao contrapor o movimento, o presidente se coloca enfático no seu posicionamento de extrema-direita e em defesa das grandes corporações, grandes empresários e latifundiários que não fazem nenhum uso produtivo das terras ocupadas pelo MST.

(17) "Se eu fosse governador ou prefeito eu pediria que a Força Nacional estivesse na **minha cidade** o dia todo ou no **meu Estado**", concluiu.

Por fim, podemos observar, na análise, a falta de compreensão entre público e privado a partir do momento em que o então presidente usa os termos minha cidade e meu Estado para justificar que a culpa pelo fechamento do comércio e pelas restrições por conta da COVID-19 não é sua culpa, mas dos prefeitos e governadores, indo na contramão do que orienta a OMS e o que tem sido feito em países que conseguiram driblar a contaminação com tais medidas restritivas

#### 4.4 Análise da notícia D

O regime democrático tem sido colocado à prova ao longo desses quatro anos de bolsonarismo. Intitulada “Ninguém vai querer dar golpe para cima de mim”, A notícia D mostra a instabilidade governamental do então presidente em relação a sua falta de compreensão da independência dos Três Poderes – legislativo, executivo e judiciário – tendo em vista que ambos estão sujeitos à Constituição e a legislação brasileira e que, à medida que essa é violada, os outros poderes podem e devem intervir para que a democracia seja mantida.

(18) Presidente chamou o ex-ministro da Justiça e Segurança Pública Sergio Moro de Judas em publicação no Twitter neste sábado.

O então presidente Jair Bolsonaro inicia, dentro de seu governo, o declínio com o rompimento de seus principais aliados. O ex-juiz Sérgio Moro foi aquele que condenou, de forma parcial, segundo o próprio STF, o então candidato Lula, na eleição de 2018, em troca de favores do presidente, principalmente no tocante a sua indicação ao Supremo Tribunal Federal. Em meio aos escândalos de corrupção do bolsonarismo, Moro deixa o governo e é avaliado como traidor pelo presidente Bolsonaro, conforme destaca o *lead* da notícia no portal R7.

(19) O presidente Jair Bolsonaro disse na manhã deste sábado (2) que não será alvo de nenhum golpe em seu governo. A declaração foi dada a um grupo de apoiadores que se aglomeravam em frente ao Palácio do Alvorada.

Em meio à crise governamental, o então presidente considera que a intervenção do STF ao seu mandato, tendo em vista suas declarações

extremistas de teor golpista, quando quer fechar o congresso e mudar o Supremo, considera que o agir do STF será considerado um golpe. Bolsonaro enfrenta um momento de forte desgaste com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, e com o Supremo Tribunal Federal. No dia 20 de abril, ele participou de um ato público que pedia intervenção militar no País e o fechamento da Câmara e do STF.

(20) Se no dia o presidente disse que entendia e respeitava a decisão do Judiciário, no outro declarou que não tinha engolido ainda o assunto.

A forma como a notícia é descrita quando afirma que Bolsonaro respeitava a decisão, porém não havia engolido, modaliza um discurso pró-bolsonarista que a mídia utiliza para suavizar a forma agressiva com que o atual presidente se obriga a acatar, mas sempre com muitas ressalvas e fazendo um discurso crítico fervoroso as decisões, deixando o jogo democrático afetado, tendo em vista a independência dos Três Poderes.

(21) Na quinta-feira, 30, Bolsonaro declarou, em transmissão feita por meio de suas redes sociais, que tinha feito um desabafo ao avaliar como motivação política a decisão do ministro Alexandre de Moraes, de barrar a nomeação de Ramagem.

A concepção de desabafo e motivação política deixam claro os depois posicionamentos do então presidente em relação ao jogo democrático, primeiro por acreditar que por traz da decisão do STF em não acatar a indicação do novo diretor da PF, amigo pessoal dos filhos de Bolsonaro, que inclusive estão sendo investigados, atribui a autoridade e autonomia do Supremo a motivações políticas.

#### **4.5 Análise da notícia E**

Assinada por Plínio de Aguiar, a notícia “E” está intitulada como “Presidente de entidade convidada pelo PL para auditar eleição diz que urna pode ser fraudada”. O título dessa notícia nos mostra algo de extrema perplexidade, uma vez que todos os outros mecanismos de segurança nacional, pareceres de entidades do exterior aprovarem que a urna eletrônica, que não possui nenhum acesso à rede de internet,

completamente offline, usada desde 1996, elegendo o atual presidente ao cargo do executivo e, anteriormente, à Câmara Federal por vários mandatos, só agora, em que as pesquisas eleitorais apontam a possível vitória do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, este mecanismo eleitoral vem sendo criticado.

(22) Em fase de contratação pelo PL, partido do presidente Jair Bolsonaro, para auditar as eleições deste ano, o engenheiro Carlos Rocha, presidente do Instituto Voto Legal, afirma que as urnas podem ser fraudadas, defende a participação das Forças Armadas no pleito eleitoral, sugere a criação de um documento eletrônico para cada voto e busca tranquilizar a sociedade sobre o assunto, sem tumultuar o pleito.

A construção léxico-textual da expressão auditar pois em descredito todo o trabalho organizado pela Justiça Eleitoral, reconhecido internacionalmente, como sendo um dos sistemas de votação mais seguros do mundo. Nesse sentido, qual seria a necessidade do partido do então presidente sugerir auditoria nas urnas e se a única voz que ressoa negativamente a possibilidade de fraude no processo eleitoral. Por que o partido sugere um documento para comprovação da votação ao eleitor? A escolha avaliativa da expressão participação das Forças Armadas deixa explícita a necessidade sugerida e legitimada pela mídia de que o exército precisa intervir no processo que já é considerado seguro e legítimo pelo STF.

(23) "Sim, [a urna] é passível de fraude, em tese. Do ponto de vista de ataque, todo equipamento eletrônico tem risco de invasão. Não existem equipamentos perfeitos, que não tenham erros. Se existe equipamento, existe falha eletrônica. Se existe programa, existe erro. Se existem pessoas envolvidas, existem falhas humanas e intenções malignas", disse Rocha ao R7.

O excerto (23) traz uma constante expressões avaliativas como forma de desqualificação do equipamento e legitimado pelo portal de notícias em análise, como passível de fraude, risco de invasão, a não existência de equipamentos perfeitos – mesmo entendendo que a urna eletrônica funciona de forma offline – além de afirmar categoricamente que existe falha eletrônica, existe erro, falhas humanas e, por fim, a expressão intenções malignas, no jogo discursivo bolsonarista que tem prezado pelos ideais religiosos fundamentalistas.

(24) O engenheiro afirma que a intenção da auditoria é dar mais **transparência** ao pleito eleitoral e identificar oportunidades de melhoria no sistema.

A escolha do léxico **transparência** surge como forma legitimadora do discurso bolsonarista no que diz respeito a auditoria das urnas eletrônicas, contrariando o próprio TSE e sua autonomia que tem enfatizado, nos últimos tempos, o quanto há segurança e lisura no processo eleitoral<sup>21</sup>.

(25) "A nossa **missão** é procurar trazer o máximo de informação para **tranquilizar** a todos sobre o processo eleitoral brasileiro", relata.

Ao colocar em dúvida o que o TSE e o STF afirmam ser um dos mecanismos mais seguros e eficazes no processo eleitoral, as duas expressões lexicais tornam-se inconcebíveis, uma vez que se questiona qual missão seria essa do então presidente em pôr e descrédito as urnas eletrônicas, que inclusive o elegeram inúmeras vezes.

Essas escolhas e decisões não são de natureza puramente individual: os significados das palavras e a lexicalização de significados são questões que são variáveis socialmente e socialmente contestadas, e facetas de processos sociais e culturais mais amplos (FAIRCLOUGH, 2001 p. 230).

Por que só agora, nesse momento crítico da história democrática é que surge tal questionamento? Em sequência a questão de tranquilizar o eleitor é observada como discurso vazio, uma vez que ao pôr em evidência uma temática já superada há anos, faz com que a grande maioria da população que só tem acesso à informação por estes meios de

---

<sup>21</sup> A Justiça Eleitoral utiliza o que há de mais moderno em termos de segurança da informação para garantir a integridade, a autenticidade e, quando necessário, o sigilo. Esses mecanismos foram postos à prova durante os Testes Públicos de Segurança realizados em 2009 e 2012, nos quais nenhuma tentativa de adulteração dos sistemas ou dos resultados da votação obteve êxito. Além disso, há diversos mecanismos de auditoria e verificação dos resultados que podem ser efetuados por candidatos e coligações, pelo Ministério Público (MP), pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e pelo próprio eleitor. Disponível em <<https://www.tse.jus.br/o-tse/escola-judiciaria-eleitoral/publicacoes/revistas-da-eje/artigos/revista-eletronica-eje-n.-6-ano-4/por-que-a-urna-eletronica-e-segura>> Acesso em: 10 out. 2022.

comunicação hegemônicos acreditem nessa possibilidade, descartada pela Justiça eleitoral Brasileira.

#### 4.6 Análise da notícia F

A notícia F, aqui descrita, foi publicada no portal R7.com no dia 10 de junho de 2022, assinada por Plínio Aguiar, diretamente de Brasília. Como forma de amenizar as manifestações constante do então Presidente da República que diz veementemente que as urnas podem ser fraudadas e que se não ganhar não irá aceitar o resultado das eleições, pois tem certeza de que haverá erros propositais da suposta esquerda para lhe tomar o poder.

(26) “Neste ano, temos eleições no Brasil e **queremos**, sim, **eleições limpas**, **confiáveis** e **auditáveis**, para que não sobre **nenhuma dúvida** após o pleito.

A sequência avaliativa põe sempre em dúvidas o processo democrático e o desejo de golpear a democracia por parte do então presidente. Queremos eleições limpas? Quem quer? Quando não tivemos esse modelo? A eleição o qual elegeu o então presidente ao executivo foi marcada por brigas e por Fake News, podendo ser considerada uma das mais complexas e repletas de equívocos, pelo uso do poder midiático alternativo e o acesso à desinformação que levou o ódio ao poder.

Ainda no excerto (26), as expressões eleições limpas, confiáveis e auditáveis vêm colocar mais uma vez o descrédito no trabalho da Justiça Eleitoral, reconhecido internacionalmente por sua lisura no processo democrático, bem como a certeza e a confiabilidade das urnas eletrônicas. O que parece é que o discurso bolsonarista tenta a todo momento desqualificar as urnas como forma de justificar uma possível derrota no pleito eleitoral que está em curso.

(27) Tenho certeza de que ele será realizado nesse **espírito democrático**. Cheguei pela democracia e tenho certeza que, **quando deixar o governo**, também será de forma **democrática”** falou Bolsonaro.

O que o então presidente entendeu que quando deixar o governo de forma democrática, tendo passado os últimos quatro anos falando em

fechar Congresso, em mudar STF e intervenção militar O que o presidente tem feito sugere um golpe anunciado a todo momento que, até o fim do pleito eleitoral e resultado das eleições pode ser executando, tendo em vista que o poder que emana daqueles que sempre dominaram as riquezas e a política brasileira se consolidou em apoio a sua continuidade.

A descrição não e tão separada da interpretação, como se supõe frequentemente. Como um (a) analista (e como um (a) simples interprete de texto), sempre se está interpretando inevitavelmente e não há fase da análise que seja pura descrição. Consequentemente, nossa análise textual é formada e ganha cor pela interpretação de seu relacionamento com processos discursivos e com processos sociais mais amplos (FAIRCLOUGH, 2001, p. 246).

Mesmo modalizado pelo Portal R7.com, o que sabemos é que o então presidente nunca cultivou o espírito democrático e a prezou pela democracia, seu discurso se torna vazio e se configura como falácia, uma vez que tem contribuído para confundir a cabeça dos brasileiros e para criar esta instabilidade política que vivenciamos nos últimos quatro anos, bem como a polarização da população.

#### 4.7 Análise da notícia G

A notícia G, intitulada como “Forças armadas são o último obstáculo para o socialismo, diz Bolsonaro”, assinada também por Plínio Aguiar, no dia 12 de junho de 2022, o chefe do executivo volta a deixar pistas discursivas sobre as artimanhas de um possível golpe, quando fala equivocadamente sobre a questão de usar as forças armadas contra o que ele entende como sendo o socialismo, além de duras críticas ao Supremo, não observando a interdependência dos poderes que só é usada e falada quando lhe convém.

(28) Em aparição-surpresa durante o **evento conservador** CPAC Brasil, o presidente Jair Bolsonaro disse, neste domingo, que as Forças Armadas são o **último obstáculo** ao **socialismo** no país e voltou a **defender** a participação dos **militares** no pleito eleitoral deste ano.

Incansavelmente, o então presidente Jair Bolsonaro continua defendendo em seu discurso a intervenção das forças armadas colocando-os como último obstáculo para o que se pensa em que será o governo socialista, caso os partidos de esquerda consigam voltar ao poder. No mesmo excerto (28) as expressões “evento conservador” e “defender a participação dos militares” podem ser observadas sob a postura golpista. Nesse sentido, percebemos mais uma vez a legitimação midiática no discurso do presidente.

(29) "Se elas forem vencidas, pode esquecer que entra o **socialismo**, que entra o **comunismo** com força. E eu posso garantir para vocês, como presidente da República e chefe das Forças Armadas, que elas nunca estiveram desse lado e **nunca flertaram** com **esse lado**", completou.

O presidente insiste no discurso parecido com o que houve pré-golpe de 1964, criando a instabilidade através do seu discurso sobre o suposto socialismo e comunismo, dizendo que o Brasil virará uma Cuba ou a Venezuela caso o ex-presidente Lula retorne ao executivo federal, uma vez que as pesquisas tem mostrado que o petista está com vantagem à frente do então presidente Bolsonaro.

(30) No evento conservador, que é organizado por seu filho, o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP), o presidente da República relatou ter concordado com o ministro da Defesa de que as eleições brasileiras não podem ocorrer sob o **"manto da desconfiança"**.

Mesmo em meio as garantias dadas pelo TSE e pela STF quanto a lisura do processo eleitoral, o então presidente insiste no discurso golpista de que as urnas poderão ser fraudadas, ou seja, não aceitará outro resultado se não for de sua reeleição, colocando o processo democrático em desconfiança e sendo legitimado pela mídia hegemônica através do portal R7.com.

(31) No evento, afirmou que a esquerda, sem mencionar nomeadamente o petista, pode voltar ao poder **"das mais variadas maneiras"**.

Ao utilizar a expressão lexical “das mais variadas maneiras” a mídia legitima mais uma vez o discurso golpista bolsonarista que acredita na possibilidade de que todas as instituições democráticas estejam tramando

para sua saída do executivo, tendo em vista o então presidente acreditar que é aceito pela população, mesmo a própria mídia exibindo cotidianamente as pesquisas que mostram altos índices de desaprovação<sup>22</sup> do então Governo.

#### 4.8 Análise da notícia H

Assinada por Plínio Aguiar, em Brasília, a notícia H é intitulada: “Partido de Bolsonaro apresenta ao TSE empresa que contratou para auditar as eleições” mostrando a excessiva desconfiança do então presidente e de seu partido (PL) em relação a segurança das urnas eletrônicas que já foram auditadas, inclusive por instituições internacionais.

fossem tão conscientes quanto possível quanto aos recursos a que recorrem ao interpretar o discurso e a natureza da prática social de análise em si mesma - as estruturas que a condicionam, sua orientação para posições em luta, os resultados disso e os seus efeitos sobre lutas e estruturas (FAIRCLOUGH, 2001, p. 246).

No quadro abaixo, extraído do portal oficial do TSE, podemos observar os itens assegurados pelo sistema eleitoral que permitem a compreensão efetiva da lisura e da segurança do processo.

##### Quadro 14 – Principais medidas de segurança da urna eletrônica

1.	O processo de identificação biométrica ocorre em dois momentos: após a verificação dos documentos do eleitor na seção eleitoral, para liberar o voto na urna eletrônica, e durante o processamento do Cadastro Eleitoral, para detectar eventuais duplicidades de inscrições.
2.	A urna eletrônica passa por ciclos periódicos de testes e manutenções. Periodicamente, as baterias são carregadas para garantir o máximo tempo de vida útil. A empresa que esteja realizando a manutenção da urna é incapaz de nela instalar softwares desconhecidos, assim como na fabricação.

<sup>22</sup> O governo Bolsonaro é desaprovado por 56% dos eleitores, mostra pesquisa PoderData realizada de 28 a 30 de agosto de 2022. O número é o mesmo de duas semanas atrás. A taxa de aprovação também mostrou estabilidade, variando dentro da margem de erro de 2 pontos percentuais. Agora, está em 38%. Outros 6% não souberam responder. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/poderdata/poderdata-56-reprovam-e-38-aprovam-governo-bolsonaro>> Acesso em: 14 out. 2022.

3.	Todos os programas utilizados nas urnas eletrônicas e sistemas correlatos no dia das eleições são desenvolvidos no TSE.
4.	Todas as urnas eletrônicas, da aldeia indígena à capital, utilizam apenas uma versão dos programas.
5.	Os programas inseridos na urna eletrônica antes do dia da votação são todos assinados digitalmente e lacrados. Assim, caso alguém tente alterar os votos, mesmo com a urna desligada, a própria máquina verificará a inconsistência e emitirá um alerta de erro.
6.	Auditorias verificam a integridade e autenticidade do equipamento das urnas eletrônicas. Em 2021, foi realizada a sexta edição do Teste Público de Segurança (TPS). Adicionalmente, o prazo de abertura dos códigos-fonte foi estendido de 6 para 12 meses, e foi instituída a Comissão de Transparência Eleitoral.
7.	No dia da eleição, nenhum equipamento do sistema eletrônico de votação tem qualquer conexão com a internet, impedindo acesso externo de terceiros aos dados gravados ou que transitam pelo sistema.
8.	A urna eletrônica somente grava a indicação de que o eleitor já votou. Pelo embaralhamento interno e outros mecanismos de segurança, não há nenhuma possibilidade de se verificar em quais candidatos um eleitor votou.
9.	Os votos são armazenados em duas mídias, com uma memória interna e outra externa. Assim é possível recuperar os votos e outros dados no caso de defeito de uma das memórias.
10.	Caso haja falha na urna eletrônica, o TSE dispõe de outras urnas que podem substituir em poucos minutos a urna com falha.
11.	O presidente da seção eleitoral, utilizando senha própria, encerra a votação e emite o Boletim de Urna (BU), que corresponde ao relatório impresso em pelo menos cinco vias pela urna eletrônica e fixado publicamente na seção eleitoral.
12.	O boletim identifica a seção eleitoral, urna, número de eleitores que compareceram e votaram e o resultado dos votos por candidato e por legenda, além dos votos brancos e nulos. A urna eletrônica contém os registros de todos os eleitores que votam na seção, incluindo número de votantes, ausentes e justificativas.
13.	Além dos arquivos dos BUs tornados públicos ao mesmo tempo que recebidos no TSE, são publicados na internet os arquivos do Registro Digital do Voto (RDV) e de logs das urnas eletrônicas do País.
14.	O processo eleitoral é aberto à fiscalização de mais de uma centena de entidades, incluindo partidos políticos, federações e coligações; a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); o Ministério Público; o Congresso Nacional; o Supremo Tribunal Federal; a Controladoria-Geral da União; a Polícia Federal; a Sociedade Brasileira de Computação; o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia; o Conselho Nacional de Justiça; o Conselho Nacional do Ministério Público; o Tribunal de Contas da União; as Forças Armadas; a Confederação Nacional da Indústria, demais integrantes do Sistema Indústria e entidades corporativas pertencentes ao Sistema S; entidades privadas brasileiras, sem fins

	lucrativos, com notória atuação em fiscalização e transparência da gestão pública, credenciadas no TSE; e departamentos de tecnologia da informação de universidades credenciadas no TSE.
15.	A urna eletrônica UE2020, fabricada pela Positivo Tecnologia, teve sua capacidade de processamento aumentada em 18 vezes, ganhou tela sensível ao toque no terminal do mesário e teve o perímetro criptográfico do hardware de segurança certificado com base nos requisitos da Infraestrutura Pública de Chaves Criptográficas (ICPBrasil).

Fonte: Agência Câmara de Notícias<sup>23</sup>

A insistência do discurso bolsonarista sobre a necessidade de auditar as urnas eletrônicas e reiterar a possibilidade de fraude só pode ser atribuída ao resultado das pesquisas que tem colocado as intenções de voto do então presidente em segundo lugar, além do alto índice de desaprovação de seu governo.

(32) Na ocasião, o chefe do Executivo afirmou que a decisão é **um direito** da legenda, visto que a legislação permite que os partidos que participarão da eleição **constituam sistema próprio de fiscalização, apuração e totalização** dos resultados.

O então presidente e seu partido PL usar a expressão lexical “um direito” para legitimar seu discurso anterior sobre a possibilidade de as urnas eletrônicas serem fraudadas, uma vez que põe em descrédito o trabalho da Justiça Eleitoral e de observadores internacionais que asseguram a segurança dos mecanismos inerentes à urna. Querer constituir um sistema próprio de fiscalização, apuração e totalização não é nenhum problema constitucional, porém estranho que sendo eleito por meio da urna eletrônica, o então presidente só vem fazer tais questionamentos posteriormente a veiculação das intenções de votos em pesquisas aprovadas pela própria Justiça Eleitoral.

(33) Bolsonaro argumenta que o objetivo, por trás da contratação, **é garantir a segurança e a inviolabilidade das urnas eletrônicas.**

(34) Bolsonaro afirmou que quer **“eleições livres de qualquer suspeita de ingerência externa”** e que a auditoria a ser realizada pela empresa pode ajudar o TSE. “As eleições têm que ser realizadas sem qualquer sombra de dúvida.

<sup>23</sup> Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/903788-saiba-como-o-tse-garante-a-seguranca-das-urnas-eletronicas/>> Acesso em: 14 out. 2022

A grande mídia hegemônica insiste em avaliar o discurso bolsonarista dando legitimidade a sua voz a partir do momento que enfatiza uma suposta garantia de segurança e inviolabilidade das urnas eletrônicas, bem como ao afirmar que as eleições devem ser livres de qualquer suspeita de ingerência externa, como se houvesse essa possibilidade, diante de tudo que falamos até o momento.

A análise linguístico-textual nesta seção, por base ao objetivo específico (ii), conseguimos, através do vocabulário e da avaliação, identificar o processo de legitimação discursivo-midiática, uma vez que a mídia hegemônica se utiliza do seu poder de persuasão e divulgação para as massas como forma de atenuar questões complexas e relativizar posicionamentos ultraconservadores e extremistas contra as liberdades, o pluralismo e os direitos humanos fundamentais, tornando-se eficaz ao produzir um discurso bolsonarista traçado por juízo de valores fundamentalistas em apoio ideológico do bolsonarismo em curso.

Portanto, nesta seção apresentamos as discussões referentes as proposições do objetivo geral de pesquisa que foi analisar o processo de legitimação discursiva da ameaça de golpe do Governo Bolsonaro pela mídia hegemônica brasileira à luz da Análise de Discurso Crítica, sob a inspiração do modelo tridimensional adaptado, especificamente, identificando como o modo textual contribuiu para o processo de legitimação discursiva, pelo Portal R7.com, da ameaça de golpe do Governo Bolsonaro, tendo em vista as categorias de Vocabulário e Avaliação, descritas no quadro abaixo:

**Quadro 15 – Síntese da análise linguístico-textual**

<b>EXPRESÕES LEXICAIS</b>	<b>EXPRESÕES AVALIATIVAS</b>
Ameaças recíproca	A sensatez
Analisar	Apuração
Associar	Auditáveis
Atestam	Boa
Auditam	Caminho certo
Combate	Caminho errado
Comunismo	Confiáveis
Consecutivo	Constituam sistema próprio de fiscalização
Coronavírus	Contrastou
Critérios	Defender
Currículo	Delinquências

Das mais variadas maneiras	Desabafo
Destruição de lares	Eleições limpas
Devem	Eleições livres
Devem ficar	Em alta
Enxergar	Em queda
Esse lado	Engolido
Ex-presidiário	Espírito democrático
Ideologia de gênero	Estável
Manter o auxílio emergencial	Evento conservador
Manter o emprego	Existe erro
Manto da desconfiança	Existe falha eletrônicas
Margem de erro	Forte candidato
Medidas	Garantir segurança
Meu estado	Golpe
Militares	Intenções malignas
Minha cidade	Inviolabilidade das urnas eletrônicas
Missão tranquilizar	Judas
MST	Magnitude
Nenhuma dúvida	Melhora
Posição	Melhorou
Primeira vez	Motivação política
Primeira vez	Não existe equipamentos perfeitos
Prontuário	Nunca flertaram
Quando deixar o governo	Obrigado
Respeitava	Ótima
Restrição partido	Participação das forças armadas
Socialismo	Passível
Sugere	Péssima
Sugeriu	Pioraram
Transparência	Podem
Tratem de cumprir	Queda
Triagem	Queremos
Último obstáculo	Raquitismo
Um direito	Regular
	Risco de invasão
	Ruim
	Suspeita de ingerência externa
	Totalização

Fonte: elaborado pelo autor

Quando a perspectiva do vocabulário, podemos observar como o *corpus* foi produtor por nos permitir mapear as expressões lexicais repletas de ideologias e modalizações que contribuem para a legitimação

do discurso bolsonarista. De igual modo, a avaliação produziu inúmeros recortes de expressões valorativas e juízo de valor expresso pelos jornalistas em nome da mídia hegemônica no processo de LDM do possível golpe bolsonarista.

## 5

### ANÁLISE DA PRÁTICA DISCURSIVA – INTERTEXTUALIDADE E MODALIDADE

Um discurso recorrente, disseminado e naturalizado, que dissimula fatos e constrói falsas verdades, em que a narrativa dissimuladora em si, e não os fatos, passa a constituir o ‘regime de verdade’ ideológico em favor do poder assimétrico, e que passa por cima de relações ou processos sociopolíticos, culturais e históricos envolvidos (SANTOS; VIEIRA, 2016).

Neste capítulo, discutimos as análises referentes aos aspectos discursivos com a identificação da intertextualidade e da modalidade na construção argumentativa da legitimação discursivo-midiática da ameaça de golpe bolsonarista.

Para facilitar a identificação de tais expressões, sublinharemos as categorias de **Intertextualidade** de rosa e a **Modalidade** de azul.

#### 5.1 Análise da notícia A

A intertextualidade é um dos recursos que contribuem para a compreensão da prática discursiva, uma vez que dá “ênfase sobre a heterogeneidade dos textos e um modo de análise que ressalta os elementos e as linhas diversos e frequentemente contraditórios que contribuem para compor um texto” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 137).

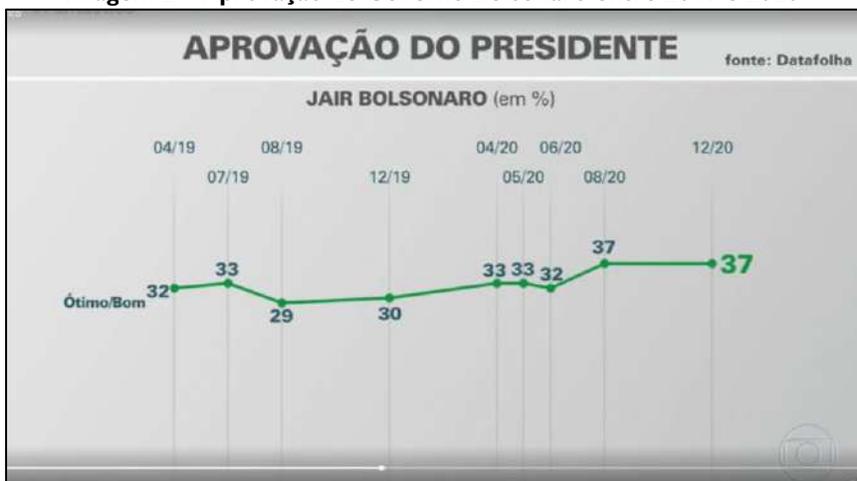
(35) “redesenham uma paisagem deformada por pesquisas eleitorais estranhas e pelo ativismo antibolsonarista de parte do noticiário”

O excerto (34) propõe marcações de intertextualidade no termo “pesquisas eleitorais” para falar da estranheza, segundo o jornalista, quanto ao que ele considera ser uma disparidade entre o que tais

pesquisas expressam, quanto a desaprovação do presidente Bolsonaro para o que supostamente ele observa nas ruas durante os atos de 07 de setembro. Segundo o portal de notícia G1 (Grupo Globo de Telecomunicações) o então presidente, no mês de agosto mantinha o percentual de 43% de reprovação<sup>24</sup>.

De igual modo, a modalização epistêmica na expressão redesenhar para suavizar o que o autor considera exorbitante e paradoxal diante do que a mídia vem divulgando e noticiando quanto às pesquisas sobre aprovação e desaprovação do governo, ao longo do mandato, conforme apresentamos na imagem abaixo. A aprovação do então presidente, segundo dados do Instituto Datafolha mostra que desde o início do mandato o Governo tem crescido de 32% em abril de 2019 a 37% em dezembro de 2020, mesmo estando em meio ao mau gerenciamento da pandemia.

**Imagem 2 – Aprovação do Governo Bolsonaro entre 2019 e 2020**

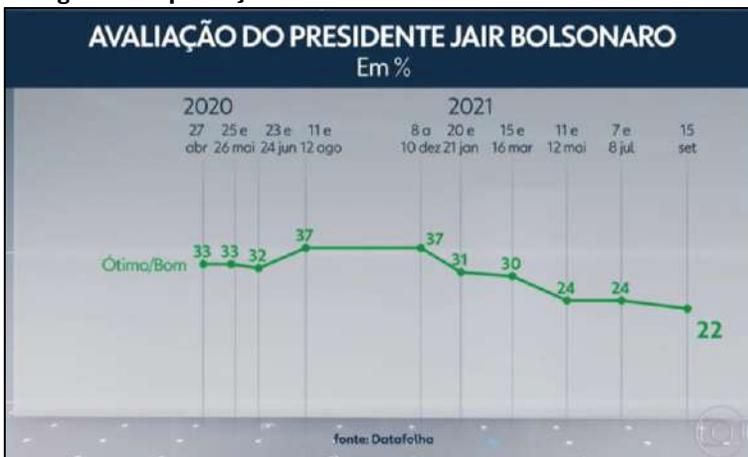


<sup>24</sup> Pesquisa Datafolha divulgada nesta quinta-feira (18), encomendada pela Globo e pelo jornal “Folha de S.Paulo”, aponta que o atual presidente, Jair Bolsonaro (PL), tem 30% de aprovação e 43% de reprovação. Outros 26% consideram o governo do atual mandatário regular. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/pesquisa-eleitoral/noticia/2022/08/18/datafolha-bolsonaro-tem-43percent-de-reprovacao-e-30percent-de-aprovacao.ghtml>> Acesso em: 19 out. 2022.

Fonte: Datafolha, divulgada no dia 13 de dezembro de 2020 no Fantástico, da TV Globo<sup>25</sup>

Em meio aos escândalos envolvendo a pandemia, a imagem 3, abaixo, mostra pesquisas do Instituto Datafolha veiculadas ao Jornal Nacional que mostram uma alteração significativa, em 2021, no sentido da aprovação do então presidente. Ressalta-se que este período foi marcado pelos problemas relacionados a falta de gerenciamento da pandemia da COVID-19.

**Imagem 3 - Aprovação do Governo Bolsonaro entre 2010 e 2021**

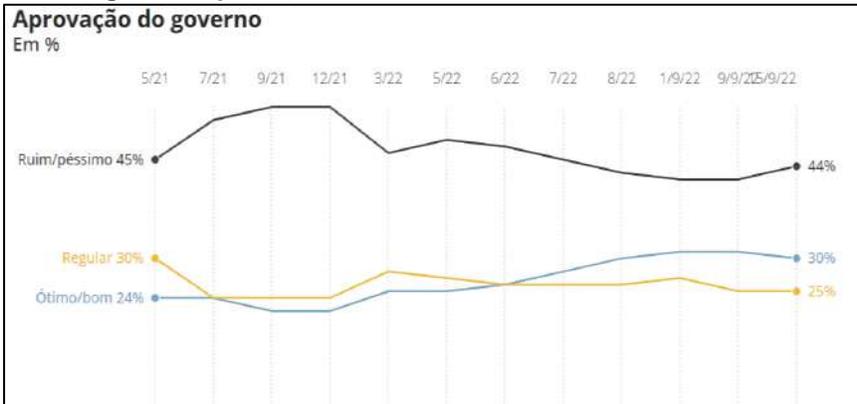


Fonte: Datafolha, divulgada no dia 15 de setembro de 2021 no Jornal Nacional, da TV Globo

Por fim, a imagem 4 nos apresenta de forma mais detalhada os índices de queda na avaliação do Governo Bolsonaro neste último ano de mandato, em período pós-pandemia e ainda em meio ao período eleitoral de 2022.

<sup>25</sup> Pesquisa Datafolha divulgada neste domingo (13) pelo jornal "Folha de S.Paulo" mostra que o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) manteve sua melhor avaliação desde o início do mandato. Disponível <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/12/13/datafolha-aprovacao-de-bolsonaro-se-mantem-em-37percent-reprovacao-e-de-32percent.shtml>> Acesso em: 19 out. 2022.

**Imagem 4 - Aprovação do Governo Bolsonaro entre 2021 a 2022**



Fonte: Instituto Datafolha, veiculada no portal de notícia G1<sup>26</sup>

Trouxemos as imagens acima para mostrar como o discurso do jornalista Augusto Nunes se torna equivocado, tendo em vista que durante os quatro anos de governo, a avaliação do então presidente Bolsonaro foi caindo gradativamente, mostrando assim que ele não se torna um forte candidato à reeleição e que seu Governo está sendo pautado em ações que não beneficia efetivamente a população, uma vez que esta o avalia negativamente.

(36) "a sensatez recomenda que ameaças recíprocas fiquem nos palanques, que o tiroteio seja interrompido e que os três Poderes tratem de cumprir as normas estabelecidas pela **Constituição**

No excerto (35), podemos observar o recurso intertextual do jornalista ao tentar legitimar o discurso bolsonarista usando a Constituição de 1988 no tocante a independência dos Três Poderes, porém quem vem sempre usando as redes sociais e suas mídias digitais para atacar os Poderes é o próprio presidente e seu clã gerenciado por seu filho Eduardo Bolsonaro.

(37) Não faz sentido acreditar no amplo **favoritismo** de um **ex-presidente** **presidiário** que será confrontado com delinquências que transformam currículo em prontuário.

<sup>26</sup> Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/pesquisa-eleitoral/noticia/2022/09/15/datafolha-44percent-reprovam-governo-bolsonaro-aprovacao-e-de-30percent.ghtml>> Acesso em: 21 out. 2022.

No excerto (37), a expressão favoritismo – modalidade epistêmica – é modalizada pelo jornalista ao se referir que o então presidente tem mostrado uma postura favorável à reeleição e que esta é legitimada pelos seus apoiadores, conforme atestam as manifestações pró-Bolsonaro no 07 de setembro. Por outro lado, enfatizar a pecha de ex-presidiário ao se referir ao seu antagonista na disputa eleitoral, o ex-presidente Lula, é colocá-lo diante de inúmeras vozes anteriores que julgaram um processo sem legitimidade por parte de um juiz parcial.

## 5.2 Análise da notícia B

A notícia descrita nesse subtópico nos revela o nível de estranheza com que o portal tenta legitimar o bolsonarismo ao apresentar resultados paradoxais de uma pesquisa que é alheia ao que se vivencia no dia a dia no país, bem como ao que os outros institutos noticiam sobre o declínio do Governo em meio à crise governamental em relação à economia, ao coronavírus e à instabilidade financeira que elevou o índice de pobreza extrema e de fome.

(38) É o **quinto levantamento** consecutivo da XP-Ipspe no qual a **aprovação** do governo aparece em alta e a reprovação, em queda.

No excerto acima (38), o jornalista usa o recurso de intertextualidade para defender ser o quinto levantamento, porém não explica onde os supostos outros levantamentos estão e nem faz o comparativo do suposto aumento positivo em relação à aprovação do então presidente. Por fim, modaliza de forma deontica o discurso ao anunciar aprovação do governo estando em alta em detrimento da reprovação, bem distante do que as outras mídias têm apresentado e do que se ver nas ruas do país.

(39) A pesquisa de setembro também **captou melhora** na expectativa para o restante do mandato, ainda dentro da margem de erro

Mai suma vez, o jornalista, com voz ecoante do portal R7.com continua nas afirmações modalizadas quanto a melhora diante da análise dos resultados referentes a pesquisa divulgada nesta notícia.

(40) Também **melhorou** a avaliação acerca da atuação de Bolsonaro no **combate ao novo coronavírus**.

O excerto (40) o autor continua enfatizando a melhora da avaliação positiva do bolsonarismo, de forma opositiva ao que outros jornais tem divulgado e ao que apresentamos na análise da notícia A, e ao final do texto, faz referência ao novo coronavírus, conforma de intertextualidade, afirmando que a atuação do então presidente foi bem avaliada. Ressaltamos que o governo Bolsonaro não gerenciou, conforme avaliações de órgão nacionais e internacionais a pandemia da COVID-19, no Brasil, conforme quadro abaixo apresentado no site oficial do Senado Federal, diante da CPI instaurada para apurar os crimes durante a pandemia.

**Quadro 16 – Acusações de crimes na CPI da COVID-19**

<b>ACUSADOS</b>	<b>DESCRIÇÃO DOS CRIMES</b>
Jair Bolsonaro	<ul style="list-style-type: none"><li>• prevaricação</li><li>• charlatanismo</li><li>• epidemia com resultado morte</li><li>• infração a medidas sanitárias preventivas</li><li>• emprego irregular de verba pública</li><li>• incitação ao crime</li><li>• falsificação de documentos particulares</li><li>• crimes de responsabilidade (violação de direito social e incompatibilidade com dignidade, honra e decoro do cargo)</li><li>• crimes contra a humanidade (nas modalidades extermínio, perseguição e outros atos desumanos)</li></ul>
Eduardo Pazuello (Ex-Ministro da Saúde)	<ul style="list-style-type: none"><li>• epidemia com resultado morte</li><li>• emprego irregular de verbas públicas</li><li>• prevaricação</li><li>• comunicação falsa de crime</li><li>• crimes contra a humanidade nas modalidades extermínio,</li></ul>

	perseguição e outros atos desumanos
Marcelo Queiroga (Ministro da Saúde)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• epidemia com resultado morte</li> <li>• prevaricação</li> </ul>
Ministro-chefe da Secretária-geral da Presidência da República e ex-ministro da Cidadania, Onyx Lorenzoni	<ul style="list-style-type: none"> <li>• incitação ao crime</li> <li>• crimes contra a humanidade nas modalidades extermínio, perseguição e outros atos desumanos</li> </ul>
Ex-ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• epidemia com resultado morte</li> <li>• incitação ao crime</li> </ul>
Ministro-chefe da Controladoria-Geral da União, Wagner Rosário	<ul style="list-style-type: none"> <li>• prevaricação</li> </ul>
Ministro da Defesa e ex-ministro-chefe da Casa Civil, Braga Netto	<ul style="list-style-type: none"> <li>• epidemia com resultado morte</li> </ul>
Ex-secretário-executivo do Ministério da Saúde Elcio Franco	<ul style="list-style-type: none"> <li>• epidemia com resultado morte</li> <li>• improbidade administrativa</li> </ul>
Deputado Ricardo Barros (PP-PR)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• incitação ao crime</li> <li>• advocacia administrativa</li> <li>• formação de organização criminosa</li> <li>• improbidade administrativa</li> </ul>
Senador Flávio Bolsonaro (Patriota-RJ)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• incitação ao crime</li> </ul>
Deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• incitação ao crime</li> </ul>
Deputada Bia Kicis (PSL -DF)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• incitação ao crime</li> </ul>
Deputada Carla Zambelli (PSL-SP)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• incitação ao crime</li> </ul>
Vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• incitação ao crime</li> </ul>
Deputado Osmar Terra (MDB-RS)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• epidemia com resultado morte</li> <li>• incitação ao crime</li> </ul>
Deputado Carlos Jordy (PSL-RJ)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• incitação ao crime</li> </ul>
Político suspeito de disseminar fake news Roberto Jefferson	<ul style="list-style-type: none"> <li>• incitação ao crime</li> </ul>
Ex-chefe da Secretaria Especial de Comunicação Social (Secom) do governo federal Fábio Wajngarten	<ul style="list-style-type: none"> <li>• prevaricação</li> <li>• advocacia administrativa</li> </ul>
Assessor Especial para Assuntos Internacionais do Presidente da República Filipe G. Martins	<ul style="list-style-type: none"> <li>• incitação ao crime</li> </ul>
Médica participante do 'gabinete paralelo' Nise Yamaguchi	<ul style="list-style-type: none"> <li>• epidemia com resultado morte</li> </ul>

Ex-assessor da Presidência da República e participante do 'gabinete paralelo' Arthur Weintraub	<ul style="list-style-type: none"> <li>• epidemia com resultado morte</li> </ul>
Empresário e participante do 'gabinete paralelo' Carlos Wizard	<ul style="list-style-type: none"> <li>• epidemia com resultado morte</li> <li>• incitação ao crime</li> </ul>
Empresário suspeito de disseminar fake news Luciano Hang	<ul style="list-style-type: none"> <li>• incitação ao crime</li> </ul>
Empresário suspeito de disseminar fake news Otávio Fakhoury	<ul style="list-style-type: none"> <li>• incitação ao crime</li> </ul>
Diretor-executivo da Prevent Senior, Pedro Benedito Batista Júnior	<ul style="list-style-type: none"> <li>• perigo para a vida ou saúde de outrem</li> <li>• omissão de notificação de doença</li> <li>• falsidade ideológica</li> <li>• crime contra a humanidade</li> </ul>
Biólogo e participante do 'gabinete paralelo' Paolo Zanotto	<ul style="list-style-type: none"> <li>• epidemia com resultado morte</li> </ul>
Médico e participante do 'gabinete paralelo' Luciano Dias Azevedo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• epidemia com resultado morte</li> </ul>
Presidente do Conselho Federal de Medicina, Mauro Ribeiro	<ul style="list-style-type: none"> <li>• epidemia com resultado morte</li> </ul>
Blogueiro suspeito de disseminar fake news Allan Lopes dos Santos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• incitação ao crime</li> </ul>
Secretária de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Mayra Pinheiro	<ul style="list-style-type: none"> <li>• epidemia com resultado morte</li> <li>• prevaricação</li> <li>• crime contra a humanidade</li> </ul>
Ex-diretor de Logística do Ministério da Saúde Roberto Dias	<ul style="list-style-type: none"> <li>• corrupção passiva</li> <li>• formação de organização criminosa</li> <li>• improbidade administrativa</li> </ul>
Representante da Davati no Brasil Cristiano Carvalho	<ul style="list-style-type: none"> <li>• corrupção ativa</li> </ul>
Representante da Davati no Brasil Luiz Paulo Domingueti	<ul style="list-style-type: none"> <li>• corrupção ativa</li> </ul>
Sócio da empresa Precisa Francisco Emerson Maximiano	<ul style="list-style-type: none"> <li>• falsidade ideológica</li> <li>• uso de documento falso</li> <li>• fraude processual</li> <li>• fraude em contrato</li> <li>• formação de organização criminosa</li> <li>• improbidade administrativa</li> </ul>

Sócio da empresa Primarcial Holding e Participações Ltda e diretor de relações institucionais da Precisa, Danilo Trento	<ul style="list-style-type: none"> <li>• fraude em contrato</li> <li>• formação de organização criminosa</li> <li>• improbidade administrativa</li> </ul>
Advogado e sócio oculto da empresa FIB Bank Marcos Tolentino da Silva	<ul style="list-style-type: none"> <li>• fraude em contrato</li> <li>• formação de organização criminosa</li> <li>• improbidade administrativa</li> </ul>
Intermediador nas tratativas da Davati Rafael Alves	<ul style="list-style-type: none"> <li>• corrupção ativa</li> </ul>
Intermediador nas tratativas da Davati José Odilon Torres da Silveira Júnior	<ul style="list-style-type: none"> <li>• corrupção ativa</li> </ul>
Ex-assessor do Departamento de Logística do Ministério da Saúde e intermediador nas tratativas da Davati Marcelo Blanco	<ul style="list-style-type: none"> <li>• corrupção ativa</li> </ul>
Diretora-Executiva e responsável técnica farmacêutica da empresa Precisa, Emanuela Medrades	<ul style="list-style-type: none"> <li>• falsidade ideológica</li> <li>• uso de documento falso</li> <li>• fraude processual</li> <li>• formação de organização criminosa</li> <li>• improbidade administrativa</li> </ul>
Consultor jurídico da empresa Precisa, Túlio Silveira	<ul style="list-style-type: none"> <li>• falsidade ideológica</li> <li>• uso de documento falso</li> <li>• improbidade administrativa</li> </ul>
Ex-assessor especial do Ministério da Saúde Airton Soligo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• usurpação de função pública</li> </ul>
Editor do site bolsonarista Crítica Nacional suspeito de disseminar fake news Paulo de Oliveira Eneas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• incitação ao crime</li> </ul>
Diretor do jornal Brasil Sem Medo, suspeito de disseminar fake news, Bernardo Kuster	<ul style="list-style-type: none"> <li>• incitação ao crime</li> </ul>
Blogueiro suspeito de disseminar fake news Oswaldo Eustáquio	<ul style="list-style-type: none"> <li>• incitação ao crime</li> </ul>
Artista gráfico suspeito de disseminar fake news Richards Pozzer	<ul style="list-style-type: none"> <li>• incitação ao crime</li> </ul>
Jornalista suspeito de disseminar fake news Leandro Ruschel	<ul style="list-style-type: none"> <li>• incitação ao crime</li> </ul>
Assessor Especial da Presidência da República Tício Arnaud	<ul style="list-style-type: none"> <li>• incitação ao crime</li> </ul>
Ex-presidente da Fundação Alexandre Gusmão (Funag) Roberto Goidanich	<ul style="list-style-type: none"> <li>• incitação ao crime</li> </ul>

Sócio da empresa VTCLog Raimundo Nonato Brasil	<ul style="list-style-type: none"> <li>• corrupção ativa</li> <li>• improbidade administrativa</li> </ul>
Diretora-executiva da empresa VTCLog Andreia da Silva Lima	<ul style="list-style-type: none"> <li>• corrupção ativa</li> <li>• improbidade administrativa</li> </ul>
Sócio da empresa VTCLog Carlos Alberto de Sá	<ul style="list-style-type: none"> <li>• corrupção ativa</li> <li>• improbidade administrativa</li> </ul>
Sócia da empresa VTCLog Teresa Cristina Reis de Sá	<ul style="list-style-type: none"> <li>• corrupção ativa</li> <li>• improbidade administrativa</li> </ul>
Ex-secretário da Anvisa José Ricardo Santana	<ul style="list-style-type: none"> <li>• formação de organização criminosa</li> </ul>
Lobista Marconny Albernaz de Faria	<ul style="list-style-type: none"> <li>• formação de organização criminosa</li> </ul>
Médica da Prevent Senior Daniella Moreira da Silva	<ul style="list-style-type: none"> <li>• homicídio simples</li> </ul>
Médica da Prevent Senior Paola Werneck	<ul style="list-style-type: none"> <li>• perigo para a vida ou saúde de outrem</li> </ul>
Médica da Prevent Senior Carla Guerra	<ul style="list-style-type: none"> <li>• perigo para a vida ou saúde de outrem</li> <li>• crime contra a humanidade</li> </ul>
Médico da Prevent Senior Rodrigo Esper	<ul style="list-style-type: none"> <li>• perigo para a vida ou saúde de outrem</li> <li>• crime contra a humanidade</li> </ul>
Médico da Prevent Senior Fernando Oikawa	<ul style="list-style-type: none"> <li>• perigo para a vida ou saúde de outrem</li> <li>• crime contra a humanidade</li> </ul>
Médico da Prevent Senior Daniel Garrido Baena	<ul style="list-style-type: none"> <li>• falsidade ideológica</li> </ul>
Médico da Prevent Senior João Paulo F. Barros	<ul style="list-style-type: none"> <li>• falsidade ideológica</li> </ul>
Médica da Prevent Senior Fernanda de Oliveira Igarashi	<ul style="list-style-type: none"> <li>• falsidade ideológica</li> </ul>
Sócio da Prevent Senior Fernando Parrillo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• perigo para a vida ou saúde de outrem</li> <li>• omissão de notificação de doença</li> <li>• falsidade ideológica</li> <li>• crime contra a humanidade</li> </ul>
Sócio da Prevent Senior Eduardo Parrillo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• perigo para a vida ou saúde de outrem</li> <li>• omissão de notificação de doença</li> <li>• falsidade ideológica</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• crime contra a humanidade</li> </ul>
Médico que fez estudo com proxalutamida, Flávio Cadegiani	<ul style="list-style-type: none"> <li>• crime contra a humanidade</li> </ul>
Precisa Comercialização de Medicamentos Ltda	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ato lesivo à administração pública</li> </ul>
VTC Operadora Logística Ltda – VTCLog	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ato lesivo à administração pública</li> </ul>

Fonte: elaborado pelo autor com base na Agência Senado<sup>27</sup>

O quadro acima nos mostra quantas instituições, empresários e políticos estão envolvidos nos escândalos sobre o mau gerenciamento e a corrupção nos casos acerca da pandemia da COVID-19. Isso nos mostra a farsa por trás do bolsonarismo ao assumir, no âmbito discursivo, uma postura idônea e incorruptível quanto acusa seus opositores ao se autointitular íntegro e não corrupto.

(41) Já a razão dos que veem desempenho **ótimo ou bom** avançou para **28%**, de **24%** em agosto, também dentro da margem.

(42) Na leitura de setembro, a proporção dos que enxergam a economia no caminho certo **ficou estável**, em **38%**.

O excerto (41) e (42) destacam as porcentagens de pesquisas anteriores, o qual marcamos como sendo aspectos da intertextualidade, como “ótimo ou bom” e “estável” podem ser assumidos como a forma de modalização epistêmica do jornal ao evidenciar tal posição em detrimento dos dados completo que a pesquisa mostra o governo em queda, quanto a aceitação da postura política e do gerenciamento da pandemia, na época.

### 5.3 Análise da notícia C

Em consonância com a ADC dialético-relacional (FAIRCLOUGH, 2001), compreendemos que os textos são essencialmente intertextuais e podem ser classificados em dois modos distintos que se articulam na

<sup>27</sup> Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/10/20/com-nove-crimes-atribuidos-a-bolsonaro-relatorio-da-cpi-e-oficialmente-apresentado>> Acesso em: 26 out. 2022

materialidade textual, ou seja, a forma intertextual manifesta e a forma constitutiva ou interdiscursividade. Ademais, Fairclough (2003) propõe uma discussão acerca da modalidade, que em Halliday (1985 apud RESENDE; RAMALHO, 2017, p. 80) “é o julgamento do falante sobre as probabilidades ou obrigatoriedades envolvidas no que diz”. Destarte, para melhor compreensão, o autor ainda acrescenta a polaridade como um traço semântico da modalidade, tendo em vista as possibilidades intermediárias entre positivo e negativo.

(43) Para o presidente, a população **deve analisar**, além do partido se o candidato adotou medidas de restrição no combate ao novo coronavírus

O excerto acima – modalidade deôntica – mostra como o presidente se coloca numa postura paradoxal em relação ao seu trabalho diante da pandemia, negligenciado e duramente criticado por quase toda imprensa nacional e internacional, porém ele se vê como intocável, diante do ocorrido, ao ponto de modalizar o discurso para sugerir em quem a população deveria votar, colocando-o como o presidente que melhor gerenciou a pandemia.

(44) **presidente Jair Bolsonaro** **sugeriu critérios** que os eleitores devem levar em consideração na hora de definir em quem vão votar nas eleições 2020.

(45) Para Bolsonaro, a população **deve analisar**, além do partido se o candidato adotou medidas de restrição no combate ao novo coronavírus ou até se apoia o **MST** (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra).

De igual modo, também o excerto (44) e (45) são marcados por expressões que sugerem ordem como propor critérios que devem ser seguidos para a escolha do futuro presidente do Brasil. O então chefe do executivo federal não se deu conta que a imprensa nacional e os grandes líderes mundiais o classificaram como péssimo gestor no período pandêmico, tendo em vista o número crescente de contaminados, a demora na compra da vacina, a dúvida em relação aos dados oficiais e à recomendação dos cientistas e todo desrespeito ao imitar, em rede nacional, as pessoas com falta de ar, por conta do coronavírus.

O mecanismo intertextual de citação direta ao MST mostra a forma avessa que o então presidente trata esse movimento popular que há décadas, no Brasil e no mundo, tem contribuído significativamente para amenizar as desigualdades sociais, relacionadas à moradia, bem como configurar-se como um dos maiores produtores rurais de alimentos orgânicos, sendo destaque na produção de arroz<sup>28</sup>, em vista da melhoria da qualidade de vida e da contribuição para a segurança alimentar e nutricional.

(46) Candidatos agora têm que ser questionados sobre isso porque esse vírus vai durar por muito tempo. O cara assume em janeiro você tem saber agora a posição dele."

Mais uma vez o então presidente se coloca na postura de quem bem gerenciou a pandemia do coronavírus, assumindo que a população deve reelegê-lo em vista do que fez no combate ao vírus. Desde o início da pandemia que o então presidente não tomou medidas esperadas no combate a pandemia, mas sempre se colocou contra os governadores que resolviam aplicar medidas mais enérgicas para conter a pandemia, em detrimento de sua postura que sempre foi avessa.

(47) Medidas restritivas foram adotadas em vários países e foram recomendadas por autoridades sanitárias mundiais e locais.

(48) Para o presidente, a "triagem" dos candidatos também depende do partido que representam.

Os excertos (47) e (48) mostra o portal R7.com, de maneira suavizada, falando em medidas que foram tomadas mundo a fora e da orientação das autoridades sanitárias que vai na contramão do que o então presidente pregou durante toda a pandemia do coronavírus. Encontramos, portanto, a modalidade deôntica quanto a prescrição.

---

<sup>28</sup> O MST é responsável pela maior produção de arroz orgânico no Brasil, segundo o Instituto Riograndense do Arroz (Irga), como mostrou reportagem da BBC News Brasil em 2017. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62746336>> Acesso em: 04 nov. 2022.

(49) "Vocês têm que ver o partido que o cara está, tem esses partidos que pregam destruição de lares e ideologia de gênero."

(50) Bolsonaro reafirmou estar sem partido e que isso o livra da "pressão" para apoiar candidaturas. Ele voltou a criticar ainda o uso do seu nome para atrair votos nas eleições.

Os últimos excertos da notícia C nos apontam duas formas modalizadas do discurso – modalidade epistêmica – bolsonarista legitimado pela mídia hegemônica do R7.com, com as expressões *pregam*, para dizer sobre a defesa dos partidos de oposição ao Governo em relação ao slogan do bolsonarismo: “Deus, pátria e família”, em vista da suposta destruição dos lares e das famílias (tradicionais) e da implantação da ideologia de gênero<sup>29</sup>, duas expressões que não possuem respaldo na ciência e nas evidências, diante de anos anteriores em que seus opositores estavam a frente do Executivo Federal.

#### 5.4 Análise da notícia D

Entendemos que a intertextualidade ainda possibilita ao analista uma compreensão mais detalhada do texto em uma perspectiva histórica, quando traz à tona fragmentos textuais do passado. Essa historicidade, inerente aos textos observados sob o aspecto da intertextualidade, possibilita entender os processos de luta hegemônica pela observação das estratégias de legitimação discursiva.

(51) O presidente Jair Bolsonaro disse na manhã deste sábado (2) que não será alvo de nenhum "golpe" em seu governo. A declaração foi dada a um grupo de apoiadores que se aglomeravam em frente ao Palácio do Alvorada.

O então presidente, na citação direta do excerto (51), veiculado pelo portal analisado, mostra a preocupação de um possível golpe, ao se

---

<sup>29</sup> Ideologia [de gênero] tem um sentido negativo, porque acredita que as noções ideológicas – pautadas no senso comum – são contrárias aos conceitos criados cientificamente. Esse senso comum – que, por ser oposto à ciência, tenderia a ser errôneo – seria construído por uma classe dominante que buscaria criar uma falsa interpretação da realidade na classe dominada. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/ideologia-de-genero-questao-de-genero/>> Acesso em: 07 nov. 2022.

referir aos poderes constituintes (Legislativo e Judiciário) que estão em constantes embates, diante da postura autoritária e nada republicana no gerenciamento do executivo.

(52) "Ninguém vai fazer nada ao arrepio da **Constituição**", disse Bolsonaro. "Ninguém vai querer dar o golpe para cima de mim, não", declarou.

O presidente Bolsonaro usa o recurso de intertextualidade ao citar a Constituição, porém esquece que seu discurso é repleto de problemas que ferem a Lei, pois tem, além de espalhado notícias falsas<sup>30</sup> em seus perfis, conforme El País, usa suas redes sociais para disseminar ódio ao diferente, bem como criminalizar a postura e interdependências do Três Poderes.

(53) Em publicação no Twitter, Bolsonaro chamou o ex-ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, de **"Judas"**.

O excerto (53) mostra a relação de intertextualidade no discurso direto do então presidente ao usar a expressão Judas, que faz referência ao seu discurso religioso, atribuindo ao ex-juiz Sérgio Moro, discípulo fiel do bolsonarismo, a pecha de traidor, em vista das acusações, não especificadas ou detalhadas pelo portal, por conta das acusações apresentadas. Observamos nesse recorte, como o próprio Bolsonaro se autointitula o Messias, figura de Jesus Cristo, ratificando as especulações antes da sua eleição em 2018, quando se falava que o então candidato, na época, era o enviado de Deus.

(54) Bolsonaro enfrenta um momento de forte **desgaste** com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, e com o Supremo Tribunal Federal.

O excerto (54) traz – modalidade deôntica – apresenta “a modalização ainda como uma contínua fronteira dos enunciados

---

<sup>30</sup> Bolsonaro é “líder e porta-voz” das ‘fake news’ no país, diz relatório final da CPI da Pandemia. Documento descreve “a organização oculta e complexa” que espalha notícias falsas no Brasil e que é chefiada pelo presidente da República e por seus filhos que ocupam cargos políticos. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-10-20/bolsonaro-e-lider-e-porta-voz-das-fake-news-no-pais-diz-relatorio-final-da-cpi-da-pandemia.html>> Acesso em: 09 nov. 2022.

categoricos que mostram alto grau de comprometimento do enunciador com aquilo que é enunciado” (SILVA, 2019, p. 70), mostrando a forma de suavizar a crise no Governo entre o então presidente e os outros poderes constituintes, algo extremamente grave que fere a Constituição Brasileira.

(55) No dia 20 de abril, ele participou de um ato público que pedia intervenção militar no País e o fechamento da Câmara e do STF.

O excerto (55) é marcado pela forma modalizada na expressão “ato público” ao se referir a um evento golpista, marcado por mobilizações que pedem intervenção militar e o fechamento da Câmara e do STF, em consonância ao que ocorreu em 1964, haja vista que o próprio presidente reconhece o Golpe Militar como sendo uma revolução necessária, na contramão do que a história do país.

(56) Neste sábado, Moro, vai prestar depoimento à Polícia Federal e à Procuradoria-Geral da República em Curitiba (PR), sobre as acusações de intervenção de Bolsonaro na PF.

No excerto (56), além do recurso de hiperlink no enunciado sublinhado que articula esta notícia a outra sobre o depoimento do Procurador-Geral à Justiça de Curitiba, a expressão destacada marca a forma como o jornalista se utiliza da modalidade para amenizar os delitos bolsonaristas, quando suaviza sua fala ao dizer sobre acusações e não crimes.

(57) Moro deixou o ministério na semana passada fazendo acusações diretas ao presidente.

Quando o portal R7.com fala sobre os governos petistas, o discurso é diferente e sempre em tom de sentença de culpa, mais uma vez, no recorte (57), percebemos a modalização discursiva do jornal ao amenizar as denúncias do ex-juiz e ex-ministro da justiça, Sérgio Moro, que sendo “braço-direito” de Bolsonaro, agora, após deixar o Governo, revela os crimes cometidos pelo então presidente.

(58) Bolsonaro voltou a insistir para que o STF reveja a decisão e pediu para que os ministros levem em conta o currículo do policial.

Os destaques do excerto (58) nos apontam para a modalização da expressão insistir, uma vez que se tem noticiado a insistência e o autoritarismo bolsonarismo querendo obrigar o STF – expressão intertextual – para que seja feito conforme seus desejos pessoais, ferindo a interdependência dos Três Poderes e a Constituição.

## 5.5 Análise da notícia E

A notícia E inicia com um título bem chamativo, típico do gênero discursivo analisado, uma vez que é apresentada como: “presidente de entidade convidada pelo PL para auditar eleição diz que urna pode ser fraudada”, não dizendo, inicialmente que entidade é esta, não atribuindo nome ao auditor, porém deixando claro e evidente a possibilidade de a urna eletrônica ser fraudada, contra argumentando o que postula o STF e o TSE.

(59) Em fase de contratação pelo PL, partido do presidente Jair Bolsonaro, para auditar as eleições deste ano, o engenheiro Carlos Rocha, presidente do Instituto Voto Legal, afirma que as urnas podem ser fraudadas, defende a participação das Forças Armadas no pleito eleitoral, sugere a criação de um documento eletrônico para cada voto e busca tranquilizar a sociedade sobre o assunto, sem tumultuar o pleito.

No excerto (59), destacamos os recursos de intertextualidade inerentes aos hiperlinks que colaboram para a construção argumentativa da notícia quando deixa outras fontes atreladas ao texto principal. Percebemos, ainda, como forma de legitimar os desejos de Bolsonaro, a notícia coloca o interesse em auditar as urnas como sendo do partido do presidente, modalizando de forma deontica, prescritiva, como também a expressão sugere amenizar as desconfianças que, em outras fontes midiáticas ligadas ao Governo, tem desestabilizado a confiabilidade dos poderes constituintes.

(60) "Sim, [a urna] é passível de fraude, em tese. Do ponto de vista de ataque, todo equipamento eletrônico tem risco de invasão. Não existem equipamentos perfeitos, que não tenham erros. Se existe equipamento, existe falha eletrônica. Se existe programa, existe erro. Se existem pessoas envolvidas, existem falhas humanas e intenções malignas", disse Rocha ao R7.

No excerto (60) há um número significativos de modalidade epistêmica afirmativa e negativa, onde o portal R7.com se propõe em atenuar o discurso como forma de legitimar o bolsonarismo quando sugere que há possibilidade de fraude, que há risco, falhas eletrônicas, falhas humanas, intenções malignas – discurso religiosos conservador – como forma de deixar à prova o processo eleitoral brasileiro.

(61) O engenheiro afirma que a intenção da auditoria é dar mais transparência ao pleito eleitoral e identificar oportunidades de melhoria no sistema. "A nossa missão é procurar trazer o máximo de informação para tranquilizar a todos sobre o processo eleitoral brasileiro", relata.

No excerto (61), percebemos como há um apagamento proposital na sequência textual, para evidenciar que não seria um apoiador bolsonarista que tem colocado em dúvida as urnas eletrônicas, mas o engenheiro, em referência a um especialista que reitera as possibilidades de modificar o resultado eleitoral, conforme os interesses particulares. Na sequência, percebemos o discurso direto transcrito na notícia como forma de dar maior credibilidade ao noticiado.

## 5.6 Análise da notícia F

De igual modo, a notícia F apresenta inúmero recursos de modalidade e intertextualidade na construção argumentativa proposta pelo portal R7.com, como forma de legitimar o discurso bolsonarista que tende em fomentar um golpe em caso de não ser reeleito Presidente da República Federativa do Brasil.

(62) "As eleições são a expressão mais pura da democracia, da vontade popular de escolher seus representantes. Não tenho dúvida alguma que as eleições no Brasil transcorrerão, obviamente, com debate de ideias e, às vezes, com algum acirramento de ideias, mas dentro da normalidade", disse Pacheco durante o 2º Encontro do Conselho Nacional do Poder Legislativo Municipal das Capitais (Conalec), realizado em João Pessoa, na Paraíba.

(63) Questionado se há possibilidade de algum tipo de "golpe" por parte de Bolsonaro, que busca a reeleição e aparece em segundo lugar nas pesquisas eleitorais, atrás do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Pacheco disse que não.

(64) Em reunião nesta quinta-feira (9) com o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, Bolsonaro afirmou que vai deixar a Presidência da República "de forma democrática" se perder as eleições deste ano e voltou a levantar suspeitas sobre o pleito brasileiro.

No texto jornalístico virtual há inúmeras possibilidades que contribuem para a articulação discursiva e torna os argumentos mais claros e possíveis de verificação, quando é usado os recursos de hiperlinks conforme os destaques no excerto acima. No excerto (64), percebemos a modalidade do portal ao usar o termo levantar suspeitas de forma a não atribuir explicitamente ao discurso bolsonarista, porém, nas entrelinhas, esta afirmação é recorrente no discurso oficial do então presidente.

## 5.7 Análise da notícia G

A intertextualidade proporciona a compreensão diacrônica do texto, uma vez que transformam o passado, atuam no presente e contribuem para planejar o futuro. A esse respeito, Fairclough (2001, p. 38) compreende que:

A mudança histórica deve, ao meu ver, ser o foco e preocupação primeira da análise crítica do discurso, se é que ela é considerada relevante para as grandes questões sociais do nosso dia. A preocupação com a mudança tem uma orientação dupla: de um lado, em direção à especificidade dos eventos discursivos particulares, como tentativas de negociar circunstâncias sócio culturais instáveis e mutantes no meio da linguagem, baseando-se em práticas discursivas e ordens do discurso disponíveis, transformando-as frequentemente; de outro, em direção às ordens do discurso no prazo mais longo, em direção à mudança das práticas discursivas dentro e através dos domínios e instituições sociais como uma faceta da mudança social (FAIRCLOUGH, 2001, p. 38).

Na tentativa de direcionar o posicionamento do interlocutor, como faz a maioria das reportagens e notícias que circulam na mídia hegemônica, percebemos, conforme os destaques a seguir, como o texto vai sendo remontado nesta perspectiva.

(65) Em aparição-surpresa durante o evento conservador CPAC Brasil, o presidente Jair Bolsonaro disse, neste domingo (12), que as Forças Armadas

são o último obstáculo ao socialismo no país e voltou a defender a participação dos militares no pleito eleitoral deste ano.

Além dos recursos de hiperlinks, que essencialmente mostram a forma mais explícita da intertextualidade, o jornalista noticia a informação utilizando a sigla CPAC, como forma de dar maior credibilidade ao noticiado, uma vez que se direciona, prioritariamente, ao público conservador ligado a esse instituto.

A modalização utilizada na expressão “defender a participação” vai na contramão do que o bolsonarismo propõe, uma vez que a maioria dos militares são apoiadores do então presidente, portanto, pedir a participação atípica desse grupo é colocar em jogo a interdependência dos Poderes, bem como ameaçar, de forma velada, a democracia.

(66) No documento, o titular reclama de que as Forças Armadas não se sentem prestigiadas pela Corte, já que sugestões de melhorias para o sistema eleitoral dadas pelos militares não foram acatadas. Em 2021, os militares foram convidados pelo TSE para integrar a Comissão de Transparência das Eleições.

(67) No evento conservador, que é organizado por seu filho, o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP), o presidente da República relatou ter concordado com o ministro da Defesa de que as eleições brasileiras não podem ocorrer sob o "manto da desconfiança".

(68) Depois, criticou a atuação do ministro Edson Fachin, presidente do TSE e ministro do STF (Supremo Tribunal Federal). "E também de outra forma, que é você aparelhar as instituições. Você aciona os seus amigos para tomar providências. Quem é que colocou o Lula na rua? É o Fachin. Quem está à frente do TSE no momento? É o Fachin. É apenas uma dica do que está acontecendo", relatou.

Os excertos acima nos mostram os recursos de intertextualidades modalizados epistêmica e deonticamente pelo portal como forma da LDM da ameaça constante de golpe no discurso oficial do então presidente Bolsonaro. Ao se referir ao evento conservador, no excerto (67), o veículo de comunicação faz referência ao filho do presidente como sendo um nome que colaborará para convencer o interlocutor acerca do que se apresenta.

É visível a LDM quando no excerto seguinte, o portal transcreve o discurso direto do então presidente como forma de crítica ferrenha ao

STF e ao ministro que é responsável pelo processo do ex-presidente Lula, colocando em dúvida as decisões judiciais impetradas pelo STF.

## 5.8 Análise da notícia H

A análise intertextual proposta pela ADC e reconfigurada nesta obra é entendida como forma necessária de interpretar as ações modalizadas no discurso jornalístico, a partir do *corpus* selecionado, na perspectiva de entender como a LDM ocorre por meio do portal ora analisado. A esse respeito, Fairclough (1995) salienta:

A análise linguística é descritiva por natureza, enquanto a análise intertextual é mais interpretativa. As particularidades linguísticas dos textos proporcionam evidências que podem ser utilizadas na análise intertextual, e a análise intertextual é uma forma particular de interpretação dessas evidências – uma interpretação que situa o texto em relação aos repertórios de práticas discursivas, ou seja, ordens do discurso (FAIRCLOUGH, 1995, p. 61).

Por tanto, mesmo sem aprofundar as ordens do discurso nesta obra, tendo em vista que nosso objetivo é outro, percebemos como a organização das argumentações noticiadas colaboram para ratificar o posicionamento bolsonarista, por meio da LDM expressa nas análises.

(69) O Partido Liberal, legenda do presidente Jair Bolsonaro, apresentou ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a empresa contratada pela sigla para auditar as eleições presidenciais deste ano. A companhia, Instituto Voto Legal, é sediada em São Paulo e é dirigida pelo engenheiro Carlos Rocha.

(70) O ofício enviado ao TSE, ao qual a reportagem teve acesso, diz que a empresa liderou as equipes que desenvolveram e fabricaram as urnas eletrônicas utilizadas nas eleições de 1996.

(71) Já em 2016, na gestão de Gilmar Mendes à frente do TSE, a empresa conta que foi convidada para apresentar recomendações técnicas para o desenvolvimento de uma nova urna eletrônica, com a impressão do voto, para atender à legislação aprovada pelo Congresso Nacional em 2015.

(72) "A nossa equipe se diferencia pela utilização de metodologias de última geração combinadas com profundo conhecimento de como a tecnologia traz governança, transparência e segurança aos sistemas de informação, acumulado em décadas de experiência de sucesso em grandes empresas", destaca.

(73) De acordo com a **lei eleitoral**, as empresas contratadas receberão previamente os programas de computador e os mesmos dados alimentadores do sistema oficial de apuração e totalização. Bolsonaro argumenta que o objetivo, por trás da contratação, é **garantir a segurança e a inviolabilidade das urnas eletrônicas**.

Os excertos acima são repletos de mecanismos de intertextualidade e modalidade, conforme os destaques realçados em rosa e azul, que contribuem efetivamente para a LDM. A esse respeito, entendemos como as mídias hegemônicas e corporativas contribuem para a legitimação do discurso de seus interesses, como é o caso do portal que é de extrema-direita e conservador ligado ao neopentecostalismo da IURD.

Corroborando com essa discussão, Rodrigues (2017) compreende que:

A modalidade também é produzida em abundância nas muitas avaliações verbalizadas nos artigos, mas com maiores graus de engajamento dos autores. Nas palavras avaliativas, substantivos, adjetivos e advérbios desempenham, especialmente, o papel de construir altos níveis de comprometimento tanto em afirmações como em negações, nas quais a emissão de informação não apresenta dúvida alguma acerca do valor de verdade dos enunciados (RODRIGUES, 2017, p. 95).

Ao tentar legitimar o bolsonarismo, o portal R7.com parece criar um universo paralelo para defender a postura agressiva e nada republicana do então presidente, de forma modalizada, conforme destacamos nos realces azuis.

**Quadro 17 – Principais ocorrências da prática discursiva**

OCORRÊNCIAS DE INTERTEXTUALIDADE	OCORRÊNCIAS DE MODALIDADE
pesquisas eleitorais Constituição ex-presidente presidiário quinto levantamento <b>combate ao novo coronavírus.</b> 28%, de 24% em 38%. MST esse vírus autoridades sanitárias mundiais e locais. destruição de lares ideologia de gênero."	Redesenham favoritismo aprovação captou melhora melhorou ótimo ou bom ficou estável deve analisar, sugeriu critérios foram recomendadas "triagem" pregam

<p>"golpe"  "Judas".  Câmara e do STF.  engenheiro  s eleições são a expressão mais pura da  democracia, da vontade popular de  escolher seus representantes</p>	<p>estar sem partido  desgaste  ato público  acusações  é passível  tem risco  falha eletrônica  falhas humanas  intenções malignas  transparência</p>
--	--

Fonte: elaborado pelo autor

Portanto, as ocorrências de intertextualidade colaboraram discursivamente para dar maior credibilidade ao pensamento do portal analisado, como forma de legitimar as ideias e as ideologias bolsonaristas que prezam pelo conservadorismo e pela negação dos direitos fundamentais às minorias e a todos os marginalizados.



## 6

### ANÁLISE DA PRÁTICA SOCIAL – IDEOLOGIA E HEGEMONIA

A hegemonia é um foco de constante luta sobre pontos de maior instabilidade entre classes e blocos para construir, manter ou romper alianças e relações de dominação/subordinação, que assume formas econômicas, políticas e ideológicas (FAIRCLOUGH, 2008).

Com esta obra, objetivamos apresentar as análises do processo de legitimação discursiva da ameaça de golpe do Governo Bolsonaro pela mídia hegemônica brasileira à luz da Análise de Discurso Crítica. Portanto, especificamente, nesta seção, tratamos de compreender como a **ideologia** e a **hegemonia** colaboram para este processo de legitimação discursiva empreendido pelo Portal R7.com.

A hegemonia aqui apresentada foi compreendida a partir do pressuposto da construção ideológica, ou seja, não há possibilidade de analisá-las de forma separada, uma vez que são processos intrínsecos. A ideologia, é modalizada, por meio de subcategorias como modos gerais de operacionalização que vão desde a legitimação, a dissimulação, a unificação, a fragmentação e a retificação (THOMPSON, 2011).

Em vista desta seção, como todo este livro, ancorar-se na perspectiva da compreensão da LDM, apresentamos o resultado das análises que ocorrem por meio de estratégias típicas da construção simbólicas, conforme Thompson (2011), que diz respeito à racionalização, universalização e eufemizarão, em vista da construção da ideologia e da sustentação da hegemonia.

Para facilitar a identificação, as categorias **Ideologia**, está destacada na cor **vermelha**, e **Hegemonia**, sombreada na cor **cinza**.

## 6.1 Análise da notícia A

Retomando as ideias de Gramsci (2001) acerca do que se entende por hegemonia, percebemos como este conceito está relacionado ao exercício do poder de um grupo pequeno e privilegiado que está no topo da pirâmide social sobre um grupo maior que obedece aos desígnios desse grupo menor e a ele se submete tanto inconsciente como conscientemente. A esse respeito, a notícia A nos introduz dentro desse discurso hegemônico, carregado das ideologias dominantes, no que tange a tentativa da LDM do bolsonarismo.

(74) Augusto Nunes avalia as manifestações de rua deste 7 de setembro, contrárias e favoráveis ao governo federal, e diz que elas **atestam** que o presidente Jair Bolsonaro é, sim, **forte candidato** à reeleição em 2022.

Ao dizer que as manifestações das ruas, no 7 de setembro atestam que Bolsonaro é forte candidato à presidência, mostra o teor hegemônico do discurso jornalístico quando um pequeno grupo de apoiadores bolsonaristas fazem manifestação em defesa dos seus ideais, sendo colocado acima dos que pensam diferente como forma de legitimar as ideias dominantes do bolsonarismo.

Avaliar que ele é forte candidato, compreende-se como sendo uma proposta bastante ideológica, uma vez que as avaliações, por sua vez, estão marcadas pela ideologia do portal que condiz com o pensamento em defesa das ideias do então presidente Bolsonaro. É nessa perspectiva que a hegemonia é um fenômeno instável, “uma vez que é constituída nas relações de luta pelo poder, possuindo, pois, uma estabilidade relativa nas articulações dos momentos sociais” (DIAS, 2011, p. 230).

## 6.2 Análise da notícia B

A ADC, dialético-relacional de Fairclough, define duas concepções imprescindíveis para a compreensão efetiva acerca da hegemonia manifestada através do discurso. Em primeiro lugar, compreendemos que “hegemonia e luta hegemônica assumem forma de prática discursiva, podendo ser produzidas, reproduzidas, contestadas e transformadas no e pelo discurso, em uma relação dialética entre discurso e sociedade”

(PEREIRA; CARVALHO; BARBOSA, 2018, p.35). Por outro lado, em segundo lugar, “o próprio discurso se apresenta como uma esfera da hegemonia, em que a dominação de um grupo vai depender, em parte, de sua capacidade de criar e de manter práticas discursivas que a sustentem” (PEREIRA; CARVALHO; BARBOSA, 2018, p. 35).

Nesse sentido, compreendemos, em consonância com os autores e o pensamento da ADC dialético-relacional que a hegemonia alude ao incremento de práticas discursivas nos mais diversos aspectos do dia a dia nas relações sociais, tendo em vista a propagação e naturalização das relações ideológicas, no âmbito discursivo.

(75) A aprovação do governo Jair Bolsonaro em setembro **superou** numericamente a reprovação à administração, pela primeira vez desde maio de 2019. Na pesquisa XP/Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas (Ipespe), a avaliação ótima ou boa do governo entre agosto e setembro oscilou de 37% para 39%, e a avaliação ruim ou péssima, de 37% para 36%. A regular passou de 23% para 24%.

Ao afirmar que superou, expressando juízo de valor, a expressão destacada apresenta mais uma vez um teor ideológico, quando legitima a possível aprovação do então Governo, sendo esse instituto de pesquisa, desconsiderando que nesse mesmo período, outros canais de notícias afirmavam o oposto do que dizia o R7.com. Apresentar o instituto como sendo aquele que seguramente afirmar o posicionamento favorável, mostra a hegemonia que possui essa instituição quanto a legitimação desse discurso.

(76) É o **quinto levantamento** consecutivo no qual a aprovação do governo Bolsonaro aparece em **alta** e a reprovação, **em queda**.

A escolha da expressão “quinto levantamento” não ocorre de forma desprezível, mas ajuda na sequência textual a formar um discurso legítimo sobre pesquisas de instituições duvidosas acerca do crescimento do bolsonarismo, em detrimento do que outros portais – hegemônicos e alternativos – estão ratificando.

### 6.3 Análise da notícia C

Acerca da compreensão sobre o contexto hegemônico, Fairclough (2001) entende que esta auxilia no processo analítico das práticas sociais envolvidas pelo discurso que expressa claramente as relações de poder. A esse respeito, Pereira, Carvalho e Barbosa (2018, p. 36) ratificam:

essas relações reproduzem, reestruturam ou desafiam as hegemônias existentes, e, também, de analisar a própria prática discursiva como um modo de luta hegemônica, que reproduz, reestrutura ou desafia as ordens de discurso existentes. É uma forma de investigar e de interpretar as relações de poder e, portanto, as formas materiais de ideologia que permeiam as práticas discursivas (PEREIRA; CARVALHO; BARBOSA, 2018, p. 36).

Os autores, apoiados em Fairclough, compreendem o poder que os discursos contra-hegemônicos podem produzir no sentido de desconstruir tais hegemônias, conforme salienta as vertentes da Análise de Discurso Crítica, mostrando que ao fazer ADC estamos imbuídos da militância contra toda e qualquer relação assimétrica de poder, inerente à hegemonia, principalmente aquelas que perpetuam as ideologias dominantes como forma de dominação e coerção social.

(77) Para Bolsonaro, a população deve analisar, além do partido se o candidato adotou medidas de restrição no combate ao novo coronavírus ou até se apoia o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra).

Na tentativa da legitimação discursiva de um golpe iminente, o portal modaliza o discurso bolsonarista e o coloca na centralidade como uma opinião hegemônica, sendo, em seguida, sustentada pela relação ideológica que o então presidente defende como sendo a necessária, em relação as restrições do período pandêmico, que levou o Brasil a ser um dos países com maior número de óbitos por habitantes.

Destacamos também, as relações de ideologia no discurso bolsonarista, legitimado pelo portal analisado, quando se coloca em oposição a todos os movimentos ditos de esquerda, que buscam sustentar uma postura contra-hegemônica, no sentido da defesa dos direitos fundamentais básicos constitucionais, como moradia digna para todos.

(78) "Quer eleger um cara? Veja o que ele fez durante a pandemia, o prefeito, vê se você concorda com as medidas que ele tomou, obrigando fechar tudo, falando grosso, prendendo mulher em praça pública, fechando praias", disse na saída do Palácio da Alvorada. "Candidatos agora têm que ser questionados sobre isso porque esse vírus vai durar por muito tempo. O cara assume em janeiro você tem saber agora a posição dele."

Sugerir *ipsis litteris* a fala do então presidente Bolsonaro, no portal, indica o desejo velado a todo custo da LDM que afirma categoricamente a necessidade do eleitor em observar o que o candidato fez durante a pandemia da Covid-19. A postura o então presidente foi reprovado pela Organização Mundial da Saúde, quando duvidava da vacina, atrasava a compra da matéria-prima para produção de vacinas e ria, publicamente, das pessoas morrendo com falta de ar, em decorrência dos desdobramentos da doença.

O portal continua legitimando o bolsonarismo a apresentar tal notícia sem a preocupação de mostrar o que se viu, a nível nacional e internacional, da postura do Chefe do Estado Brasileiro. Ideologicamente, o fechar tudo e a posição dele – expressões destacadas – nos mostra como o então presidente está consciente que o descaso com a pandemia que gerou mais de 600 mil mortes foi o correto a ser feito e deve ser levado em conta na hora da escolha do eleitor.

(79) Ele comentou o uso da Força Nacional para ocupação em assentamentos rurais no Sul Bahia. "Mandamos a guarda nacional para lá, governador questionou a Justiça e a Justiça determinou que a Força Nacional saísse de lá", disse a uma apoiadora.

Nesse sentido, podemos compreender, com base na revisão de literatura e na discussão das análises, que a ideológica e a hegemonia andam intrínsecas e que não há sustentação de poder hegemônico sem ideologias dominantes que servem para perpetuação das relações abusivas de dominação e antagonismo, tendo um lado a grande massa e do outro a classe privilegiada, que detém o poder econômico e dos meios sociais de comunicação, e que podem, a parte do seu bel prazer, exercer de forma organizada sua hegemonia. A esse respeito, Resende e Ramalho (2016) postulam:

a concepção crítica postula que a ideologia é, por natureza, hegemônica, no sentido de que ela necessariamente serve para estabelecer e sustentar relações de dominação e, por isso, serve para reproduzir a ordem social que favorece indivíduos e grupos dominantes. (RESENDE; RAMALHO, 2016, p. 49).

Em consonância com esse pensamento, Pereira, Carvalho e Barbosa (2018, p. 36), ancorado nas premissas da ADC, entende que: “A análise da ideologia, de acordo com a sua proposta, que vemos adiante, está interessada em investigar como o sentido é construído e mobilizado pelas formas simbólicas, servindo para reforçar pessoas e grupos que ocupam posições de poder” (PEREIRA; CARVALHO; BARBOSA, 2018, p. 36).

#### 6.4 Análise da notícia D

Acerca das ideologias, Pereira, Carvalho e Barbosa (2018, p. 38) entendem que a constituição dos “discursos não podem ser pensados de maneira estática. Elas lutam continuamente pela hegemonia nos discursos”. A esse respeito, essa luta é modalizada na LDM que apresentamos nesta obra, conforme os recortes a seguir.

(80) O presidente Jair Bolsonaro disse na manhã deste sábado (2) que não será alvo de nenhum "golpe" em seu governo. A declaração foi dada a um grupo de apoiadores que se **aglomeravam** em frente ao Palácio do Alvorada.

A forma como o portal trata os bolsonarista, como manifestantes e que se aglomeravam demonstra a modalização discursiva e forma de legitimação empreendida pelos jornalistas, uma vez que aos grupos opositores, o tratamento é sempre em tom mais agressivo.

(81) Bolsonaro enfrenta um momento de forte **desgaste** com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, e com o Supremo Tribunal Federal. No dia 20 de abril, ele participou de um **ato público** que pedia intervenção militar no País e o fechamento da Câmara e do STF.

O excerto acima apresenta, de forma bastante clara, a maneira como o portal trata de um assunto tão complexo, de forma a LDM da possibilidade de golpe iminente do então presidente, uma vez que entender haver um desgaste – em oposição ao que se ver, ou seja, uma agressão à Constituição, bem como, os atos golpistas que cobram o

fechamento das Instituições Constituídas, como Congresso e STF, como sendo ato público.

(82) Bolsonaro voltou a insistir para que o STF reveja a decisão e pediu para que os ministros levem em conta o currículo do policial.

O excerto acima nos mostra a insistência do então presidente, com a pressão midiática, para que o STF reveja decisões que são inerentes ao órgão. Nunca, em nenhum momento da história democrática do país, houve essa tentativa de coerção do executivo para com o judiciário. Isso resulta na tentativa clara de fragmentar as Instituições, tornando-as suscetíveis ao projeto de golpe em andamento.

## 6.5 Análise da notícia E

Além da operacionalização das formas simbólicas, a ideologia – que também é hegemônica – apresenta-se como forma de dissimulação, legitimação e unificação, nas expressões modalizadas linguisticamente, no intuito de perpetuar o discurso de quem detém o poder. A esse respeito, destacamos o processo de eufemização de expressões, uma vem que este tende ao “uso de palavras suavizando ações, situações e dando-lhes caráter positivo.

(83) Em fase de contratação pelo PL, partido do presidente Jair Bolsonaro, para auditar as eleições deste ano, o engenheiro Carlos Rocha, presidente do Instituto Voto Legal, afirma que as urnas podem ser fraudadas, defende a participação das Forças Armadas no pleito eleitoral, sugere a criação de um documento eletrônico para cada voto e busca tranquilizar a sociedade sobre o assunto, sem tumultuar o pleito.

Ao sugerir a possibilidade de fraude nas urnas eletrônicas, o portal põe em dúvida o que o TSE vem falando cotidianamente, ou seja, que não há possibilidade de fraude, uma vez que o sistema eleitoral é offline e não há possibilidade de acesso de qualquer dispositivo externo.

Thompson (2011) reitera que, além da dissimulação e legitimação, a ideologia também pode ser expressa através do processo denominado como unificação que compreende que as relações sociais são permeadas por formas de dominação, através do poder simbólico, uma vez que

interliga os indivíduos na construção de uma identidade coletiva, em vista da legitimação do discurso hegemônico.

As relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas através da construção, no nível simbólico, de uma forma de unidade que interliga os indivíduos numa identidade coletiva, independentemente das diferenças e divisões que possam separá-los. (THOMPSON, 2011, p. 86).

Essa unificação é claramente manifesta nos destaques do excerto acima, quando unificam o PL com o bolsonarismo, na perspectiva de deixar o sistema eleitoral brasileiro sem credibilidade, na suposta possibilidade de fraude, em oposição ao que as instituições ratificam.

(84) O engenheiro afirma que a intenção da auditoria é dar mais **transparência** ao pleito eleitoral e identificar oportunidades de melhoria no sistema. "A **nossa missão** é procurar trazer o máximo de informação para tranquilizar a todos sobre o processo eleitoral brasileiro", relata.

A expressões linguísticas destacadas acima nos introduz dentro desse processo de legitimação da ideologia dominante, quando “estabelece e sustenta relações de dominação quando as apresenta como justas, legítimas e dignas de apoio” (PEREIRA; CARVALHO; BARBOSA, 2018, p. 39).

(85) "**A criação da comissão e a participação das Forças Armadas nessa comissão é positiva.** A questão é que os militares não são apenas militares, há os militares engenheiros, militares cientistas, militares especializados na área de segurança da informação, enfim, e são justamente esses **militares técnicos** que estão discutindo o pleito com o TSE", disse.

A legitimação no excerto acima é apresentada por meio do recurso de racionalização, uma vez que o portal se utiliza de uma expressão particular como a participação das forças armadas em uma situação que não faz parte de sua atribuição, como forma de usar o poder dessa instituição para dizer que está no caminho certo. De igual modo, o uso da expressão em destaque “militares técnicos” mostra a hegemonia do bolsonarismo em manipulação da notícia para dar maior credibilidade ao seu pensamento golpista.

## 6.6 Análise da notícia F

Thompson (2011) salienta como a legitimação ocorre por meio da universalização de ideais particulares. A esse respeito a LDM ocorre sempre quando o portal deixa evidente que o desejo da maioria se entrelaça ao desejo expresso pelos bolsonaristas, principalmente enfatizados como a necessidade de voto impresso e demasiadas auditorias como forma de deixar o TSE sem credibilidade, uma vez que as pesquisas eleitorais têm mostrado o declínio do poder do então presidente Bolsonaro e seu clã.

(86) O presidente da República em exercício, Rodrigo Pacheco, voltou a dizer, nesta sexta-feira (10), que as eleições brasileiras transcorrerão dentro da normalidade e que o resultado do pleito de outubro **será respeitado pelos candidato**. Ele também rechaçou a possibilidade de Jair Bolsonaro não aceitar o resultado em uma eventual derrota.

A expressão em destaque, no excerto acima, modaliza o discurso bolsonarista, quando o portal universaliza, como forma de legitimar, que o então presidente Bolsonaro se dispôs em respeitar o resultado das urnas eletrônicas, indo na contramão do que, efetivamente, ele tem propagado nas redes sociais oficiais e em declarações aos seus apoiadores.

(87) **Não tenho dúvida** alguma que as eleições no Brasil transcorrerão, obviamente, com debate de ideias e, às vezes, com algum acirramento de ideias, mas dentro da normalidade", disse Pacheco durante o 2º Encontro do Conselho Nacional do Poder Legislativo Municipal das Capitais (Conalec), realizado em João Pessoa, na Paraíba.

O recurso de eufemização na estratégia da construção simbólica é recorrente em todas as notícias e se faz mais evidente na expressão em destaque, no excerto acima, quando transcreve de forma direto o discurso de Pacheco sobre a modalização e suavização de que o pleito eleitoral será tranquilo, tentando amenizar o discurso bolsonarista que tem disseminado sérias ofensas ao TSE e a possibilidade de golpe, caso o então presidente não seja reeleito. Para dar maior credibilidade ao

discurso proferido, o portal traz a localização da execução, para enfatizar a hegemonia legislativa, quando a garantia da Lei.

## 6.7 Análise da notícia G

O bolsonarismo, pelas lentes do portal analisado, tem tentado a todo custo legitimar sua ideologia conservadora de extrema-direita para se perpetuar nas três esferas do Poder brasileiro. O discurso empreendido pelo portal é usado como manifestação da satisfação do grupo R7.com com o que o então presidente vem fazendo a frente do executivo nacional.

(88) Em aparição-surpresa durante o evento conservador CPAC Brasil, o presidente Jair Bolsonaro disse, neste domingo (12), que as Forças Armadas são o último obstáculo ao socialismo no país e voltou a defender a participação dos militares no pleito eleitoral deste ano.

O excerto acima é modalizado com a expressão destacada em cinza, como forma de legitimar, mais uma vez, o discurso bolsonarista como verdade, uma vez que a maioria da população acredita no poder idôneo das Forças Armadas. A expressão é recuperada pelo desejo veemente do então presidente em ter a participação dos militares no pleito eleitoral, como fiscalizadores e auditores. O então presidente possui a grande maioria do exército ao seu favor, por isso o clamor dessa participação.

(89) E eu posso garantir para vocês, como presidente da República e chefe das Forças Armadas, que elas nunca estiveram desse lado e nunca flertaram com esse lado", completou.

A expressão destacada acima mostra a ideologia de extrema-direita, segundo o então presidente, em relação às Forças Armadas, uma vez que profere enfaticamente, de forma universalista, que ela nunca estaria na oposição dos valores empreendidos por ele e seu clã.

(90) No evento conservador, que é organizado por seu filho, o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP), o presidente da República relatou ter concordado com o ministro da Defesa de que as eleições brasileiras não podem ocorrer sob o "manto da desconfiança".

Ao mostrar as credenciais de que o evento é organizado pelo filho do então presidente, percebemos a forma hegemônica de centralização do discurso, como forma de legitimação do evento, que não é só conservador, mas organizado pelos principais divulgadores do bolsonarismo, que são os próprios filhos de Bolsonaro.

## 6.8 Análise da notícia H

Em face do resultado das análises apresentadas nesta obra, o portal tem se proposto a legitimar o discurso bolsonarista, conforme percebe-se ao longo dos resultados, no sentido das expressões modalizadas e das frases valorativas que são repletas de ideologias e que contribuem para a hegemonia da classe dominante sobre as demais.

(91) O ofício enviado ao TSE, ao qual a reportagem teve acesso, diz que a empresa liderou as equipes que desenvolveram e fabricaram as urnas eletrônicas utilizadas nas eleições de 1996.

A notícia acima utiliza-se de recursos hegemônicos quando se propõe em enfatizar, na construção discursiva, que a empresa responsável pela auditoria está no mercado há anos e que possui experiência comprovada na área, sendo assim, legítima no que diz respeito a suas posições em relação ao auditado.

(92) "A nossa equipe se diferencia pela utilização de metodologias de última geração combinadas com profundo conhecimento de como a tecnologia traz governança, transparência e segurança aos sistemas de informação, acumulado em décadas de experiência de sucesso em grandes empresas", destaca.

Inúmeras expressões valorativas são destacadas no decorrer da construção argumentativa da notícia, pois colaboram para a construção da ideologia do portal que se configura pelo apoio incondicional ao projeto político bolsonarista em ação e que tem violentado a Constituição, quando deixa em dúvidas a legitimidade dos outros Poderes Constituídos em detrimento de suas ideias conservadoras.

A seguir, o quadro 16 nos mostra a síntese das principais ocorrências que foram identificadas no percurso analítico e discutidas nesta seção.

**Quadro 16 – Principais ocorrências da prática social**

OCORRÊNCIAS DE IDEOLOGIA	OCORRÊNCIAS DE HEGEMONIA
forte candidato superou em queda. Alta Restrição MST obrigando fechar tudo a posição dele." questionou a Justiça aglomeravam desgaste ato público podem ser fraudadas, transparência nossa missão A criação da comissão e a participação das Forças Armadas nessa comissão é positiva. governança, transparência e segurança	Atestam (Ipespe), Quinto levantamento Para Bolsonaro durante a pandemia Palácio da Alvorada Força Nacional Reveja militares técnicos (Conalec), Forças Armadas organizado por seu filho, empresa liderou

Fonte: elaborado pelo autor

As análises do processo de legitimação discursiva da ameaça de golpe do Governo Bolsonaro pela mídia hegemônica brasileira à luz da Análise de Discurso Crítica, especificamente, nesta seção, apresentamos como a **ideologia** e a **hegemonia** colaboraram para este processo de legitimação discursiva empreendido pelo Portal R7.com.

Tendo apresentado anteriormente as seções que versaram sobre a análise da Conjuntura da LDM da ameaça de golpe bolsonarista; seguida pela a análise linguístico textual da LDM, por meio do vocabulário e da avaliação; como a análise da prática discursiva, com as ocorrências de intertextualidade e modalidade; fechando com a análise da prática social com as marcações de ideologia e hegemônica, finalizamos as descrição do percurso analítico e a seguir, apresentamos as considerações finais desta obra.

## 7

### À GUIA DA CONCLUSÃO

São essas as ideias dominantes que estarão na mente de quem julga sentenças, de quem escreve jornais, de quem faz a cabeça da sociedade como formadores de opinião (SOUZA, 2016, p. 37).

Nesta obra, analisamos o processo de legitimação discursiva da ameaça de golpe do Governo Bolsonaro pela mídia hegemônica brasileira à luz da Análise de Discurso Crítica, especificamente, as análises empreendidas pretenderam identificar como as escolhas linguístico-textuais, de prática discursiva e prática social contribuíram para o processo de legitimação discursivo-midiática, pelo Portal R7.com, na constante ameaça de golpe bolsonarista.

Nesse sentido, nossos objetivos específicos se construíram considerando a necessidade de recontextualizar a conjuntura que propicia a legitimação discursiva do golpe anunciado no discurso bolsonarista; pela identificação de como o modo textual contribui para o processo de legitimação discursiva, pelo Portal R7.com; de como as práticas discursivas ensejam o processo de legitimação discursiva da constante ameaça de golpe do Governo Bolsonaro; e, por fim, compreender como os processos de ideologia e hegemonia colaboram para o processo de legitimação discursiva, pelo Portal R7.com, constante ameaça de golpe pelo Governo Bolsonaro.

Na fundamentação teórica deste trabalho, explanamos o estudo da legitimação discursivo-midiática e suas categorias no campo da ADC, da ideologia e hegemonia e do estudo do discurso midiático, momento em que apresentamos o modelo tridimensional adaptado. Os procedimentos teórico-metodológicos que nortearam o processo de análise do *corpus* selecionado à luz da ADC reconfigurada e sob o olhar transdisciplinar da

Linguística Aplicada, buscou, iniciamos a caracterização da pesquisa, tendo em vista sua natureza qualitativa e interpretativista; posteriormente, descreveu a constituição do *corpus*, quando selecionamos oito notícias da mídia hegemônica representada pelo portal R7.com, além de detalharmos as categorias reconfiguradas da proposta do modelo tridimensional em interface com o olhar transdisciplinar próprio da Linguística Aplicada.

Ademais, no percurso analítico, apresentamos a análise da conjuntura que se configura como plano de fundo para ascensão do bolsonarismo, desde sua entra para a Reserva do Exército, 1989, passando pelas jornadas de junho de 2013 quando a mídia estrategicamente se utiliza das manifestações contra o aumento da tarifa do transporte coletivo em São Paulo e desencadeia inúmeros eventos sociais propícios ao Golpe de 2016, deixando a democracia abalada e propícia a um novo golpe anunciado no discurso do então presidente Bolsonaro (2019-2022).

No que diz respeito ao vocabulário, podemos observar como o *corpus* foi produtor por nos permitir mapear as expressões lexicais repletas de ideologias e modalizações que contribuem para a legitimação do discurso bolsonarista. De igual modo, a avaliação produziu inúmeros recortes de expressões valorativas e juízo de valor expresso pelos jornalistas em nome da mídia hegemônica no processo de LDM do possível golpe bolsonarista.

As principais ocorrências das marcas de intertextualidade e modalidade, discutiu questões relativas ao objetivo (iii) que investigou como essas práticas discursivas ensejam o processo de legitimação, pelo Portal R7.com, da constante ameaça de golpe do Governo Bolsonaro.

Para tanto, selecionamos o segundo maior veículo de comunicação brasileira, tendo em vista ser parte do que denominamos como mídia hegemônica, uma vez que o portal R7.com assumiu, por muitas vezes, seu posicionamento em defesa do discurso bolsonarista, com sua ligação ao neopentecostalismo da Igreja Universal do Reino de Deus, através do seu bispo e dono da rede midiática ora analisada, Edir Macedo Bezerra<sup>31</sup>.

---

<sup>31</sup> Edir Macedo Bezerra é um bispo evangélico, escritor e empresário brasileiro. É o líder e fundador da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), um dos maiores grupos neopentecostais do país e que está presente em mais de cem países. Macedo também

As ideologias bolsonarista, de extrema-direita, de intolerância ao diferente, de preconceito racial, étnico e religioso, de LGBTfobia, dentre outras, estão intrinsecamente relacionadas aos grupos que pregam “Deus acima de tudo”, tendo em vista sua ligação, principalmente, aos religiosos fundamentalistas neopentecostais que dominam as igrejas evangélicas, em maioria, como também alas conservadoras da igreja católica, como a Renovação Carismática.

Desde o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, tem-se instaurado no Brasil uma onda conservadora que parece estarmos no período medieval da história, pois todo discurso autoritário, antifeminista, misógino, machista e classista tem tomado de conta da sociedade criando hegemonias e antagonismos cada vez mais explícitos. O que não se via outrora, pois estava velado, agora ocorre sem nenhum pudor, uma vez que é incentivado no próprio discurso oficial do presidente.

Nesse sentido, para elencar alguns desses momentos, podemos perceber que o bolsonarismo não construiu nenhuma nova universidade ao longo dos últimos quatro anos, que confiscou algumas vezes recursos das Instituições de Ensino Superior, que tem nos ministérios, hegemonicamente, figuras masculinas e sempre furiosas quando são questionados sobre atos ilícitos no governo, bem como a pior condução do período pandêmico, tendo mudado quatro vezes de Ministro da Saúde, atrasando a compra de vacinas, indo na contramão do que os cientistas afirmavam sobre distanciamento social e medidas de segurança que levaram a marca de 700 mil mortos pela COVID-19.

O bolsonarismo, modalizado e legitimado pela grande mídia hegemônica representada nesta obra pelo portal R7.com foi construído, desde as manifestações em 2013, contra o Governo Dilma, quando grupos minoritários se aglutinaram e formaram uma nova direita ultraconservadora, tendo Bolsonaro como o “Messias”, enviado por Deus para livrar a população brasileira do suposto “Comunismo”, tendo como palavras de ordem “Deus, Pátria e Família”. Esse discurso outrora já foi também legitimado no período que culminou no Golpe Militar de 1964.

---

é proprietário do Grupo Record. Disponível em: <<https://tudo-sobre.esta-dao.com.br/edir-macedo>> Acesso em: 14 out. 2022.

O cenário brasileiro tem passado por muitos embates ao longo de toda sua história, desde o início da República, passando pelo regime totalitário até chegar à democracia conquistada a duras penas no período pós-golpe de 1964<sup>32</sup>. Os estudos da linguagem, como grande área, têm contribuído para a efetiva compreensão dos fatos sociais tais como esses, uma vez que a sociedade existe e acontece por meio das relações sociais viabilizadas pela linguagem.

A esse respeito, a Linguística Aplicada, doravante LA, área do conhecimento à qual esta obra está vinculada, tem como interesse investigações das relações de interação social, sob uma ótica multi e transdisciplinar, nos mais variados eventos sociais e discursivos que ocorrem por meio da e na linguagem – esta definição de LA precisa ser melhorada. Sugiro esta, por destacar o que há de mais central na nossa área: o estudo dos problemas sociais nos quais a linguagem ocupa papel central. A esse respeito, Buriti (1995) que a Linguística Aplicada se ocupa da “investigação teórica e empírica de problemas do mundo real nos quais a linguagem é a questão central” (p. 27).

Nesse âmbito, esta pesquisa foi realizada por meio da investigação de um evento social e linguístico, qual seja, a legitimação midiático-discursiva da tentativa do golpe bolsonarista, tomando por base teórico-metodológica o modelo tridimensional do discurso, que orienta as categorias que serão descritas mais adiante.

Em 2018, o país vivenciava a ascensão do bolsonarismo, que tem como bandeira fundamental a idolatria à pátria, o governo voltado aos interesses particulares de grandes corporações, de partidos políticos de extrema-direita, bem como um discurso que fere constantemente os Direitos Humanos Universais. Mesmo se autointitulando um governo para maioria, exclui de seu projeto político os índios, os pobres, os negros, as pessoas LGBTQIA+, os deficientes, dentre outros seguimentos sociais que sempre foram marginalizados ao longo da história brasileira.

---

<sup>32</sup> O Golpe de 1964, também conhecido como Golpe Civil-Militar de 1964, foi realizado pelas Forças Armadas do Brasil contra o então presidente João Goulart. Esse golpe contou com o apoio de uma parcela dos quadros civis do país e foi articulado entre 31 de março, quando se iniciou a rebelião militar, e 9 de abril, quando foi publicado o Ato Institucional nº 1 (AI-1) Disponível em: <<https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/golpe-de-64.htm>> Acesso em: 17 fev. 2022

Tendo explanado o estudo da legitimação discursiva e suas categorias no campo da ADC, da ideologia e hegemonia e do estudo do discurso midiático, momento em que apresentamos o modelo tridimensional adaptado, em sequência, detalhamos todo percurso metodológico que utilizamos na investigação da pesquisa que resultou nesta obra de doutoramento.

Iniciamos a caracterização da pesquisa, tendo em vista sua natureza qualitativa e interpretativista; posteriormente, descrevemos a constituição do *corpus*, quando selecionamos oito notícias da mídia hegemônica representada pelo portal R7.com, além de detalharmos as categorias reconfiguradas da proposta do modelo tridimensional em interface com o olhar transdisciplinar próprio da Linguística Aplicada, *lôcus* onde este trabalho se insere.

A questão norteadora desta obra foi como se configura o processo de legitimação discursiva da ameaça de golpe do Governo Bolsonaro pela mídia hegemônica brasileira sob a ótica da Análise de Discurso Crítica? Sendo assim, ao longo do processo de pesquisa, podemos compreender que a grande mídia hegemônica sempre esteve manipulando os discursos na tentativa de dar maior credibilidade aos ideais bolsonaristas, em vista dos benefícios de incentivo fiscal do próprio Governo, além de que o bolsonarismo reflete as ideologias da extrema-direita e dos religiosos ultraconservadores, onde o portal está inserido.

Para chegarmos à amplitude da resposta da questão geral, especificamente, desdobramo-la em quatro questões específicas, a primeira procura compreender como se recontextualizam a conjuntura que propicia a legitimação discursiva do possível golpe anunciado no discurso bolsonarista? Para tanto, à luz de pensadores interdisciplinares nas ciências humanas e sociais aplicadas e nas ciências da linguagem, conseguimos traçar um mapa da ascensão bolsonarista, desde a sua entrada para Reserva do Exército para assumir cargos eletivos, passando por sua vitória à cadeira presidencial, até seu declínio, em 2022, com a derrota nas urnas.

Apresentamos a análise da conjuntura que se configura como plano de fundo para ascensão do bolsonarismo, desde as jornadas de junho de 2013 quando a mídia estrategicamente se utiliza das manifestações contra o aumento da tarifa do transporte coletivo em São Paulo e desencadeia inúmeros eventos sociais propícios ao Golpe de 2016, deixando a

democracia abalada para a legitimação midiático-discursiva de um novo golpe anunciado no discurso do então presidente Bolsonaro.

Logo, esta obra vem de encontro não apenas aos interesses da Linguística Aplicada como também da Análise de Discurso Crítica, pois pretende analisar um problema social no âmbito do discurso político atual, em que a população encontra-se inserida e que vem sofrendo por seus impactos que nos impulsionam, como pesquisadores, a compreender de forma mais detalhada e assim podermos desenvolver propostas que possam, de alguma forma, diminuir os impactos, mesmo que apenas através da conscientização de que o bolsonarismo, como um todo, vem deixando uma vasta destruição por onde passa.

Compreendemos que as primeiras análises nos mostram resultados significativos da grande mídia hegemônica, representada pelo R7.com, na tentativa de modalizar o discurso e publicar seletivamente uma verdade criada como maneira de legitimar a fala do presidente e o bolsonarismo que se instaurou no país.

Espera-se, portanto, com esta obra, a reflexão e a efetiva compreensão dos processos de legitimação discursivo-midiática como forma modalizada de privilegiar discursos hegemônicos na tentativa de instaurar uma pseudoverdade absoluta que demoniza e endeusa pessoas com a finalidade de sustentar as ideologias dominantes. Que a apresentação das análises deste trabalho possa contribuir para conhecer o presente e nos orientar a não repetimos os mesmos erros, bem como servir de suporte teórico-metodológico para futuras pesquisas em Análise de Discurso Crítica, no âmbito da Linguística Aplicada.

Portanto, relevância social desta obra, está atrelada à compreensão efetiva do bolsonarismo frente à ameaça de um Golpe de Estado, tendo em vista os ideais ultraconservadores e de extrema-direita do atual presidente, que organiza sua proposta política em torno de discursos que visam a instabilidade das instituições democráticas que ainda estão em processo de solidificação na recente história democrática brasileira. Que as discussões empreendidas neste trabalho possam lançar luz sobre o cenário político-midiático brasileiro e contribuir com novos trabalhos que ousem em pesquisar sobre as nuances permeadas pelos estudos críticos da linguagem.

## REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis (1980), **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**, Lisboa, Presença.
- ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. **Lua Nova**, São Paulo, n. 80, p. 71-96, 2010.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2006. — Estética da criação verbal. Trad. Maria Ermantina Galvão. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BATISTA, Ariel Cherxes. **Uma imersão no passado-presente: o revisionismo bolsonarista sobre ditadura (2011-2019)**. 2020. 135 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória, 2020. Disponível em: <[https://sappg.ufes.br/tese\\_drupal/tese\\_11953\\_Disserta%E3o%20-%20vers%E3o%20final%20-%2009-09-20.pdf](https://sappg.ufes.br/tese_drupal/tese_11953_Disserta%E3o%20-%20vers%E3o%20final%20-%2009-09-20.pdf)> Acesso em: 10 fev. 2022.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, 255p.
- BOURDIEU, Pierre (1999), **A Economia das Trocas Simbólicas**, São Paulo, Editora Perspectiva.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamini. **Introdução à Análise do Discurso**. 1 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1986.
- BRUMFIT, Christopher. Teacher Professionalism and Research. In: COOK, GUY; SEIDLHOFER, BARBARA. (eds) **Principle and Practice in Applied Linguistics: Studies in honor of H.G. Widdowson**. Oxford: OUP, 1995. 27-41.
- CAMPEAN, Frederico Antonio Pereira, **O discurso bolsonarista e a desconstrução do Brasil**. 2019. 229 f. Tese (Doutorado em Linguística) Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.
- CAMPOS, Carla Leila Oliveira. Estratégias de referenciação no Discurso midiático – práticas

CESARINO, Letícia. Identidade e representação no bolsonarismo. Corpo digital do rei, bivalência conservadorismo-neoliberalismo e pessoa fractal. **Revista De Antropologia**, v. 62, n. 3, 2019. Disponível em : <<https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/165232/158421>> Acesso em: 01 nov. 2021.

CORREIA, Joao Carlos Ferreira. Ideologia e Hegemonia. In: RUBIM, Albino (Org.). **Comunicação e Política: Conceitos e Abordagens**. São Paulo: UNESP, 2004.

COSTA, Nelson Barros da (org.). **Práticas Discursivas: exercícios analíticos**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social**. (Coordenação da trad.) Izabel Magalhães. Brasília: UNB, 2001.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **O quadro atual da Análise do Discurso no Brasil**. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2009.

FERREIRA, Ruberval. **Guerra na língua: mídia, poder e terrorismo**. Fortaleza: EdUECE, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 22 ed. São Paulo, SP: Loyola, 2012.

HABERMAS, Jürgen (1982), **A mudança estrutural da esfera pública**, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.

Ideológicas de inclusão e exclusão de dizeres no discurso sobre a guerra. **Revista Linguagem em (Dis)curso**, Palhoça, SC, v. 10, n. 1, p. 43-67, jan./abr. 2010.

IRINEU, Lucineudo Machado. **Representações sociais sobre a latinidade em sites de redes sociais contemporâneas: uma investigação discursivo-ideológica situada no Orkut**. 2011. 211f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de Letras Vernáculas, Programa de Pós-graduação em Linguística, Fortaleza (CE), 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/8289>> Acesso em: 25 mar. 2022.

IRINEU, Lucineudo Machado. **Latinidade e imagens de si na tradição editorialística do Jornal do Brasil e no Clarín nos séculos XX e XXI: vestígios de mudança e traços de permanência**. 2014. 332f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de Letras Vernáculas, Programa de Pós-graduação em

Linguística, Fortaleza (CE), 2014. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/8922>> Acesso em: 25 mar. 2022.

KULISH Nicholas. **Massacre na Noruega revela força da extrema-direita na Europa**. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/mundo/nyt/massacre+na+noruega+revela+forca+da+extrema+direita+na+europa/n1597098938242.html>> . Acesso em: 15 ago. 2011.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina. 2004.

LOPES, Luís Paulo da Moita. Da aplicação da linguística à Linguística Aplicada indisciplinar. In: PEREIRA, Regina Celi.; ROCCA, Pilar. (Org.). **Linguística aplicada: um caminho com diferentes acessos**. São Paulo: Contexto, 2009.

MAGALHÃES, Izabel; MARTINS, André Ricardo; RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de discurso crítica: um método de pesquisa qualitativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. Trad. Sírio Possenti. Curitiba: Criar, 2005.

MENDES, Marcilia Luisa Gomes da Costa; COSTA, Maria Ivanusia da. O discurso midiático e a construção da notícia: relações entre infraestrutura e superestrutura da Teoria Bakhtiniana. **BOCC**. Biblioteca Online de Ciências da Comunicação, v. I, p. 1-8, 2011. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/mendes-costa-o-discurso-midiatico-e-a-construcao-da-noticia.pdf>> Acesso em 10 fev. 2022.

NASCIMENTO, Iara de Sousa. Identidade feminina: uma análise crítica do discurso da ministra Damares Alves. 2020. 141 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Centro de Humanidades, Universidade Estadual do Ceará, 2019. Disponível em: < [http://www.uece.br/posla/wp-content/uploads/sites/53/2021/02/DISSERTA%C3%87%C3%83O\\_IARA-DE-SOUSA-NASCIMENTO.pdf](http://www.uece.br/posla/wp-content/uploads/sites/53/2021/02/DISSERTA%C3%87%C3%83O_IARA-DE-SOUSA-NASCIMENTO.pdf) > Acesso em: 20 dez. 2021.

OLIVEIRA, Ana Claudia de. Discurso midiático como experiências do sentido. Por uma tipologia das interações discursivas. **Anais** do Grupo de Trabalho “Epistemologia da Comunicação”, do XIX Encontro da COMPOS/ PUC Rio, Rio de Janeiro, RJ, em junho de 2010. Disponível

em <[http://compos.com.puc-io.br/media/gt7\\_ana\\_claudia\\_de\\_oliveira.pdf](http://compos.com.puc-io.br/media/gt7_ana_claudia_de_oliveira.pdf)>. Acesso em: 12 jul. 2022.

OLIVEIRA, Ewerton Mendonça de; SANTOS, Gabrielle Leite dos; SALES, Willame Santos de. *linguística aplicada: Um mosaico de saberes*. In.: XIX Semana de Humanidades da UFRN, 2011, Natal-RN, **Anais Eletrônicos...**Natal, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2011. Disponível em: <<http://www.cchla.ufrn.br/shXIX/anais/GT31/Linguistica%20Aplicada%20para%20a%20SH.pdf>> Acesso em: 20 fev. 2022.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. 10 ed. Campinas, SP: Pontes, 2012.

PIRES, Marília Freitas de Campos. O materialismo histórico-dialético e a Educação. **Revista Ensaios** n. 1, v. 1, Ago 1997. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/30353>> Acesso em 20 fev. 2022.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Linguagem: o santo graal da linguística. In: SIGNORINI, Inês (Org.). **Situar a lingua(gem)**. São Paulo: Parábola, 2008.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Repensar o papel da Linguística Aplicada. In: MOITA LOPES. **Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006. p. 149-168.

RESENDE, Viviane.; VIEIRA, Viviane. **Análise do discurso (para a crítica): o texto como material de pesquisa**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016.

RICOEUR, Paul (1991), **Ideologia e Utopia**, Lisboa, Edições 70

ROMANO, Clayton. Bolsonarismo e bolsonaristas no Brasil contemporâneo: Antecedentes históricos, percursos políticos. **Revista Desenvolvimento Social**, v. 27, n. 1, 2021. Disponível em: <<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/rds/article/view/4124/4529>> Acesso em: 01 nov. 2021.

SILVA, Ametista de Pinho Nogueira. **A construção sociorretórica do gênero artigo acadêmico na linguística aplicada: um estudo sobre escrita acadêmica a partir da compreensão de culturas disciplinares**. 2019. 217 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Centro de Humanidades, Universidade Estadual do Ceará, 2019. Disponível em: <[http://www.uece.br/posla/wp-content/uploads/sites/53/2020/01/DISSERTA%C3%87%C3%83O\\_-AMETISTA-DE-PINHO-NOGUEIRA-SILVA.pdf](http://www.uece.br/posla/wp-content/uploads/sites/53/2020/01/DISSERTA%C3%87%C3%83O_-AMETISTA-DE-PINHO-NOGUEIRA-SILVA.pdf)> Acesso em: 25 ago. 2022.

SILVA, Antonio Edson Alves da. **O processo de legitimação discursiva do golpe de 2016 pela grande mídia:** uma análise de discurso crítica nas revistas Veja e Época. 2019. 141 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Centro de Humanidades, Universidade Estadual do Ceará, 2019. Disponível em: < [http://www.uece.br/posla/wp-content/uploads/sites/53/2020/01/DISSERTA%C3%87%C3%83O\\_ANTONIO-EDSON-ALVES-DA-SILVA.pdf](http://www.uece.br/posla/wp-content/uploads/sites/53/2020/01/DISSERTA%C3%87%C3%83O_ANTONIO-EDSON-ALVES-DA-SILVA.pdf)> Acesso em: 20 dez. 2021.

SILVA, Danilo da Conceição Pereira. Embates Semiótico-Discursivos em Redes Digitais Bolsonaristas: Populismo, Negacionismo e Ditadura. **Trabalhos Em Linguística Aplicada**, v. 59, p. 1171-1195, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tla/a/8T8McWGgvC6xh5tnwKrr8Nz/?lang=pt>> Acesso em: 10 out. 2021.

SILVA, Maria Alice Siqueira Mendes. **Sobre a Análise do Discurso**. Ourinhos, SP: FATEC, 2005.

SILVA, Rafael Rocha Alves da. Bolsonarismo, **eleições e redes sociais:** uma análise das estratégias discursivas dos deputados supervotados do PSL no Facebook. 2020. 130 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

STEINBERGER, M. B. **Discursos geopolíticos da mídia:** Jornalismo e imaginário internacional na América Latina. São Paulo: Cortez, 2005.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade:** uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 1998.

THOMPSON, John B (1995), **Ideologia e cultura moderna:** teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa, Petrópolis, Vozes.

VALERIO, Samuel. Pentecostalismo, catolicismo e bolsonarismo: **Revista Brasileira De História Das Religiões**, v. 13, n. 37), 2020. Disponível em :<<<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/51811>> Acesso em: 01 nov. 2021.

VAN DIJK, T. A. Media contents: the interdisciplinary study of news as discourse. In: BRUHN-JENSEN, K.; JANKOWKSI, N. (Eds.) **Handbook of qualitative methods in mass communication research**. London: Routledge,1991. p. 108-120. Disponível em: <<https://discourses.org/wp-content/uploads/2022/07/Teun-A.-van-Dijk-1991-The-interdisciplinary-study-of-news-as-discourse.pdf>> . Acesso em: 12 jul. 2022.



## **SOBRE O AUTOR**



Antonio Edson Alves da Silva é pós-doutorando em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará, sob a supervisão do Prof. Dr. Júlio Araújo. Possui doutorado e mestrado em Linguística Aplicada pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Estadual do Ceará. Tem especialização em Ensino de Língua Portuguesa; Gestão Escolar e Metodologia do ensino das línguas inglesa e espanhola. É graduado em Letras e em Pedagogia e atua há mais de 10 anos como professor da educação básica e do ensino superior. É autor dos livros: *Análise de discurso crítica do golpe de 2016 na mídia hegemônica brasileira* (2020); *Discurso Político na Pós-Modernidade* (2022) e *Literatura Cearense: da Padaria Espiritual ao País dos Mourões* (2023). Tem interesse nas áreas de Linguística Aplicada, Análise de Discurso e Discurso Político. E-mail para contato: [edson.crat@gmail.com](mailto:edson.crat@gmail.com)

Esta obra analisou o processo de legitimação discursivo-midiática (LDM) da ameaça de golpe iminente do governo Bolsonaro pela mídia hegemônica brasileira à luz dos pressupostos teóricos e metodológicos da Análise de Discurso Crítica em sua vertente dialético-relacional proposta por Norman Fairclough. Esperamos que este trabalho possa cooperar com a Linguística Aplicada, deixando reflexões urgentes e necessárias acerca do cenário político e midiático brasileiro, na perspectiva de contribuir com futuros trabalhos no campo dos Estudos Críticos da Linguagem.

